

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Departamento de Sociologia

MESTRADO EM SOCIOLOGIA

O BAILE DO TURISMO

Narrativas Turísticas e Discursos de Propaganda durante a «Política do Espírito» (1933-1949).

Dissertação de Mestrado em Sociologia, realizada no âmbito da Área de especialização
em Poder e Sistemas Políticos.

Ema Cláudia Ribeiro Pires

Évora

2002

"Esta dissertação não inclui as críticas e sugestões feitas pelo júri"

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Departamento de Sociologia

MESTRADO EM SOCIOLOGIA

O BAILE DO TURISMO

Narrativas Turísticas e Discursos de Propaganda durante a «Política do Espírito» (1933-1949).

Dissertação de Mestrado em Sociologia, realizada no âmbito da Área de especialização
em Poder e Sistemas Políticos.

Ema Cláudia Ribeiro Pires

Orientador: Prof. Doutor Francisco Martins Ramos

Co-orientadora: Prof. Doutora Maria de Fátima Nunes



142281

Évora

2002

ÍNDICE

Resumo.....	6
Agradecimentos.....	7
INTRODUÇÃO.....	8
Tema, Problema, Objectivos.....	8
Caminhos Metodológicos.....	14
Fronteiras Disciplinares.....	14
Instrumentos Metodológicos.....	16
Organização do texto	21
Capítulo 1 – A Problemática.....	22
Turismo, Nacionalismo e Identidade Nacional.....	22
O Regime ao <i>Espelho</i>	26
Por detrás do <i>Espelho</i>	32
Capítulo 2 – O <i>Mestre de Cerimónias</i>	
O aparelho de Propaganda.....	36
Etnografia de Regime e Cultura Popular.....	39
A Exposição do Mundo Português.....	42
A Secção de Etnografia Metropolitana.....	46
Despojos da 'Festa': o Museu de Arte Popular.....	49
Capítulo 3 – A <i>Montra</i> Panorâmica.....	53
Uma Rota para o Turismo.....	53
Poéticas da Nação.....	59

Capítulo 4 – Imagens do País.....	66
Itinerários e Sugestões de Viagem.....	66
«Imagens Portuguesas».....	72
«Imagens Portugaises».....	77
Capítulo 5 – Imagens da Planície.....	80
Imagens Agrícolas.....	80
Monólogos da Planície.....	84
Narrativas e Imagens Turísticas.....	88
Panoramas da revista <i>Panorama</i>	91
Olhares Cruzados: a Planície decalcada.....	95
Capítulo 6 – <i>Aquarelas da Nação: As Pousadas Regionais</i>	
Sete 'Pequenas' <i>Pousadas</i>	96
Cenários e Panoramas.....	101
Um «Romance Branco do Alentejo».....	101
Aquarelas da Nação.....	108
Balanço em Aberto.....	111
Bibliografia e Fontes.....	118
Fontes.....	119
Bibliografia.....	122
Anexos.....	131

RESUMO/ABSTRACT

O *Baile* do Turismo. Narrativas turísticas e discursos de propaganda durante a «Política do Espírito» (1933-1949).

Este trabalho insere-se na problemática dos discursos de poder e aborda os processos de investimento ideológico na construção de locais turísticos. Tomando como cenário político-cultural o Estado Novo, analisam-se exploratoriamente alguns dos mecanismos sociopolíticos que subjazem à construção de locais turísticos em Portugal. O enfoque empírico da pesquisa centra-se no processo de construção de narrativas turísticas acerca do Alentejo e na implementação das *Pousadas Regionais*, durante o período de vigência da «Política do Espírito» (1933–1949). Metodologicamente utiliza-se a investigação bibliográfica e documental, através da análise de guias de viagem e da revista *Panorama*, entre outras publicações.

Palavras-Chave: Património; Narrativas turísticas; Pousadas; «Política do Espírito»; Alentejo.

The *Ball* of Tourism. Touristic narratives and propaganda discourses during the “Política do Espírito” (1933-49).

This work deals with the problem of power discourses, regarding the processes of ideological investment in the construction of touristic sites. Taking the dictatorship of *Estado Novo* as the political and cultural setting, I analyse some of the mechanisms underlying the construction of touristic sites in Portugal. The empirical focus is on the establishment of touristic narratives about Alentejo and the implementation of *Pousadas* (Inns), during the cultural policy known as «*Política do Espírito*» (1933–1949). This work is based methodologically in documental analysis of travel guides and *Panorama* magazine, among other documents.

Key-words: Heritage; Touristic narratives; *Pousadas*; «*Política do Espírito*»; Alentejo.

AGRADECIMENTOS

O trabalho de investigação que aqui se inicia beneficiou do contributo de um conjunto alargado de pessoas e instituições cuja colaboração foi fundamental na produção do mesmo. É neste contexto que gostaria de agradecer:

Aos Professores Doutores Maria de Fátima Nunes e Francisco Martins Ramos, que orientaram este trabalho, pela sua constante disponibilidade e pelo olhar crítico de historiadora e antropólogo/sociólogo sobre esta investigação. Acima de tudo, pela sua amizade e presença ao longo deste percurso.

À Enatur, nas pessoas de Manuel Januário, director da Pousada de Santa Luzia, e de Carla Galguinho, funcionária desta Pousada, pela documentação e informações facultadas.

A todos os meus anfitriões e anfitriãs. Aos colegas e amigos da turma de mestrado. À restante família de amigos: em especial à Fátima, (pela amizade regada com chás de *menta-poleo*), à Catarina, à Telma e ao Luís. Por tudo.

Por fim (e imensamente) aos meus pais, Júlio e Lucília, mecenas incondicionais dos meus sonhos e utopias.

Este trabalho é dedicado à memória de Luís Marques Dias (1944–1988), o meu primeiro Professor, e quem primeiro me deu a conhecer a felicidade de aprender a aprender.

INTRODUÇÃO

"The point is that *anything* that is remarked, even little flowers or leaves picked up off the ground and shown to a child, even a shoe shine or a gravel pit, anything, is potentially an attraction. It simply awaits one person to take the trouble to point it out to another as something noteworthy, as worth seeing. Sometimes we have official guides and travelogues to assist us in this pointing"
Dean MacCanell, *The Tourist* (1999: 192).

"O «Guia Azul» só conhece a paisagem sob a forma do pitoresco"
Roland Barthes, *Mitologias* (1976: 159).

Tema, Problema, Objectivos

A investigação que aqui se inicia insere-se labirinticamente em várias áreas científicas, de que se destacam a Sociologia do Turismo, a Sociologia Histórica e a Antropologia do Turismo. A análise que o estudo se propõe efectuar centra-se no Turismo enquanto fenómeno sociocultural e transversal, na acepção conferida pela maioria dos autores (Abram *et al.* 1997; Boissevain 1996; Ramos 1999; Smith 1989); mas tendo igualmente em conta o seu carácter diacrónico e processual (Löfgren 1999).

As razões da escolha dos presentes tema e objecto justificam-se em dois níveis – académico e pessoal. Em relação a este, a escolha é motivada por um interesse pessoal pela temática; ao nível académico, fundamenta-se em experiência académica prévia e no interesse e pertinência científica do fenómeno turístico.

O Turismo é hoje o maior movimento pacífico de pessoas da história da Humanidade. Assumindo-se como um fenómeno complexo e transversal, esta actividade promove múltiplas consequências e inter-relações com as restantes actividades económicas, culturais e sociopolíticas, sendo hoje um facto social de importância à escala mundial, pelo que é alvo de interesse e análise antropológica (Nash 1995:179) e sociológica.

Embora se possa apontar a existência histórica de viagens cujas características lhes conferem um intuito turístico – desde as peregrinações medievais ao 'Grand Tour' aristocrático da Inglaterra do século XVIII – é apenas com a Revolução Industrial que as viagens começam, gradualmente, a sofrer mudanças irreversíveis. Com efeito, esta nova atmosfera económica, tecnológica, política e sociocultural – materializada no

desenvolvimento de novos meios e vias de comunicação, numa burguesia enriquecida pelo processo de industrialização, e num universo sociopolítico também favorável – fez constituir na Europa um cenário privilegiado para viajar (Grabum 1989; Löfgren 1999). Ao mesmo tempo, entre as classes trabalhadoras a prática de viajar institui-se também, a partir da década de 1930, com a gradual conquista sindical das férias pagas, potenciada igualmente pelo desenvolvimento do automóvel e do motociclo (Santana 1997). Deste modo, a actividade turística democratiza-se gradualmente e, a partir da segunda Guerra Mundial, massifica-se. Com efeito, como anota Alain Corbin, com a “vitória dos Aliados triunfa um lazer-mercadoria entendido sobretudo como um tempo disponível para o consumo” (Corbin 2001: 7).

A evolução da investigação sobre Turismo por parte das Ciências Sociais tem-se operado numa proporcionalidade directa com própria evolução da actividade (Grabum e Jafari 1991:1). Para a generalidade dos cientistas sociais, o turismo constitui-se, duplamente, enquanto um “fenómeno social total”, porque é objecto de análise por parte de várias ciências sociais e, em segundo lugar, devido à multiplicidade de influências e impactos que tem a nível local, regional, nacional e transnacional.

É já clássica entre as Ciências Sociais a definição que a antropóloga Valene Smith apresenta de turista: “uma pessoa temporariamente em situação de lazer, que voluntariamente visita um local diferente do da sua residência com o objectivo de experienciar uma mudança” (Smith 1989:1); segundo esta autora, apesar das múltiplas motivações por parte de cada individuo, o turismo é uma actividade que assenta sobre três elementos operativos: tempo livre, rendimento discricionário e sanções locais positivas (permissivas para viajar). Esta investigadora analisa as diferentes formas de turismo com base nos diferentes tipos de mobilidade em lazer escolhidas pelo turista e identifica cinco grandes tipos de Turismo – étnico, cultural, histórico, ambiental e recreacional (Smith 1989:11-13).

As principais características da actividade turística, na perspectiva de Francisco Ramos, residem, a nível socioeconómico, “na mobilidade social, na interacção de indivíduos e grupos sociais, no processo de comunicação, na criação de riqueza e de postos de trabalho, nas leis da oferta e da procura e na problemática do desenvolvimento. Politicamente, o Turismo é, acima de tudo, um instrumento de promoção da imagem de países, regiões ou localidades, no sentido da aquisição de divisas estrangeiras e do desenvolvimento económico” (Ramos 1996: 84). Segundo este autor, “Nas sociedades actuais, o Turismo é também o grande veículo do contacto

de culturas, o instrumento privilegiado das relações interpessoais entre “nós” e os “outros”, o elo potencial da ligação com estranhos, forasteiros, hóspedes e estrangeiros. O Turismo mediatiza pois, o processo etno-antropológico da hospitalidade, da anulação etnocêntrica, do relativismo cultural, da afirmação plena do Homem, simultaneamente singular e igual aos outros homens” (Ramos 1996: 84).

Das múltiplas dimensões do fenómeno, acima ilustradas – económica, sociocultural, psicológica, geográfica, entre outras – a dimensão sociocultural é aquela que, tradicionalmente, é objecto das análises sociológica e antropológica. Globalmente, contudo, a categoria “turismo” é ainda um termo à espera de ser desconstruído, segundo Chris Rojek e John Urry (1997), tendo em conta o seu carácter problemático de prática cultural e, logo, a sobreposição das suas fronteiras com as da “cultura” (Rojek e Urry 1997).

O turismo, enquanto modalidade de lazer, assume-se, nesta óptica, como um tempo socialmente condicionado, existente em relação a diversos contextos culturais (Rojek 1998) e sociopolíticos. Este facto chama a atenção para as complexas relações existentes entre cultura e poder, e para a instrumentalização daquela por este. Tony Bennet sugere precisamente que “an understanding of the relations between culture and power in modern societies needs to take account of the instrumentalization of culture which accompanies its enlistment for governmental purposes. For the culture/power articulation¹ which results from these developments is quite distinct from the organization of such relations in earlier societies” (Bennet 1999: 386). Neste contexto, actividades de classificação de monumentos, de paisagens, assim como os museus ou as exposições universais constituem exemplos de formas culturais instrumentalizadas pelos poderes políticos. Também Arjun Appadurai e Carol Breckenridge, (abordando exemplificativamente a instituição Museu), debruçam a sua análise sobre instituições que pertencem a uma ordem transnacional de formas culturais surgidas nos últimos dois séculos, e que se caracterizam por estarem relacionadas “with media, leisure, and spectacle, are often associated with self-conscious national approaches to heritage, and tied up with transnational ideologies of development, citizenship, and cosmopolitanism” (Appadurai e Breckenridge 1999: 404-5). À luz desta caracterização, é possível

¹ O autor desenvolve esta ideia, anotando que “Both relations of culture and power, of course, are productive; but their productiveness belongs to different modalities. They aim at producing different kinds of persons, organized in different relations to power, and they proceed by means of different mechanisms for distributing the effects of culture through the social body: the representational and symbolic versus the governmental and technological” (Bennet 1999: 387).

acrescentar ao olhar destes autores, um outro exemplo de novas relações estabelecidas com o património cultural: as formas de mobilidade em lazer que constituem processualmente a actividade turística. Sabe-se que em contextos nacionalistas (e também noutros cenários políticos), assiste-se ao despontar de medidas tomadas sobre a cultura, de conservação/divulgação do património, que muitas vezes é instrumentalizado à luz dos sistemas político-ideológicos vigentes.

Existem muitos meios de efectivação do interesse dos governos em enquadrarem, promoverem e moldarem a actividade turística. De facto, a intervenção e regulação estatal do Turismo são realidades documentáveis ao longo da história desta actividade e têm vindo a ser assinaladas por vários autores (Chambers 2000; Corbin 2001; Löfgren 1999; Rojek 1998). Um destes autores, Orvar Löfgren, enfatiza na sua análise a função integradora do Turismo:

"The making of the modern tourist is part of the making of the modern citizen. Campaigns for domestic tourism have been not only attempts to keep tourists from squandering their money abroad, but also ideas about national integration: a nation under canvas united around the campfires all over the country, a meeting of classes down at the beach, citizens on pilgrimages to national shrines, learning to share a common heritage" (Löfgren 1999: 271).

Neste sentido, estes e outros eventos são historicamente "used by industrializing elites to instill discipline into the nation and to symbolize national unity" (Rojek 1998: 71). Um dos vectores usado para 'vestir' a nação enquanto «comunidade imaginada» (Anderson 1999) é constituído pelas políticas públicas direccionadas para as actividades turísticas. A este respeito, Erve Chambers defende que o Turismo "is realized through a variety of political processes. Most countries establish tourism policies that reflect both their cultural and economic ambitions as well as their concerns over the potential impacts of tourism" (Chambers 2000: 42). De acordo com este autor, as tentativas para transformar "policies into realities are further expressed through varieties of planning processes, in which governments and other actors attempt to determine the kinds of tourism to be encouraged, the places where tourists will be welcomed, and the ways in which both tourism development and tourist behaviour are regulated" (Chambers 2000: 42).

Eric Hobsbawm, na análise que faz do apogeu nacionalista durante a primeira metade do século XX, considera que "a identificação nacional neste período adquiriu novos meios de se expressar", (Hobsbawm 1998: 136) e identifica, a título exemplificativo, um desses meios: o Lazer. Com efeito, a instrumentalização do lazer

durante este período parece ter sido uma acção generalizadamente condicionada pelos vários sistemas políticos vigentes. E das várias modalidades de lazer, uma delas – o turismo – teria um papel de relevância no cenário político-cultural que se edificava e, concretamente, nas políticas que eram emanadas do sistema político. A este respeito, na análise que realiza sobre a planeamento e desenvolvimento turístico em Portugal, Carlos Costa refere-se à especificidade do nosso país e das premissas do diacrónico desenvolvimento da sua actividade turística, que tem sido marcadamente pautado por eventos políticos².

Numa linha de continuidade com o que foi expresso até aqui, a presente pesquisa integra-se genericamente na análise da dimensão sociocultural e sociopolítica do turismo; adicionalmente, decorrendo da frequência de uma área de especialização em Poder e Sistemas Políticos, é a dimensão sociopolítica do fenómeno turístico que especificamente interessa analisar. Este trabalho tem como contexto temporal as décadas de 1930 e 1940, e como contexto político-ideológico o Estado Novo e em particular o seu aparelho de propaganda (cuja política institucional foi também designada, neste período, por «Política do Espírito»).

Assim, esta pesquisa fundamenta-se na problemática do turismo enquanto veículo de poder político-ideológico e instrumento de propaganda³ política. Especificamente, mergulha-se no estudo dos processos de investimento ideológico na construção de locais turísticos e no conseqüente “estabelecimento de narrativas⁴ a respeito do interesse da “atracção” a ser visitada” (Castro 1999: 81). Na acepção de MacCannell, aqui corroborada, quando se fala de uma “atracção turística” está-se perante “an empirical relationship between a *tourist*, a *sight* and a *marker* (a piece of information about a sight)” (MacCannell 1999: 41). Parte-se, portanto, do pressuposto

² Segundo o autor, “unlike countries such as Britain and the USA the development of these concepts [planning, tourism and organisations] in Portugal has been characterized by political events rather than by the scientific evolution of paradigms. There is indeed a clear line which marks Portugal's evolution over the last decades: the rise of the dictatorship in 1926 and the return to the democracy in 1974. That is, the evolution of tourism, planning and organisation has been carried out on the basis of different premises” (Costa 1996: 161).

³ A propaganda é entendida aqui como a “utilização por um grupo de pessoas de todo o tipo de técnicas de comunicação com o fim de obter alterações de atitude ou de comportamento entre outro grupo de pessoas” (Thompson 2000: 19).

⁴ Na acepção conferida ao longo deste trabalho, “Narrative can be conceived as a telling (in whatever medium, though especially language) of a series of temporal events so that a meaningful sequence is portrayed – the story or plot of the narrative” (Rapport e Overing 2000: 283).

de que o reconhecimento de algo “como “turístico” é uma construção cultural – isto é, envolve a criação de um sistema integrado de significados através dos quais a realidade turística de um lugar é estabelecida, mantida e negociada” (Castro 1999:81).

A questão de partida que está na base deste trabalho de investigação reflecte a afirmação anterior: Que mecanismos sociopolíticos subjazem à ‘construção’ (ou, nalguns casos, à valorização) de locais turísticos em Portugal, durante a «Política do Espírito»?

Assim, a esta pesquisa presidem os seguintes objectivos:

Objectivo geral:

1. Identificar e descrever os processos de “construção” de narrativas turísticas acerca de Portugal, pelo aparelho de propaganda do Estado Novo (durante as décadas de 1930 e 1940 do século XX).

Objectivos específicos:

2. Analisar os mecanismos de “construção” de narrativas turísticas acerca do Alentejo.
3. Identificar e descrever a política de implementação das Pousadas Regionais.

De um modo geral, esta análise decorre de um interesse pelo estudo dos modos através dos quais o património cultural é objectificado e transformado com intuito turístico, por diferentes instituições de poder (a nível local, regional, nacional ou transnacional). Tomando como referência os trabalhos de James Clifford (1997) and Barbara Kirshenblatt-Gimblet (1998), toma-se como hipótese de trabalho exploratória, que as Pousadas são lugares de performance cultural e de representação de mensagens hegemónicas do Estado, veiculando ideias de como devem ser as infraestruturas de acolhimento turístico. Igualmente, assume-se que também as narrativas turísticas se inserem num processo de formatação ideológica do «olhar turístico», na acepção de John Urry (Urry 1991).

Caminhos Metodológicos

Ao longo deste sub-capítulo contextualiza-se o enquadramento metodológico em que se baseia a presente investigação. Um trabalho de investigação é sempre uma história que se conta, ao mesmo tempo que enquadra, inevitavelmente, um caminho pessoal na investigação que será depois submetida, sob a forma textual, a um público que a vai ler, analisar, avaliar. Este trabalho pretende reflectir uma viagem pela História, com bagagem de estudante de Antropologia e Sociologia. É deste contexto que surge a designação deste sub-capítulo, que trata concretamente de três pontos: as fronteiras disciplinares da presente análise, as metodologias de análise específicas e algumas notas relacionadas com a equação pessoal.

Fronteiras Disciplinares

O presente trabalho tem uma identidade disciplinar híbrida. Situa-se nas margens disciplinares porque se encontra na 'esquina' de vários domínios científicos, nas fronteiras de várias disciplinas: Antropologia, História, Sociologia – antropologia e sociologia históricas, sociologia política, história da cultura, entre outras. A representação que se tenta traçar (a história a ser contada) pretende desenhar uma análise a partir de um jogo polifónico destas várias disciplinas. Não apenas como uma sequência de espelhos disciplinares que apenas reflectem, desde as suas perspectivas individuais, diferentes imagens do objecto, mas como três disciplinas «em dança» (Cátedra 2000: XIII), produzindo imagens da realidade situadas ideal e metaforicamente entre o vitral e o caleidoscópio.

Maria Cátedra tem uma posição interessante a respeito das permeabilidades e dos riscos de se realizar trabalho nas margens de várias áreas disciplinares, anotando o facto de que

"el diálogo entre diferentes disciplinas es algo que todos reconocemos como importante pero que practicamos tan poco y tan mal. Y además la interdisciplinaridad tiene sus riesgos. Yo destacaría el carácter liminal y en cierta forma "maldito" que tiene el que se atreve a hacer un trabajo (siempre más rico y creativo) a caballo entre una o varias disciplinas. Suele funcionar en este caso el temor no racional a la ambivalencia (y la defensa de la sagrada propiedad privada!). A la indefinición y el peligro de aquel que se atreve a habitar la margen se añade el pontificado de los definidores oficiales de las disciplinas, los que deciden que la antropología, sociología o lo que sea "es de esta

manera y no de otra" algo que se suele sacar a relucir por exemplo, cuando conviene, en las oposiciones" (Cátedra 2000: xiii-xiv).

Esta autora enfatiza que "Tanta heterogeneidad sin embargo es más aparente que real para los que creemos en una ciencia social más lábil y permeable que las estancas estancias donde solemos encerrar nuestras respectivas materias" (Cátedra 2000: xiii-xiv). Também Vitorino Magalhães Godinho, olhando para a relação entre as Ciências Sociais e a História, considera que talvez "a tarefa mais urgente e importante da sociologia, hoje, seja, fora dessa servidão anormal, desenvolver com toda a força a autêntica história social⁵ (Godinho 1971: 184).

Mas a verdade é que o diálogo entre sociólogos e historiadores tem sido, com frequência um «diálogo de surdos», como afirmou o historiador francês Fernand Braudel (Burke 1990: 10). Este historiador, segundo Peter Burke, "acreditava que a história e a sociologia devem estar particularmente em contacto, já que os estudiosos de ambas as disciplinas tentam ou deviam tentar ver a experiência humana como um todo" (Burke 1990: 22). Adicionalmente, cada "uma das disciplinas pode ajudar a outra a libertar-se de toda a espécie de provincianismos. Os historiadores correm o risco de ser provincianos no sentido mais literal do termo. Especializando-se como o fazem, numa zona e num período particulares podem ser tentados a encarar a sua «paróquia» como um território único e não como uma combinação única de elementos que se encontram em qualquer outra parte" (Burke 1990: 9-10). Por outro lado, diz-nos Burke, os sociólogos "sofrem de provincianismo num sentido mais metafórico, um provincianismo que tem mais a ver com o tempo do que com o lugar, sempre que fazem generalizações sobre a «sociedade» com base apenas na experiência contemporânea ou quando discutem a mudança social ao longo de um período de aproximadamente trinta anos, sem atentar também nos processos de longo prazo" (Burke 1990: 9-10).

Não obstante, Peter Burke anota a gradual convergência entre as duas disciplinas, pelo que, "de um fio de água que era nos anos 50, a sociologia histórica transformou-se numa corrente" (Burke 1990: 24). Esta, segundo o autor, "deve estar relacionada tanto com a compreensão de dentro como com a explicação de fora: tanto

⁵ Segundo o autor, "Não se trata, não se pode tratar de multiplicar compartimentos estanques. História económica, história social, história geográfica, história política, história cultural, como economia, sociologia, geografia, etc., devem interpenetrar-se profundamente e a cada passo, não perdendo de vista a totalidade humana, social por excelência. Talvez que os nomes de economia histórica, sociologia histórica, geografia histórica traduzam bem o novo espírito de investigação" (Godinho 1971: 184).

com o geral como com o particular; e que consiga combinar o sentido apurado para a estrutura do sociólogo com o igualmente penetrante sentido de mudança do historiador” (Burke 1990: 26).

Contextualizadamente, Adérito Sedas Nunes chama a atenção para a unidade do social, “uma unidade sob a diversidade ou diferenciação das disciplinas” (Nunes 1996: 23), que mais não são do que um produto histórico. É, por isso, com base em diálogos transdisciplinares que se torna premente a necessidade de repensar as fronteiras dos saberes académicos (Sanchez 1999: 204), olhando igualmente para intramuros da “nossa” disciplina, e para a inevitável “presença da ideologia no discurso científico” produzido, como bem assinala Sedas Nunes (1996: 107). João Teixeira Lopes enfatiza a prática da interdisciplinariedade, na medida em que sintetiza, citando Ulf Hannerz, que “«as fronteiras disciplinares não se devem tomar vacas sagradas»; em segundo lugar, porque nas sociedades complexas a diversidade de temas de estudo permite a selecção dos que mais se adequam às especificidades disciplinares; finalmente, porque actualmente é mais importante saber se o «tipo de pesquisa emergente é interessante e bem dirigida» do que delimitar com precisão territórios” (Lopes 1997: 44). É com base nestes pressupostos metodológico-epistemológicos de interdisciplinaridade e hibridiz que este trabalho se estrutura metodologicamente.

Instrumentos Metodológicos

Uma grande parte da investigação no domínio específico dos estudos sobre Turismo é nitidamente de natureza qualitativa (Dann *et al.* 1988). Seguindo esta tradição metodológica, também o presente trabalho tem uma orientação marcadamente qualitativa, fundamentada na própria natureza do problema de pesquisa e dos objectivos propostos.

O pilar metodológico da presente pesquisa é a investigação bibliográfica e documental. A investigação bibliográfica baseia-se maioritariamente no uso de fontes secundárias. Por outro lado, a pesquisa documental é igualmente imprescindível, recorrendo à análise de fontes não escritas, e de fontes escritas ou impressas (Bell 1997: 91). Como refere Moreira, sempre que uma investigação “em ciências sociais envolve o estudo de, ou a comparação com um período passado, as fontes documentais tomam-se de imediato a principal fonte de informação para esse mesmo período” (Moreira 1994: 28). Com efeito, uma diversidade de fontes documentais “might

be used in various ways in social research. Some studies might depend entirely on documentary data, with such data the focus in their own right” (Punch 1998: 190).

Os dados recolhidos inserem-se em várias tipologias de fontes documentais – a pesquisa documental sobre fontes escritas baseia-se na análise de fontes escritas materializadas sobretudo em revistas e livros (Albarello *et al.* 1997: 18). Todos estes documentos foram posteriormente analisados recorrendo a técnicas de análise documental (Albarello *et al.* 1997; Quivy e Campenhouldt 1992; Silva e Pinto 1986). Como refere Celso Castro, “uma via de acesso ao processo de construção da natureza turística de um local é-nos fornecida pelos guias de viagem e folhetos turísticos, que “cristalizam” as narrativas e imagens do turismo num dado momento” (Castro 1999: 81). Das duas fontes acima referenciadas, os guias de viagem são objecto de análise neste trabalho de investigação.

A pesquisa documental recai maioritariamente sobre fontes escritas não oficiais – a revista *Panorama. Revista Portuguesa de Arte e Turismo* e um conjunto de guias de viagem, ambos patentes no acervo documental da Biblioteca Nacional de Lisboa. Em relação ao primeiro tipo de fonte, foram consultados os números da revista publicados entre 1941 – data de início de publicação – e 1949 – fronteira temporal da presente análise e, simultaneamente, ano em que termina a publicação da primeira série desta revista, (após o que seria suspensa a sua publicação durante dois anos, bem como mudaria o corpo redactorial, findo o ciclo de António Ferro à frente do SNI). No que diz respeito ao segundo tipo de fonte, foram consultados um conjunto de guias de viagem, publicados entre 1933 e 1950. Não obstante a baliza temporal deste trabalho, considerou-se pertinente realizar uma pesquisa exploratória aos guias publicados a partir de 1850, para uma melhor contextualização do universo narrativo em análise.

Faz-se, no conjunto da pesquisa destas fontes, também uma investigação sobre materiais documentais não escritos, nomeadamente iconográficos e fotográficos, a maioria dos quais integra as primeiras publicações, situando-se em complementaridade em relação ao texto escrito. A única excepção é constituída por um conjunto de fotografias recolhidas na Pousada de Santa Luzia, em Elvas. Como anota Sarah Pink, as imagens “may not necessarily be *the* main research method or topic, but though their relation to other sensory, material and discursive elements of the research images and visual knowledge will become of interest” (Pink 2001: 5).

No que respeita a instrumentos metodológicos de análise, realiza-se aquilo que se designa por análise primária de documentos, na qual estes são analisados como um

todo global, segundo Sierra Bravo (1998: 286). Sociologicamente, segundo este autor, “se pueden analizar en el documento, los puntos, con un enfoque social, que señala Lazarsfeld. Quien habla: sus características sociales; para decir qué: mensaje social; a quien: grupos sociales a que se dirige; como: la forma del mensaje, y con qué resultados” (Bravo 1998: 286).

A análise documental realizada tem um carácter eminentemente taxonómico. Stanley Payne refere, a este respeito, que

“Since causal proof and empiric scientific experimentation are by definition inaccessible to historical inquiry and the social sciences, explanation and argument proceed by means of analogy and analogical reasoning. Taxonomy is is frequently of crucial importance, since the plausibility of analogical explanation breaks down if similarity or distinction cannot be established through coherent classification” (Payne 1983: 525).

A análise de dados qualitativos é então um processo gradual e complexo de categorização da informação; este foi-se desenhando à medida que progrediam as leituras, uma prática anotada por vários autores (Bell 1997: 47; Moreira 1994), e cuja “principal tarefa consistirá em categorizar os dados de que se dispõe de modo a estabelecer relações que expliquem os acontecimentos visados na tese” (Moreira 1994: 103). Com efeito, “para se fazer comparações, o investigador tem de organizar os dados em categorias” (Moreira 1994: 182), codificando-os⁶.

Tendo em conta os objectivos de pesquisa delineados, partiu-se para a pesquisa documental em busca de três temas pré-definidos: narrativas turísticas sobre, respectivamente, “Portugal”, “Alentejo” e as “Pousadas”. Posteriormente, à medida que a pesquisa se desenrolava, desenvolveu-se uma sub-categorização com vista a ordenar a informação recolhida, a qual se efectivou num conjunto de valorações gerais sobre a “Paisagem”, a “História” e a “Etnografia”. Apesar de inicialmente se ter enquadrado esta pesquisa dentro de uma gaveta documental catalogada de “Narrativas Turísticas”, os documentos consultados parecem inserir-se em sub-grupos distintos: os guias de viagem propriamente ditos, publicados com essa função; e os diários de viajantes. E ainda os artigos de divulgação turística, publicados na revista *Panorama*.

⁶ Considera-se por isso que codificar “involves organizing data into categories related to the framework and questions guiding the research so that they can be used to support analysis and interpretation” (Le Compte e Schensul 1999: 45).

Empreendendo uma análise crítica⁷ dos documentos, realiza-se uma crítica interna exploratória às fontes consultadas. Como refere Judith Bell, nas pesquisas de “pequena dimensão, o método que se utiliza é a crítica interna, na qual os conteúdos de um documento são sujeitos a uma análise rigorosa que procura primeiro respostas” (Bell 1997: 94) acerca do documento em análise, bem como do seu autor.

No que respeita ao tipo de documentos em análise, está-se perante um conjunto de documentos publicados, sob a forma de artigo de revista ou livro, sem uma linguagem especializada, e que apresentam narrativas turísticas e/ou relatos de viagem. Foram produzidos com objectivos de narrar, informar e propagandear, por autores mais ou menos próximos do Regime, mas cujos contextos pessoais e sociais transcendem o presente estudo. Não obstante, essa seria uma análise importante, já que aquilo que “os indivíduos e os grupos exprimem é o reflexo da sua situação social, dos seus pólos de interesse, da sua vontade de afirmarem o seu poder, do seu sistema de crenças, do seu conhecimento” (Saint-Georges 1997: 41).

A análise documental efectuada é necessariamente exploratória, ao nível de narrativas sobre Portugal, e especificamente sobre o Alentejo. Fica por fazer uma ‘arqueologia’ destas narrativas e a desmontagem dos vários discursos dos autores. O seu universo referencial leva-os a fazerem analogias com outros locais visitados no estrangeiro ou no país, numa perspectiva assumidamente comparativa.

Como tal, a selectividade de representações dos autores das narrativas parece ter subjacente o seu carácter comparativo, o diferencial universo social e a nacionalidade destes narradores, bem como o seu estatuto socioeconómico – lentes determinantes do mundo observado e experienciado. É patente uma diversidade na origem nacional, social, da situação socioprofissional, dos narradores, mais ou menos (in)dependentes face a instituições várias e poderes múltiplos. Diversidade que surge reflectida nas valorações do mundo observável, na hierarquização que fazem do que deve ser visitável, a qual parece desmontar-se ao longo do período temporal em análise⁸.

⁷ Este tipo de crítica consiste em “efectuar uma leitura atenta do texto, procurando compreendê-lo em profundidade para apreender o seu sentido preciso” (Saint-Georges 1997: 42).

⁸ Em relação à análise dos guias de viagem, cuja leitura exploratória recua, como foi acima referido, até 1850, pode-se inferir que entre 1850 e 1900, por exemplo, os documentos traduzem a atmosfera romântica da época, privilegiando, no âmbito dos recursos inventariados, cenários românticos (Jardins, lugares de batalhas históricas, etc.). Enfim, lugares de memória. Este discurso da memória parece intensificar-se no final do século XIX, sob a atmosfera do ultimato inglês, dando espaço nos documentos ao aparecimento mais explícito das ideias nacionalistas.



Um trabalho de investigação é sempre o reflexo do percurso pessoal do seu autor. Este constitui, por isso, o espaço em que se anota o enviesamento da equação pessoal, que afecta tanto os autores das narrativas em estudo como a autora que redige este texto. Com efeito, “there is always a viewpoint. In reporting there is always a bias, a priority in the order in which the details are noted, a selectivity in impressions recorded, the choice of words, the tone of the writing and a hundred other subtle points” (Pitt 1972: 50).

As principais dificuldades sentidas ao longo do processo de investigação começaram por ser, numa fase inicial, de acesso às fontes. O projecto de pesquisa inicial planificava uma consulta ao acervo documental dos arquivos do S.P.N./S.N.I.; o acesso a esta informação foi, contudo, restringido pela instituição que o tutela, pelo que a presente investigação teve de basear-se na análise de documentos publicados.

Este, como qualquer outro, foi, é um trabalho somatório de afectos e labirintos de aprendizagem, feita a partir dos erros. A nível pessoal, a partida para o “terreno” foi pautada por uma motivação de desenvolver competências de investigação “académica”. Gradualmente apaixonada pela riqueza socioantropológica da “Política do Espírito”, o mergulho nesta viagem ao passado teve uma motivação adicional: aprender a analisar e interpretar fontes históricas. A primeira barreira chegaria pouco depois e materializou-se inicialmente uma certa solidão sentida em frente aos documentos. De um hábito em relação ao “barulho” de outros cenários de pesquisa, houve um sentimento de falta do ‘trabalho de campo’, realizado no sentido clássico (em Antropologia), em terrenos mais povoados de pessoas a quem entrevistar, observar, com quem dialogar. Esta solidão coexistiu em paralelo com um deslumbramento subsequente pela riqueza informativa dos documentos em análise, que conduziu a uma certa dispersão inicial face ao universo múltiplo de informações passíveis de registo, e revelando uma certa indisciplina na focalização do objecto específico da pesquisa. Finalmente, na gestão possível da equação pessoal destaca-se a hibridéz teórico-conceptual deste trabalho, e das leituras labirínticas por este suscitadas, e que a ele conduziram. Esperando situar-se nas margens, e não à margem, de várias áreas científicas, é com consciência que se assumem as deambulações disciplinares deste trabalho, bem como o facto de que tais incursões podem traduzir-se, ao mesmo tempo, numa ratoeira ou numa virtude.

Organização do Texto

Depois de nesta Introdução se apresentarem os objectivos e metodologia que presidem à pesquisa, o presente trabalho está organizado em seis capítulos. No primeiro capítulo, caracteriza-se globalmente a problemática que enquadra a pesquisa. Montado o cenário politico-ideológico, o segundo capítulo faz uma sistematização geral da acção do dispositivo de Propaganda (SPN/SNI), durante as décadas de 1930 e 1940, servindo de contexto para centrar a análise na política de Turismo prosseguida pelo Regime, sobre a qual versa, especificamente, o terceiro capítulo. Os dois capítulos seguintes exploram analiticamente o processo de construção de narrativas turísticas sobre Portugal e o Alentejo (capítulos quatro e cinco, respectivamente). O último capítulo, ponto de confluência dos anteriores, centra a análise no processo de implementação das *Pousadas Regionais*. A finalizar, realiza-se um 'balanço em aberto' dos resultados a que a pesquisa conduziu.

Capítulo 1 – A Problemática

“E os Estados bem ordenados e os príncipes sábios cuidam com toda a diligência de não desesperar os grandes, e de satisfazer o povo e mantê-lo contente, porque é esta uma das importantes atribuições que cabem a um príncipe”
Nicolau Maquiavel (1999)

“Politicamente só existe o que o público sabe que existe”
António de Oliveira Salazar (1933)¹

Ao longo do presente capítulo caracteriza-se genericamente a problemática que enquadra a pesquisa. Na primeira secção realiza-se uma breve contextualização teórica das ligações existentes entre o fenómeno turístico, o Nacionalismo e a Identidade Nacional. Na segunda secção – *O Regime ao Espelho* – foca-se o olhar na caracterização do sistema nacionalista português do Estado Novo, de modo a contextualizar o objecto de estudo e visualizar o cenário político-ideológico em que ele se situa. Esta é uma tarefa algo facilitada já que este período tem vindo a merecer, na década recente, um lugar privilegiado na investigação realizada pelas várias ciências sociais². Na terceira secção analisam-se alguns dos mecanismos, instrumentos e fontes de poder que estão por detrás da face visível do Regime.

Turismo, Nacionalismo e Identidade Nacional

Erve Chambers anota claramente o facto de que o Turismo “can play an important role in both national and local politics because it tends to reinforce existing patterns of dominance and political control” (Chambers 2000: 53) e que, com frequência, estabelecem-se políticas de representação “through the use and manipulation of symbols” (Chambers 2000: 49). No contexto temporal e ideológico em análise neste

¹ Citado a partir de Fernando Rosas (1994: 293).

² Nas análises sociológica e histórica vejam-se, entre outros, os trabalhos de Hermínio Martins (1998), António Costa Pinto (1990; 1992; 1992a; 2001), Phillipe Schmitter (1999), Fernando Rosas (1994; 1999), Jorge Ramos do Ó (1999) e Daniel Melo (2001). Na antropologia é de destacar o contributo das análises de Joaquim Pais de Brito (1982, 1995), João Leal (2000), Vera Marques Alves (1997) e, mais recentemente, também Luis Cunha (2001).

trabalho, o desenvolvimento desta actividade dar-se-á com uma forte componente de regulação estatal, sob a ascensão de um sistema político de carácter nacionalista, cujos contornos importa aqui conhecer.

Anthony Smith demonstra claramente o modo como o nacionalismo se desenvolveu enquanto movimento ideológico com vista a atingir e manter a autonomia, unidade e identidade da nação (Smith 1997: 98). Um processo ao longo do qual alguns dos seus aspectos mais poderosos e duradouros são os símbolos nacionais e as cerimónias (Smith 1997: 101). Também Joseph Llobera defende que "nas suas origens e bases, a identidade nacional é uma tentativa de preservar a "senda dos antepassados", mas a realidade está em constante mudança e o efeito de ideologias nacionalistas tende a dar a perceber uma mesma imagem quando, na verdade, estão em causa realidades distintas. Até mesmo os nacionalismos modernizados e orientados para o futuro têm de prestar preito verbal à noção de continuidade" (Llobera 2000: xii). No mesmo sentido aponta José Manuel Sobral, que, na análise que realiza, sublinha que "nas nações, a produção das identidades passa pela objectivação de um passado no presente, sujeito a invenções e adequações, mas destinado a aureolá-las com o prestígio que a antiguidade confere" (Sobral 1999: 84).

Joseph Llobera enfatiza o facto de que no período "entre as duas guerras"³, o modelo fascista de nacionalismo difundiu-se, assumindo diversas formas, por toda a Europa. No poder ou na oposição, os movimentos fascistas estavam presentes em muitos países e, onde triunfavam, prosseguiram políticas radicais de construção nacional, numa tentativa de criar a homogeneidade necessária para manter as massas do país em sintonia com as ideias míticas, por vezes místicas, de nação⁴ (Llobera 2000: 199).

³ O auge do "nacionalismo de estado é atingido, evidentemente, com os regimes fascistas que brotaram, na Europa ocidental, entre 1918 e 1945 (e, no caso da Espanha e Portugal, até aos começos dos anos 1970, ainda que nessa altura estivesse atenuado). O estado apropriou-se da capacidade de o nacionalismo "fornecer sustentáculo emocional e psíquico numa era marcada pelo declínio da religião e pela desumanização do industrialismo. O nacionalismo medrou porque bebia nas emoções mais fortes que história e território proporcionam, dando sentido às vidas individuais num universo que, de forma galopante, se apresenta desprovido de sentido, podendo fortalecer o estado ao ponto de suscitar uma lealdade de tipo quase religioso" (Llobera 2000: 192).

⁴ O autor continua o desenvolvimento desta ideia, assinalando que "Com a provável excepção da Suíça, os estados da Europa ocidental adoptaram políticas de homogeneização para com as nacionalidades subordinadas e as "regiões" [...]. Os argumentos estéticos eram também usados para as relegar para segundo plano e o mesmo poderia dizer-se das culturas não oficiais dentro de um estado, que, na melhor das hipóteses, eram marginalizadas por via da folclorização" (Llobera 2000: 211).

Em relação ao contexto português, José Manuel Sobral leva o leitor numa viagem pelo desenvolvimento processual do nacionalismo em território nacional⁵. Este antropólogo sublinha, conclusivamente, o papel do património nacional na demarcação do território e na produção de identidades nacionais. José Sobral faz uma análise articulada entre algumas famílias grandes proprietárias rurais e os contextos do nacionalismo, e conclui que “Nestas famílias e nas nações, a produção de identidades é a produção de memórias, que não se limitam à forma oral ou escrita, mas que passam pela inserção num espaço: a residência e propriedade, por um lado, o “território nacional”, por outro. Um espaço que é, por isso, uma base de memória, um símbolo identitário, além de uma fonte de recursos. Compreende-se assim [...] a importância dada pelos estados – que se querem identificar como nações – ao seu património nacional (monumentos, artefactos, produtos da acção passada dos seus cidadãos) e ao território” (Sobral 1999: 83-4).

Luís Cunha, na análise que realiza sobre a construção da identidade nacional durante o Estado Novo, sintetiza que, entre os níveis fundamentais do imaginário em que se alicerçará o Salazarismo, a “importância da história, do império e de uma cultura popular ancestral e perene constituem os eixos de um sistema simbólico, através do qual se define um provir e se traça um rumo” (Cunha 2001: 21). Com efeito, a cultura popular encontra-se entre estas formas de utilização governamental das culturas. Na maioria dos casos, quando falamos de cultura popular⁶ esta é-nos apresentada em contraponto dicotómico com uma cultura erudita, de carácter hegemónico⁷. Existem múltiplos exemplos de vinculação da cultura popular com a política, testemunhando o facto de que a cultura seja utilizada como “foro propagandístico” (Street 2000: 52), ou,

⁵ Para este autor, desde “o momento (século XIX) em que a nação se transforma em fonte central de legitimação política no estado, assiste-se a uma verdadeira recriação nacional que não se limita ao escrito: elevam-se monumentos, desenvolve-se a defesa e reconstrução dos vestígios do passado. Promove-se a popularização dos temas nacionais/nacionalistas por via de publicações para um público mais alargado do que os consumidores de textos eruditos. A história é celebrada em cerimónias que evocavam grandes factos do passado, simbolizados na acção de personagens – como Camões e Vasco da Gama, com a celebração dos centenários da morte do poeta e da chegada do navegador à Índia – ligadas a um período que ainda não deixou de ser evocado como o de máxima glória portuguesa: a expansão ultramarina” (Sobral 1999: 81).

⁶ Para um aprofundamento da relação entre cultura popular e cultura erudita veja-se Augusto Santos Silva (1991) e também Elísio Estanque (1995).

⁷ Por hegemonia entende-se, neste contexto, “la capacidad de un sector o grupo de sectores de una clase social de generar consenso favorable para sus intereses y hacerlos equivaler como intereses generales” (Zubieta 2000: 38).

na acepção de Tony Bennet (1999), como artefacto de governação⁸. No contexto político-ideológico da presente análise, o edifício propagandístico do Estado Novo⁹ tratará também desde cedo de cosmetizar turisticamente a cultura popular entoando esta à voz esteticizada de um «Povo» idealizado pelo Regime e, como tal, consonante com as manifestações culturais empreendidas (directa ou indirectamente) pelo Estado. No âmbito deste processo de instrumentalização turística, assiste-se à atribuição de novos usos a objectos de cultura material¹⁰, e, entre outros aspectos, a uma mais apertada regulação das formas a conferir aos espaços e edifícios turísticos¹¹. Com efeito, como assinala John Urry, “given the emphasis on tourist consumption as visual, and the significance of buildings as objects upon which the gaze is directed, it is essential to consider changing patterns and forms that those buildings might take” (Urry 1990: 120).

No conjunto das acções de formatação desse «olhar turístico», o Regime irá sugerir também novos tipos de leitura da «Paisagem Portuguesa», tal como esta é desenhada neste período. Eric Hirsch considera a Paisagem¹² como um processo cultural complexo, que tem implícitas, por vezes, representações que a cartografam como algo de ‘pitoresco’. Segundo este autor, baseando-se no contexto britânico, “The debate surrounding notions of the picturesque in Britain was a reaction both to the idealized landscapes painted by Claude, Poussin, and Salvator Rosa and to the then prevailing convention of the Grand Tour to which these paintings gave visible expression” (Hirsch 1995: 12). Neste sentido, continua o autor, “the debate concerned English/British ‘national identity’” (Hirsch 1995: 12). Está-se na presença de uma

⁸ Segundo Tony Bennet, “the emergence of the modern relations between high and popular culture can be viewed as an artefact of government in view of the degree to which the former was – and still is – subjected to a governmental technologization or instrumentalization in order to render it useful as a means of social management” (Bennet 1999: 383).

⁹ Veja-se, a este respeito, o próximo capítulo.

¹⁰ Segundo estes autores, estamos perante ideologias de preservação que “might frequently conceal implications for transformation. For example, the effort to present vignettes from other societies often involves the decontextualization of objects from their everyday contexts, with the unintended result of creating aesthetic and stylistic effects that do not fit the original context” (Appadurai e Breckenridge 1999: 406).

¹¹ Veja-se, exemplificativamente, o capítulo 6.

¹² A noção de paisagem patente neste trabalho recorre à definição proposta pelos geógrafos Daniels e Cosgrove, que a identificam com uma “cultural image, a pictorial way of representing surroundings” (Hirsch 1995: 5).



Paisagem idealizada, alicerçando convenções turísticas que ajudam a vestir a Nação e a sua identidade nacional¹³.

Na presente análise, a Paisagem parece inserir-se também nesta perspectiva, sendo representada como uma pitoresca ruralidade arcadiana pela «Política do Espírito». Será valorizada enquanto recurso turístico nacional, e vista como um dos símbolos da nação¹⁴. Mas importa, primeiramente, caracterizar o sistema político que enquadra esta análise.

O Regime ao *Espelho*

Simplisticamente, o Estado Novo é o regime político que, decorrente do movimento militar de 28 de Maio de 1926, vigorou em Portugal até ao 25 de Abril de 1974. Fernando Rosas considera que “o Estado Novo, como regime político – e também como sistema de valores – é fruto de um processo longo, complexo e sinuoso, desde o advento da ditadura militar estabelecida pelo movimento do 28 de Maio de 1926 até à implantação das novas instituições em 1933 e 1934” (Rosas 1994: 291). Segundo Stanley Payne, o Estado Novo “foi provavelmente o primeiro de todos os sistemas desenvolvidos de autoritarismo burocrático” (Payne 1983: 530). Também Phillippe Schmitter o considera um regime autoritário conservador e burocrático, em que a “finalidade da maior parte das suas instituições «representativas» era a desmobilização, e não a mobilização; a atitude que se pretendia imprimir aos cidadãos era uma atitude de aquiescência obediente, e não de apoio entusiástico” (Schmitter 1999: 68).

Na análise que faz do regime, Braga da Cruz identifica a existência de cinco fases históricas¹⁵: “1. A Ditadura Militar (1926-1933); 2. A construção do Estado Novo (1933-1945); 3. A diversificação do Regime (1945-1961); 4. O endurecimento (1961-1968); [e] 5. A liberalização bloqueada (1968-1974)” (Cruz 1988: 38). Segundo este autor, a fase de “construção do Estado Novo Corporativo caracteriza-se assim por um acentuado autoritarismo de Estado, por um dirigismo político e económico-social, por

¹³ Veja-se, a este propósito, a análise que Chris Pinney realiza sobre oleografias com paisagens da Índia (Pinney 1995: 78-113).

¹⁴ Cf. Capítulos 4 e 5 desta investigação.

¹⁵ Para um aprofundamento acerca da especificidade e longevidade do regime autoritário português no contexto europeu e uma contextualização mais abrangente das suas origens, características sociais, económicas e imperativos político-ideológicos ver Schmitter (1999: 21-70).

uma intensificação de propaganda oficial nacionalista, por um reforço da repressão administrativa e policial e por um controle político sobre o movimento operário e sobre a oposição política” (Cruz 1988: 41). Segundo Hermínio Martins, as “primeiríssimas tentativas feitas politicamente para definir a forma institucional da ditadura¹⁶ como república autoritária corporativa foram levadas a cabo por Salazar durante alguns discursos importantes pronunciados em 1930” (Martins 1998: 31). Não obstante, “Definindo-se como «corporativo»¹⁷, o regime procurou impedir classificações e identificações políticas mais precisas” (Martins 1998: 34) na caracterização das suas políticas públicas¹⁸.

Como refere Abel Mateus, o Estado Novo “era um estado corporativo cuja célula de base era a família. A base da organização económico-social eram as corporações económicas, morais e intelectuais. Os elementos primários da organização corporativa económica eram constituídos pelos sindicatos dos trabalhadores, grémios dos empresários e casas do povo dos rurais” (Mateus 1998: 56). Num esboço de caracterização da intervenção estatal do Estado Novo nas décadas de 1930 e 1940, este autor refere que as bases económicas do Estado Novo centravam-se numa “economia nacionalista – autarcia económica, supressão das liberdades dos trabalhadores (nomeadamente do direito à greve), auto-suficiência alimentar, condicionamento industrial para «racionalizar» o investimento, a cartelização de alguns sectores por intervenção do Estado, suprimindo a concorrência” (Mateus 1998: 56). Economicamente, caracteriza-se por uma política aduaneira proteccionista; por uma política social que, timidamente, tenta reduzir as taxas de analfabetismo e cria o

¹⁶ Alguns anos depois, “Entre 1932 e 1934 foram lançados os fundamentos legais do Estado Novo, em particular a Constituição Política ratificada em 1933, que incorporava, respectivamente, o Acto Colonial de 1930 e o Estatuto Nacional do Trabalho, promulgado, também ele, em 1933. [...] Só a Concordata com a Santa Sé se lhes seguiu em importância, mas só foi estabelecida em 1940, embora as suas cláusulas já estivessem implícitas na constituição” (Martins 1998: 31).

¹⁷ O “carácter corporativo do sistema estava encerrado na Constituição e explicado no Estatuto Nacional do Trabalho, promulgado em 1933. Este código do trabalho, que em algumas das suas maiores formulações se comparava à Carta do Trabalho do fascismo italiano, institui uma organização corporativa para o sector industrial e agrícola. Dado que em 1940 só uma quarta parte de toda a população vivia em centros urbanos com mais de dez mil habitantes, a população trabalhadora agrícola estava escassamente «integrada» neste esquema organizativo. Na década de 60 só um quinto da população agrícola pertencia às semi-corporativas casas do povo” (Martins 1998: 34), o que atesta a sua fraca representatividade no país real.

¹⁸ Veja-se, em relação a este assunto, a interessante desmontagem do corporativismo e da política pública portuguesa durante o Estado Novo realizada por Phillippe Schmitter (1999: 103-178).

subsídio de desemprego para parte da população activa (“aplicável à indústria e ao sector privado dos serviços, assim como salários mínimos para certas actividades”) (Mateus 1998: 56). Para além de um primeiro esforço geral de desenvolvimento das infraestruturas do país, existe, sob o ponto de vista da política industrial, um nítido “condicionamento industrial” (Mateus 1998: 57). Finalmente, no que respeita à política agrícola, o “novo regime cerealífero introduzido em Agosto de 1926 iria culminar no lançamento da Campanha do Trigo¹⁹ em 1929, um dos episódios mais emblemáticos do novo regime económico” (Mateus 1998: 59). Este ‘episódio’, aliás, influirá fortemente na construção da imagem ruralista do Regime, e em especial de uma das suas províncias: o Alentejo²⁰.

Segundo Fernando Rosas, “no campo político-institucional, o regime emerge, no seu funcionamento político, como uma «ditadura de chefe de Governo»²¹, com o progressivo esvaziamento dos poderes do Presidente da República e da Assembleia Nacional e a anulação efectiva das concessões ao liberalismo resultantes do «compromisso institucional» de 1933” (Rosas 1994: 243-244). Neste contexto de instalação, as relações entre o poder central e os poderes periféricos foram, por vezes, alvo de complexos e sinuosos processos negociais entre o regime e a sociedade que o acolhia, como anota Rui Ramos (1986)²².

¹⁹ Segundo este autor, “Esta política de auto-suficiência da produção do trigo fixava os preços anuais a pagar ao produtor, estabelecia quotas para a importação e limitava a capacidade de moagem. [...] Mas a falta de vantagens comparativas do país nesta cultura, e o conflito de interesses entre os empresários de moagem e os agricultores, por um lado, e os consumidores, por outro, e perante a quebra de produção que, entretanto, se verifica, [...] o Governo decreta, em finais de 1936, o fim da Campanha do Trigo, embora permaneçam traços importantes desta política” (Mateus 1998: 59). Tanto interna como externamente, acentua-se a partir desse ano o “dirigismo do Estado sobre a economia” (Mateus 1998: 59), estendendo-se o corporativismo luso a praticamente todo o comércio externo (Mateus 1998: 60).

²⁰ Veja-se, a este respeito, o capítulo 5.

²¹ Sobre a relação entre a figura de Salazar e o regime, cf. a análise de Hermínio Martins (1998: 28-35).

²² Este investigador analisa o complexo e sinuoso processo de instalação do Estado Novo no Distrito de Vila Real, pela mão de Assis Gonçalves, o secretário de Salazar nomeado governador Civil do Distrito. O autor realiza uma análise das relações centro-periferia, a qual de certo modo desmonta a imagem quase mitificada de um regime comandado por um ditador solitário e omnipresente. Rui Ramos demonstra que, além da personalidade do «Chefe» na instalação do Estado Novo no país, a longevidade que o caracterizou “deveria, pelo menos fazer-nos suspeitar de secretas correspondências entre o Estado salazarista e a sociedade a que ele se conformou durante meio século” (Ramos 1986: 111). O autor parte da hipótese de que a “interacção entre o centro do sistema e as administrações periféricas e entre estas e o meio social onde actuam determina a aplicação de uma política, o sentido real de um regime” (Ramos 1986: 112). No

O novo Regime surge, por isso, também em consequência de uma teia caleidoscópica, agitada e instável, que caracteriza a vida político-partidária nacional durante primeiras décadas do século XX, com influências ideológicas em movimentos conservadores, de que ressalta o Integralismo Lusitano²³, e conquistando o decorrente apoio de grande parte das elites políticas²⁴ com vista à consolidação de uma

exemplo empírico em análise, encontramos na figura do Governador o «braço» do poder central que se propõe catequizar a região no novo ideário político e se depara com “a persistência dos equilíbrios e sistemas de poder tradicionais” (Ramos 1986: 114) do Portugal rural e interior. O autor demonstra assim o modo como o Estado Novo procurou, num processo negocial nem sempre bem sucedido, silenciar ou pelo menos homogeneizar caquiquismos locais, recrutando as velhas elites e tentando assimilar os influentes. Com efeito, através destes, “o regime contactava e controlava os campos e as vilas do país interior e comprometera-se por isso a não perturbar as estruturas sociais, económicas e culturais que permitiam essa mediação, isto é, as bases desses poderes periféricos” (Ramos 1986: 134). Conclusivamente, o autor refere que o “imobilismo era a chave do regime, e isso estava de algum modo relacionado com o modo como ele se inscrevia no social. Talvez esteja aqui o ponto de partida para começarmos a compreender porque esta parte da sociedade portuguesa que aqui visitámos – a do interior norte – se parece ter conformado durante tanto tempo à ditadura de Salazar. Talvez porque só lhe chegasse dessa ditadura um eco que quase se confundia, se bem que num contexto mais rígido e policiado, com os equilíbrios de poderes tradicionais. Monarquia constitucional, República, Estado Novo: as rupturas parecem nítidas sobretudo nas grandes cidades do litoral do país. Nos gabinetes dos ministérios, nos cafés, nas fábricas, nas rotundas e avenidas discute-se e vive-se intensamente as mudanças. No interior, na província, representam às vezes não mais que ligeiras variantes numa terrível continuidade” (Ramos 1986: 135).

²³ Uma análise aprofundada acerca deste movimento é realizada por Manuel Braga da Cruz (1982), que realça o seu papel de destaque entre as influências político-ideológicas que alicerçaram a construção do Estado Novo. A análise do autor tem um forte enfoque sobre os cenários políticos de debate ideológico dos anos iniciais do novo sistema político, em que alguns dos aspectos do integralismo serão apropriados pelo Salazarismo. Este “pretendeu colher do integralismo alguns elementos doutrinários, nomeadamente o seu nacionalismo antidemocrático e o seu corporativismo social, caldeando-os porém com princípios que o próprio integralismo não só não comportava, como hostilizava (Cruz 1982: 177). Numa apropriação selectiva, e enquanto “«centrista» católico, Salazar contrapunha aos integralistas a subalternização da questão do regime, como questão política fundamental, invocando contra eles o primado da moral sobre o primado da política na «reconstrução nacional». Os problemas políticos e sociais do País requeriam uma solução moral, e esta só poderia encontrar-se no apaziguamento, e não na exaltação política; no corporativismo e na concentração, e nunca na excitação social; no serenamento ideológico, e não na agitação psicológica das massas. Daí que passasse para segundo plano a pretensão integralista da legitimação monárquica da nova ordem, recolhendo porém dela a proposta de reordenamento tradicionalista e corporativista da Nação” (Cruz 1982: 177). (Os sublinhados são acrescentados).

²⁴ Para um aprofundamento da discussão do papel das elites políticas na consolidação do salazarismo, veja-se a análise comparativa dos perfis partidários do Nacional Sindicalismo e da União Nacional realizada por António Costa Pinto (Pinto 1992). Especificamente sobre a problemática do Integralismo Lusitano e do Nacional Sindicalismo, veja-se ainda Hermínio Martins (1998: 19-45).

estabilidade desejada²⁵. No contexto internacional, a vaga autoritária que caracteriza a Europa no período entre guerras, tem uma inegável influência no país e nos tipos de liderança que então começam a delinear-se²⁶ em Portugal. Para além do controlo das instituições militar e religiosa, constituem-se milícias próprias (Mocidade e Legião²⁷ Portuguesas), e um partido - a União Nacional²⁸ - ao mesmo tempo que, sob a ameaça da Guerra civil de Espanha²⁹, o aparelho repressivo³⁰ e de segurança é maximizado.

²⁵ Nomeadamente, de acordo com David Birmingham (1998), os ecos do contexto da depressão de 1930 tiveram múltiplas repercussões na vida política e económico-social nacional – “As reformas liberais da monarquia burguesa e da República foram abandonadas e ganhou influência uma nova oligarquia autocrática, que limitou os direitos dos trabalhadores, restringiu as despesas com a educação e os serviços e reprimiu as opiniões públicas, recorrendo ao aumento da vigilância policial. A política passou a ser cada vez mais dominada por Salazar, um ditador solteiro que satisfazia as aspirações dos oficiais da velha guarda, ao mesmo tempo que os afastava da prática da política. Os civis católicos da classe média alta formaram uma nova geração de políticos que admiravam discretamente a política disciplinadora da Itália fascista e da Alemanha nazi” (Birmingham 1998:195).

²⁶ Sobre as influências externas do autoritarismo de António de Oliveira Salazar, veja-se a análises de Doz e Rowley (1989). Segundo estes autores, “Em Portugal, que vive desde a guerra em permanente instabilidade, o General Carmona recorre em 1928 a Oliveira Salazar, professor de Economia na Universidade de Coimbra, para o cargo de Ministro das Finanças. Após uma estabilização monetária bem conseguida, este vai impor progressivamente, como presidente do Conselho em 1932 e ministro da Guerra em 1936, uma ditadura que se propõe realizar o Estado Novo. Católico austero e íntegro, avesso ao culto da personalidade e à arregimentação das massas, Salazar é mais influenciado pelo tradicionalismo de Maurras que pelo fascismo hitleriano. Adversário do liberalismo, hostil à industrialização, cultiva o respeito pela moral cristã e pelas virtudes familiares. Apoiado pelo clero e pelos notáveis da grande propriedade rural, o seu regime define-se como corporativista, deixando fe facto intactos os privilégios da classe dirigente. Ditadura paternalista, policial e obscurantista, o salazarismo beneficiou não só de uma longevidade excepcional, como também da grande simpatia dos meios da direita católica, incluindo a francesa” (Doz e Rowley 1989: 223-226).

²⁷ Acerca da Legião Portuguesa, durante as décadas de 1930 e 1940, veja-se a análise de Luís Nuno Rodrigues (1996).

²⁸ Vejam-se, sobre este aspecto, as análises de Braga da Cruz (1991) e Arlindo Caldeira (1986). Arlindo Caldeira faz uma análise da União Nacional entre 1926 e 1934 e realça três objectivos centrais desta estrutura político-partidária:

1. “Apoio à monopolização do poder político pelo Governo, desempenhando a UN uma função de neutralização, ao nível central ou local, de todas as forças susceptíveis de disputar o poder de Salaza, quer essas forças funcionem no interior quer no exterior do Estado;
2. Legitimação do regime através das vitórias eleitorais e legitimação do poder do chefe, tornando-o inamovível e intocável;
3. Unificação das forças de apoio ao regime, permitindo resolver internamente conflitos eventuais e controlar dissensões ou projectos que ponham em causa a sua estabilidade” (Caldeira 1986: 975).

²⁹ Sobre os reflexos da Guerra Civil de Espanha no contexto nacional, vejam-se as análises de César Oliveira (1987) e Iva Delgado (s/d).

Adicionalmente, sob o repto ideológico da «educação das almas», procura-se moldar os espíritos jovens e menos jovens “nos valores do nacionalismo, designadamente através da Mocidade Portuguesa [...], os sindicatos nacionais, a Federação Nacional para a Alegria no Trabalho ou a Organização Nacional das Mães para a Educação Nacional. Tudo sobre a orientação ideológica geral do Secretariado de Propaganda Nacional [SPN], criado, logo em 1933, para tutelar as artes, os espectáculos e todas as formas de expressão” (Rosas 1994: 244). Numa clara preocupação de controlo da “opinião pública”, caberia ao Estado, sob a forma do seu instrumento legal – o SPN – a “a protecção do espírito, a prática de uma “Política do Espírito” (Paulo 1994: 73). Oliveira Marques considera, a este respeito, que a formação “do Secretariado de Propaganda Nacional (S.P.N.) – mais tarde crismado em Secretariado Nacional de Informação (S.N.I.)³¹ – ajudou decisivamente a criar um estilo nacional de tipo fascistizante (muito influenciado por formas «tradicionais»), que permealizou todas as artes, pelo menos até à década de Cinquenta. Sob a direcção vigorosa de António Ferro (1895-1956), o S.P.N.-S.N.I. empreendeu esforços múltiplos em todos os campos artísticos, muitas vezes com fins de propaganda, mas muitas outras, também, com características do maior interesse na promoção das artes” (Marques 1996: 675).

Em íntimo diálogo com as mensagens que esta «Política do Espírito» irá transmitir, o nacionalismo autoritário da «Situação», conhece na fase de construção do regime “um primeiro movimento ascensorial no seu lançamento, e tem como momentos altos a mobilização em torno do anticomunismo, por ocasião da Guerra Civil de Espanha e da exaltação da nacionalidade e do Império³² com as comemorações dos centenários em 1940” (Cruz 1988: 41). De acordo com Eduardo Lourenço, estes momentos simbólicos da política cultural do regime “relevam do clássico nacional tradicionalismo de inspiração católica, mais ou menos integrista” (Lourenço 1982: 1431).

³⁰ Veja-se, no âmbito desta problemática, a análise que Maria da Conceição Ribeiro faz da Polícia Política entre 1926 e 1945 (Ribeiro 1995).

³¹ Em 1944, este sofre uma mudança de nomenclatura, passando a ser designado por *Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo* (SNI).

³² A questão colonial teve, aliás, um peso considerável no processo de implantação económica, política e ideológica do Estado Novo, como atesta a análise realizada por Valentim Alexandre (1993).

Segundo a tipologia proposta por Braga da Cruz, com o desfecho da segunda Guerra Mundial³³, o regime salazarista entra na sua fase de diversificação, decorrente dos “problemas prementes de adaptação ao quadro político e económico-social do pós guerra. Procedeu-se assim a uma maior abertura externa e a uma maior diversidade interna” (Cruz 1988: 42). A nível externo, realizam-se medidas de combate ao isolacionismo, em que “se esbate o nacionalismo autárcico anterior e se aceita e procura deliberadamente tomar parte nos processos de agrupamento internacional³⁴” (Cruz 1988: 42). A nível interno, a inevitabilidade dos “reflexos da vitória aliada” (Cruz 1988: 42) materializou-se, politicamente, numa mais cuidada cosmetização do aparelho autoritário corporativo, tendo-se verificado um relativo “abrandamento do autoritarismo repressivo e do monopolismo político, com a atenuação do controle repressivo, a aceitação de manifestações esporádicas por parte da oposição, e de algum pluralismo interno no seio da «situação»” (Cruz 1988: 42). Essa cosmetização irá decorrer em várias frentes de diversificação do regime, uma das quais será, em lugar de destaque, o papel dedicado ao Turismo³⁵ por parte do poder político.

Por detrás do *Espelho*

Max Weber refere-se ao Poder como “a possibilidade de alguém impor a sua vontade sobre o comportamento de outras pessoas” (Galbraith s/d: 18). O poder, definido por Russel como “a produção de efeitos pretendidos”, tem na influência sobre a opinião, isto é, na propaganda, uma das formas de produção desses efeitos sobre os indivíduos (Russel 1990: 29). Considerando o “exercício do poder como algo apreciado em todas as sociedades” (Galbraith s/d: 26), uma desmontagem breve do objecto em análise tem aqui em cena o exercício do poder sob a forma de propaganda, a que subjazem diferentes usos e mecanismos. Há autores que consideram a propaganda como “a forma fundamental de poder” (Russel 1990: 13), na medida em que “pode gerar uma opinião quase unânime, [...] um poder irresistível” (Russel 1990: 14). Na presente análise, ela é também considerada como uma forma de poder condicionado.

³³ Acerca dos reflexos da conjuntura bélica da Segunda Guerra Mundial no contexto português vejam-se as análises de António José Telo (2001; 1991).

³⁴ No âmbito da política externa portuguesa, tem destaque a postura de Portugal em relação ao Plano Marchal, um processo zigzagueante anotado por Fernanda Rollo (2001; 1995).

³⁵ Sobre a Política de Turismo, veja-se o capítulo 3 desta investigação.

Inversamente aos outros instrumentos de poder, o poder condicionado caracteriza-se pela subjectividade e “é exercido mediante a mudança de uma convicção, de uma crença. A persuasão, a educação ou o compromisso social com o que parece natural, apropriado ou correcto leva o indivíduo a submeter-se à vontade alheia” (Galbraith s/d: 22). No contexto em análise, parecem ser instrumentalizados todos estes meios. A todo o processo subjaz um condicionamento “explícito” (Galbraith s/d: 45), formalizado pela mensagem de persuasão da propaganda e da publicidade turística, e também pelos meios de comunicação social afectos ao regime. Tendo em conta que a “Lealdade para com um líder, [o] orgulho nacional, e [o] fervor religioso provaram, historicamente, ser os melhores meios de assegurar a coesão” (Russel 1990: 101), também aqui se verifica uma acção concertada para assegurar a coesão através de discursos de poder de lealdade a Salazar, exaltação nacionalista e catolicismo militante. O que encerra um condicionamento implícito, que é de ordem cultural e de crença. A propaganda dá assim lugar a um imenso ritual de posse do poder, materializado em iniciativas várias³⁶, que funciona como um instrumento de legitimação socio-política da jovem ditadura³⁷, que era necessário consolidar interna e externamente³⁸. Mas esta odisseia do Poder tem na sua base as fontes donde é originário.

Na acepção de Galbraith, aqui corroborada, as fontes de poder são a personalidade, a propriedade e a organização, inter-relacionadas entre si. No quadro da presente análise, a personalidade de Salazar, a estrutura organizativa do SPN e ainda os recursos financeiros do Estado constituem as fontes de poder por excelência. Mas existe claramente uma combinação e associação das várias fontes, com vista à prossecução da ‘obra’ em causa: a personalidade de António Salazar, é apoiada e sustentada pela estrutura do aparelho de propaganda; os custos de todo o edifício

³⁶ Uma caracterização destas várias iniciativas é realizada no próximo capítulo.

³⁷ A legitimidade do Estado Novo é explicitada, aos olhos da propaganda, pelo facto de o novo regime ser:

- “O legítimo herdeiro e guardião da história e da cultura pátrias;
- O garante da ordem e da paz;
- O promotor da modernidade, detentor da racionalidade e capacidade tecnológica;
- O protector e orientador das populações nacionais e colonizadas” (Guimarães 1987: 109).

³⁸ Como refere Braga da Cruz, são neste período intensificados os “mecanismos de propaganda e de enquadramento político do movimento nacionalista desencadeado” (Braga da Cruz 1988: 41).

político-ideológico são suportados pelos recursos provenientes do 'Império' e canalizados para a 'metrópole'.

É um facto pacífico que o Salazarismo foi, enquanto sistema governativo, uma ditadura (constitucionalizada) de Chefe de Governo³⁹; como tal, o seu aparelho de Propaganda, dava ao líder um lugar de destaque na galeria dos heróis nacionais, confirmando a sua autoridade enquanto guardião do passado imaginado, que conduz a nação pelo presente numa continuidade serena face ao futuro. Apesar de o culto ao «Chefe» não assumir em Portugal as formas que teve nos regimes nacionalistas seus contemporâneos, existe por detrás do 'espelho' do regime e da fabricação do país que é feita, a figura do líder construída pelo aparelho de propaganda e diligentemente reforçada – a do 'homem do leme', cuja 'personalidade sintética' é também a de um "filho do povo", de origem humilde e popular e de credo católico⁴⁰. O mesmo «povo» que será decalcado do ideário nas múltiplas realizações do Regime, desde os pavilhões da *Exposição do Mundo Português* às paredes das *Pousadas*. Phillipe Schmitter considera que, neste contexto político, a "chefia tinha um carácter pessoal e concentrado, e não propriamente dinâmico ou carismático. As políticas nacionalistas visavam conservar cautelosamente, e não alargar agressivamente, o seu domínio imperialista" (Schmitter 1999: 68). Salazar é o 'chefe' de um governo autoritário e como tal apresenta-se também, e acima de tudo, a imagem da ordem e do rigor, a quem todos devem obediência.

Mas em torno da personalidade de Salazar existe uma complexa organização, com base no trabalho da qual o líder conquista a submissão. Como refere David Birmingham, Salazar, em "vez de se tornar visível, isolou-se e a sua máquina de propaganda apresentava-o como um pai prudente e monástico, o salvador da nação, retratado em cartazes com uma espada de cruzado na mão ou mencionado nos livros de história como o sucessor patriótico do herói libertador da nação" (Birmingham 1998: 198)

³⁹ Sobre a relação entre a figura de Salazar e o regime veja-se a análise de Hermínio Martins (1998: 28-35). A ascensão de Salazar ao poder e a sua consolidação são bem documentadas por este autor.

⁴⁰ Aliás, segundo Eduardo Lourenço, "A grande e única habilidade de Salazar foi a de articular o seu projecto político com a mais orgânica e tradicional das nossas vivências culturais: a do catolicismo" (Lourenço 1982: 1431).

A maioria dos autores considera que o “poder é principalmente dependente da organização”, definível como “um conjunto de pessoas que estão combinadas em virtude de actividades orientadas para fins comuns” (Russel 1990: 105). No cenário socio-político em análise, em torno da personalidade de Salazar existe assim a estrutura organizativa do SPN/SNI. Tendo em conta que “toda a organização envolve alguma redistribuição de poder” (Russel 1990: 106), este encontra-se parcialmente distribuído ao longo do SPN, não obstante a sua concentração nas mãos do Presidente do Conselho (Cruz 1998: 255). Como tal, sob o olhar vigilante de Salazar, o SPN/SNI tem em António Ferro o topo da hierarquia, a qual desce ao longo dos restantes participantes no aparelho de propaganda, numa estrutura de submissão que se estende das repartições do Secretariado às múltiplas equipas de terreno e também aos meios de comunicação social. A eficácia do discurso político-ideológico transmitido externamente pelo SPN/SNI é possibilitada justamente por esta organização endógena do órgão de propaganda, materializada numa estrutura hierárquica de uma sólida disciplina interna, da qual “provinha o seu poder externo” (Galbraith s/d: 74). A esta disciplina interna subjaz uma crença dos próprios participantes nos objectivos propagandeados. Desse modo, como a seguir se atesta, torna-se então mais fácil fabricar a ‘História’, o ‘Império’ e ‘Portugal’.

Capítulo 2 – O «Mestre de Cerimónias»

"Espectáculo singular e inolvidável! Pasmava e enternecia reconhecer tantos recursos ignorados; [...] À distância, no tempo, reconhece-se agora, sem grande esforço, que essa parada de valores autênticos representou, além de consoladora revelação (! quantos sentiram retemperar-se nela a sua fé nas virtudes nacionais!), um inestimável ensinamento: - o de que a nossa paisagem doméstica pode ser pitoresca, graciosa, confortável e, até, moderna, sem a intervenção de espécimes exóticos"
Acerca da "Exposição do Mundo Português" (Panorama 1941, nº1: 15-16)

Ao longo deste capítulo faz-se uma caracterização geral da acção do SPN/SNI, durante o período em análise. Esta organização colocará em cena, sob a direcção de António Ferro, algumas das mais relevantes iniciativas turístico-culturais da «Política do Espírito», num processo de convergência com vista à consolidação do Regime. A primeira secção deste capítulo contextualiza e caracteriza a acção do SPN/SNI, passando-se em revista as principais iniciativas do Secretariado. Num segundo momento, detem-se a análise sobre a Exposição do Mundo Português. Na terceira e última secção, o olhar é focado no Museu de Arte Popular, repositório encapsulado daquela Exposição.

O aparelho de Propaganda

À semelhança do que sucedeu noutros regimes seus contemporâneos¹ da década de trinta, a jovem ditadura necessitava de um aparelho de propaganda² que a legitimasse e que «educasse o povo» no ideário do regime, por mecanismos de socialização e controlo vários. O «Espírito do Regime» era expresso simplisticamente num discurso legitimador que, como refere Fernando Rosas, "proclamava a «ordem nas

¹ Sobre a problemática das interpretações do salazarismo em comparação com outros regimes europeus, veja-se a sistematização de Costa Pinto (1990) acerca das interpretações produzidas pela investigação internacional até à década de 1990.

² Veja-se o Miniculpop em Itália, o Reichsministerium für Volksanführung und Propaganda ou a Vicesecretaria de Educação Popular franquista (Paulo 1994).

ruas e nos espíritos», o lucro fácil sem concorrência nem agitação social; o «viver habitualmente», segundo a ordem natural das coisas: «manda quem pode, obedece quem deve» (Rosas 1994: 291). Este autor considera que “o objectivo da simplificação ideológica autoritária é precisamente esse: fornecer «certezas» claras e incontroversas que legitimem e facilitem o direito de mandar e anulem e ilegitem a veleidade de resistir, justificando e tomando aceitável, como as coisas da natureza, o dever de obedecer” (Rosas 1994: 291-292).

Salazar, no discurso comemorativo dos dez anos da Revolução Nacional clarifica essas certezas (cf. Torgal 1995:241) – «Deus», «Pátria» e «Família», pilares do ideário do Regime, eram alinhadas ao «Trabalho» e «Autoridade» necessários à prossecução da sua obra. Mas para que estes dogmas fossem assimilados obedientemente pelo «povo» era necessário um aparelho pedagógico e propagandístico forte e organizado, que actuasse sob forma condicionada e subterrânea, por vezes, ou de um modo explícito e ostensivo, noutras ocasiões. Essa é a função que o Presidente do Conselho confere ao SPN/SNI, que tem em Salazar e António Ferro, respectivamente, o seu mentor e o seu ideólogo. Um jornalista afecto ao regime escreveria, anos depois, que através da criação do SPN, “o ilustre homem público dotava o país dos instrumentos necessários para informar a nação da marcha da Revolução Nacional”, colocando “à frente dos seus destinos a figura brilhante de jornalista que foi António Ferro” (Pereira s/d: 265). Segundo Torgal, a acção de António Ferro durante o tempo em que esteve à frente do SPN/SNI (1933-1950), “pautou-se pela fidelidade à «lição de Salazar» e pelo incremento daquilo que era apodado por ele próprio como uma «política do espírito». Salazar encontrou em António Ferro o homem ideal para a dinamização do seu projecto cultural” (Torgal e Homem 1982: 1455).

O ideólogo do «Organismo oficial da irreverência» procurou “desenvolver o gosto pelas artes decorativas, instituiu prémios literários, organizou concursos e jogos florais. Em 1940, no difícil momento das grandes opções exigidas pela guerra mundial, foi a alma das festas dos Centenários. A rádio, o teatro e o cinema nacionais foram especialmente favorecidos pela sua acção, tendo sido também ele o criador do grupo de danças Verde Gaio. Tentou aliciar a imprensa estrangeira, instalando-a num gabinete do Palácio Foz. O significado ideológico das diversas manifestações culturais do seu tempo não lhe escapava” (Torgal e Homem 1982: 1455). Esta «Política do

Espírito» visava transmitir à «Nação» mensagens³ de carácter nacionalista e paternalista materializadas numa multiplicidade de práticas culturais.

Na «protecção do espírito», a acção do SPN⁴, é direccionada para duas frentes. Como refere Heloísa Paulo, “Internamente é preciso celebrar este “espírito” citado, buscando o consenso da sociedade portuguesa em torno do ideário do regime”; paralelamente, “A nível externo⁵, num momento internacional conturbado como os anos 30, [...] é de suma importância o apoio da opinião pública internacional, tanto para o regime que se afirma como para o espaço colonial que ele defende” (Paulo 1994: 74). O mesmo jornalista acima citado recorre às palavras de Salazar para justificar a função informativa e política do novo órgão⁶ (Pereira s/d: 265).

Para «esclarecer a nação» nos valores do nacionalismo e apelar à tradição como alibi da continuidade, a propaganda fez muitas vezes uso da ciência e das artes,

³ Segundo David Birmingham, os “grandes ideais que eram martelados pela propaganda do governo eram o patriotismo, o paternalismo e a sensatez. Podia resumir-se o patriotismo numa rejeição da República e de todos os seus valores e num renovado entusiasmo pelo papel de Portugal como uma das «grandes potências» nas colónias africanas. O paternalismo implicava um respeito absoluto e incontestável pela autoridade e todos os seus agentes, incluindo a Igreja católica, que recuperara a sua antiga posição. A sensatez estava condensada nas virtudes da parcimónia e da força moral dos trabalhadores e camponeses, mas não se aplicava às classes ociosas que comiam bem e se deitavam tarde” (Birmingham 1998: 199-200).

⁴ Em 1944, como acima se referiu, este órgão sofre uma reestruturação e passa a denominar-se Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (denominação politicamente mais correcta dada a conjuntura bélica de então). Ao mesmo tempo, a mesma “desestabilização provocada pela guerra serve de pano de fundo para uma ampliação no raio de acção interna do Secretariado” (Paulo 1994: 76). Também a sua estrutura se complexifica: “A repartição de Informação possui quatro secções, a saber, a de estudos e difusão de informações, imprensa portuguesa, imprensa estrangeira e a de intercâmbio luso-brasileiro. Dela dependem a Biblioteca, o Arquivo Fotográfico e os Postos de Radiodifusão. A Repartição de Cultura Popular agrupa três secções: 1) exposições e realizações diversas; 2) cinema; 3) etnografia, teatro e música. A Repartição de Turismo inclui as secções de turismo geral, local e indústria hoteleira” (Paulo 1994: 79).

⁵ Veja-se, a este respeito, o exemplo analisado por João Medina, acerca da promoção, pelo aparelho de propaganda, da imagem de Salazar na Alemanha hitleriana, ao nível da “promoção pertinaz e habilidosa do pensamento do seu chefe no estrangeiro, o que explica não só as traduções do livros de entrevistas de Ferro com Salazar [...] como ainda as diversas antologias do seu pensamento político” (Medina 1998: 147).

⁶ “Politicamente só existe o que o público sabe que existe: a ignorância das realidades [...] é causa de descontentamento, de frieza nas almas, de falta de orgulho patriótico, de não haver confiança, alegria de viver. O facto tem interesse político porque o tem no terreno da coesão, da vitalidade nacional. Além da função informativa, o Secretariado tem por missão elevar o espírito da gente portuguesa no conhecimento do que realmente é e vale, como grupo étnico, como meio cultural, como força de produção, como capacidade civilizadora. É necessário que se esclareça a nação para que ela não tenha ideias falsas” (Pereira s/d: 265)

cujo discurso modelou à voz do seu próprio discurso. Dois exemplos particulares são dados pela Etnografia e pela História. Esta, por um lado, foi alvo de várias operações de cosmética, como bem sublinha Torgal (1996:241). O mesmo encontra Vale de Almeida (1991: 250-251) na desmontagem que faz do *Livro de leitura da 3ª Classe*, em cujo conteúdo textual e iconográfico estão refletidos os valores transmitidos pelo ideário: «Os Heróis», «A Pátria», «Um País Rural», «Género, Família e Sociedade». E segundo o primeiro autor, houve de facto uma “historiografia «de Regime», «institucional» (como diria Marc Ferro, 1985) que, de forma directa ou indirecta, transferiu sensivelmente estes valores para a escrita da História” (Torgal 1996:243).

Etnografia de Regime e cultura popular⁷

Para além da História, também a Etnografia foi maquilhada, para mostrar um «país rural» e obedientemente «tradicional». Em relação à «Etnografia de regime», João Leal refere-se ao conjunto de “etnógrafos mais ligados ao Estado Novo, cuja «Política do Espírito», como se sabe, reservou um lugar extremamente importante à etnografia e ao folclore. A acção do SPN/SNI – sob a direcção de António Ferro – foi, a esse respeito, decisiva. Orientada simultaneamente para a propaganda externa e para acções de divulgação interna junto das classes médias urbanas, a actividade do SPN/SNI notabilizou-se pela importância concedida a procedimentos de esteticização da cultura popular em exposições, espectáculos, edições e outras iniciativas” (Leal 2000: 35-36).

É neste contexto que o SPN/SNI integra na sua estrutura uma secção etnográfica, a que pertenciam etnógrafos como Francisco Lage, Luís Chaves e Cardoso Marta (Acciaiuoli 1991: 220) com a missão de mostrar «o País» “fantasiado e exposto através dos discursos oficiais de um regime” (Pais de Brito 1995: 11). A finalidade primordial desta Etnografia «de Regime» é explicitada pela necessidade de orientar e organizar o “folclore nacional”, mantendo “nos seus princípios a etnografia, a tradição, o regionalismo” (Pereira s/d: 266).

Os ‘arquitectos’ desta «etnografia nacional» de carácter nacionalista eram assim os “colaboradores das grandes manifestações de exibição oficial, publicações, cortejos, exposições nacionais ou internacionais, desdobrando-se nos papéis de colectores,

⁷ Para um olhar mais aprofundado sobre esta problemática, vejam-se as análises de Daniel Melo (2001), Jorge Freitas Branco (1999), João Leal (2000), Joaquim Pais de Brito (1982, 1995) e Vera Marques Alves (1997).

divulgadores e, quantas vezes, censores e inventores dessas mesmas tradições” (Pais de Brito 1995: 11). O recurso do poder político à invenção da tradição não é, aliás, uma inovação do SPN/SNI ou dos aparelhos de propaganda seus contemporâneos. Eric Hobsbawm demonstra com exemplos históricos o modo como a invenção das tradições “é essencialmente um processo de formalização e ritualização caracterizado por uma referência ao passado” (Hobsbawm 1988: 4) que ocorre geralmente em períodos de rápidas transformações sociais. O apelo à tradição torna-se assim, politicamente, um apelo à continuidade histórico-cultural como legitimadora do presente. Como refere o autor supra citado, nesse contexto certos grupos sociais são encarados como “os repositórios da continuidade histórica e da tradição, tais como os camponeses” (Hobsbawm 1988: 7) ou «o Povo». A este nível, a acção da propaganda salazarista e dos seus etnógrafos foi direccionada para actividades no âmbito da cultura popular do «povo português», cujo «nível moral e intelectual» havia que “exaltar e valorizar [n]a sua individualidade nacional” (Pereira s/d: 266). Desenvolveu-se então, na secção etnográfica do SPN/SNI, um trabalho sistemático de divulgação, “propondo o conhecimento de um País mais cénico – e também mais inócuo e menos problemático” (Pais de Brito 1995: 11). Para além da produção “do e para” o «Povo» a actividade “cultural” do SPN/SNI era também direccionada para outra vertente, de carácter “intelectual” e elitista (Paulo 1994: 82).

Contudo, a política de informação do regime “não pretendeu «fazer das massas ou da opinião pública qualquer sujeito político activo, ou sequer massa de manobra a aproveitar, mas tão só objecto de inculcação de uma doutrina passivizante e redutora de conflitos sociais»” (Cruz 1982: 792). Neste contexto, encarou a propaganda, “entendida na sua dupla acepção formativa e informativa. Preferiu, porém, o paternalismo à exaltação frenética, a obediência à aclamação febril” (Cruz 1982: 792-793). Num estudo recente, Daniel Melo analisa o modo como o Estado Novo promoveu e impôs à sociedade portuguesa “um modelo nacionalista-ruralista-tradicionalista de cultura popular, com o duplo objectivo de legitimar politicamente o regime e de estabelecer um consenso social em torno de um conjunto de valores, imagens e práticas culturais” (Melo 2001: 375). Segundo este autor, das várias instituições oficiais⁸ que operaram neste sentido, o “SPN/SNI foi o organismo centralizador que mais cedo

⁸ Veja-se a análise que o autor desenvolve acerca da “acção centralizadora da FNAT, da JCCP e da JAS” (Melo 2001: 376).

promoveu esta operação de reconhecimento simbólico e ideológico da cultura tradicional, contribuindo para a estetização da política salazarista” (Melo 2001: 376).

Com vista à divulgação do “espírito” nacionalista supra citado, o SPN/SNI desenvolve um vasto conjunto de acções. Sobrevoando a interessante análise de Heloísa Paulo (1994: 81-104) destacam-se algumas: realizam-se festas «tradicionalistas»⁹, festivais de folclore, exposições nacionais¹⁰ e internacionais¹¹; produzem-se dezenas de filmes¹² e documentários¹³, que são difundidos pelo país através do «cinema ambulante»; lançam-se prémios literários e concursos vários¹⁴ que, no âmbito específico da odisseia etnográfica de reinvenção do país, culminam no Concurso da «Aldeia mais portuguesa de Portugal»¹⁵. Nos campos teatral e musical destacam-se, respectivamente, o «Teatro do Povo» e os «Bailados do Verde Gaio». Paralelamente, cresce o número de publicações¹⁶, (que as «Bibliotecas Ambulantes» faziam chegar às minorias semi-letradas da província). Todo este movimento de exaltação nacionalística da portugalidade atinge o seu auge em 1940, nas margens do Tejo, com a realização da Exposição do Mundo Português.

⁹ As festas Gualterianas de Guimarães, ou as do Santo António em Lisboa (Paulo 1994: 82).

¹⁰ Que culminariam, em 1940, na Exposição do Mundo Português (cf. *Infra*).

¹¹ De que as Exposições Internacionais de Paris (1937) e Nova Iorque (1939) são exemplos paradigmáticos.

¹² O cinema era uma eficaz arma de propaganda (cf. Torgal 1996; Guimarães 1987)

¹³ O «Jornal Português» e outros documentários temáticos.

¹⁴ As “Estações Floridas”, ou os “Jogos Florais”.

¹⁵ Esta ‘odisseia’ está documentada na análise de Pais de Brito sobre a ‘aldeia mais portuguesa de Portugal’, no âmbito de um estudo acerca de “processos de investimento ideológico nas tradições populares” (1982: 511). Mais recentemente, foi revisitada por Vera Marques Alves (1997).

¹⁶ Publicações periódicas, como a revista *Panorama*, e publicações comemorativas e/ou respeitantes à actividade do órgão de propaganda, tais como catálogos vários e edições comemorativas da «Política do Espírito». O discurso condicionado da propaganda estava

A Exposição do Mundo Português

Junho de 1940¹⁷. No cenário mítico de Belém, é inaugurada a Exposição do Mundo Português. Presentes estão todas as altas individualidades nacionais, naquele que viria a ser considerado o mais relevante acontecimento político-cultural do Estado Novo¹⁸, apogeu da «mística imperial» e o grande acontecimento do Regime¹⁹. Passado, Presente e Futuro, representados numa continuidade serena de “oito séculos de história”, são apresentados ao país e ao mundo pelo “grande documentário de civilização” que é a Exposição (Castro 1940: 43). A escolha de Belém como cenário espacial não é casual, na medida em que este é indetificado como um «lugar de memória» da expansão marítima portuguesa²⁰. Situado “à sombra dos Jerónimos, junto do Tejo, - que foi a grande estrada da nossa civilização” (Castro 1940:49) é um espaço evocativo da imagem que o poder emitia através da Exposição: a de uma “simbólica

também sempre presente nas publicações escolares, como bem mostram Silveira (1987) e Vale de Almeida (1991).

¹⁷ Segundo Oliveira Marques, “1940 representou, para o Estado Novo em toda a sua pureza, o ponto máximo de apogeu. A fim de comemorar o oitavo centenário da nacionalidade e o terceiro centenário da Restauração, o regime organizou um conjunto de cerimónias, exposições, congressos e publicações, de que a súpula gloriosa foi a Exposição do Mundo Português. Cuidadosamente preparada e brilhantemente apresentada por alguns dos melhores arquitectos, artistas e decoradores do Portugal de então, a Exposição constituiu, para além dos seus notáveis aspectos estéticos, uma típica manifestação fascizante no modo de interpretar o passado e de abusar dele para testemunhar o presente e anunciar o futuro” (Marques 1996: 631). Também segundo José Manuel Garcia, “O ano de 1940 marcou o auge do poder de Salazar que, num clima de apaziguamento interno, pôde comemorar aparatosamente o duplo centenário da independência nacional e da Restauração, através de uma grandiosa “Exposição do Mundo Português”, que expressava a ideologia imperialista do Estado Novo. Tal acontecimento foi preparado por Salazar e António Ferro (o responsável do Secretariado de Propaganda Nacional) e executado por Augusto de Castro, Cotinelli Telmo, Sá e Melo e um enorme conjunto de colaboradores que se inseriram na «Situação»” (Garcia 1989:264).

¹⁸ De facto, “Com um avultado orçamento de 35 mil contos, a exposição realizada em Lisboa [...] ocupou uma área de cerca de 560 mil metros quadrados, e recebeu entre 23 de Junho, data da sua abertura, e 2 de Dezembro, data do seu encerramento, cerca de três milhões de visitantes” (Melo 1996: 326). Acerca nas mudanças na ‘cartografia’ de Lisboa neste período, ao nível mais geral da estrutura fundiária e política urbanística, veja-se a análise de Vítor Matias Ferreira (1983).

¹⁹ Como se refere no discurso inaugural, a Exposição tinha os seguintes objectivos: “em primeiro lugar, a projecção sobre o passado, como uma galeria de imagens heróicas da fundação e da existência nacionais [...]; em segundo lugar, a afirmação das forças morais, políticas e criadoras do presente; em terceiro lugar, um acto de fé no futuro. Esses três objectivos resumem-se num só: testemunho e apoteose da consciência nacional” (Castro 1940:65-66).

²⁰ Veja-se, a este propósito, a análise de Francisco Bethencourt acerca do espaço público e respectivo conjunto monumental de Belém (Bethencourt 1999: 442-450).

querresse dessa Reconciliação, as bodas de ouro de Portugal e do Rio da Tradição; a festa do encontro do Portugal consigo próprio” (Castro 1940:69).

Essa «reconciliação» acontece, contudo, num contexto temporal de uma Europa em guerra, o que torna mais premente a celebração nacionalista, de modo a tentar transmitir interna e externamente a “imagem irreal de um Portugal milagrosamente poupado pelo tempo” (Léonard 1999: 30), «ilha de Paz» num continente em destroços²¹. Fica assim adicionalmente justificada “a significação nacional e simbólica das festas”, uma desejada e necessária “lição de optimismo e de fé, no meio das nuvens da ora presente” (Castro 1940:45)²². A Exposição apresenta-se então como uma “«cidade» simbólica” e um cartaz propagandístico de exaltação da portugalidade – “o documento da consciência nacional e da fé com que, forte no passado glorioso que celebra, a Pátria afirma a certeza inabalável do Futuro!” (Castro 1940:49). Concebida como «Cidade da História», a exposição de Belém “procurará ser o padrão, o documentário, a síntese pela imagem dessa história [...] não será um museu de coisas mortas, mas um exemplo e uma exaltação das forças permanentes e imortais da nossa raça” (Castro 1940: 44). A exposição dá assim voz a um passado desenhado selectivamente e apresentado como uma “sequência de cumes” (Ramos do Ó 1987: 180) que culminam no regime salazarista. O ano de 1940 constitui aliás um *timing* ideal para dar voz a um passado imaginado; a comemoração do «duplo centenário da nacionalidade» transforma-se então no cenário de uma “vasta campanha de autoglorificação do Estado Novo, apresentado como obreiro desse novo vértice histórico da grandeza nacional” (Rosas 1994: 244-245).

Constitui-se assim o contexto ideal para a difusão das mensagens da Exposição do Mundo Português – continuidade, unidade e nacionalismo. Nas palavras de António Ferro espelha-se o discurso da continuidade: “1140 [...] explica 1640, como 1640

²¹ Como refere Fernando Rosas, “Em 1940, quando a Europa era varrida por um conflito onde o nazismo e o fascismo levavam tudo de vencida, também o Estado Novo parecia triunfar duradouramente em Portugal, essa «ilha de paz num mundo em guerra». Dir-se-ia que tal sistema de valores, de instituições e de políticas via confirmada na pax portuguesa a sua superioridade e durabilidade. [...] Na sua majestuosidade de gesso e papelão, na aparência de eternidade que celebrava, a grande exposição era como que premonitória da precaridade do próprio regime, subitamente ameaçado, um ano depois, pelos vendavais da II Guerra Mundial” (Rosas 1994: 244-245).

²² A este propósito, veja-se o interessante relato de Eugène de Saint-Exupéry, acerca da sua passagem por Lisboa neste período (Léonard 1999: 30).

prepara 1940²³. Pretende-se desse modo afirmar a continuidade²⁴ e “a unidade harmónica entre todos os momentos pretéritos da vida de Portugal até ao Estado Novo” (Ramos do Ó 1987: 180). Não apenas no tempo mas também no espaço, procura-se mostrar um Portugal uno do «Minho a Timor», uniformizando diferenças étnicas, disfarçando hierarquias, e mostrando um «império» forte, feliz e impermeável às tempestades bélicas de 1940.

Às mensagens da continuidade e da unidade alia-se uma terceira, a elas emparelhada: a do nacionalismo. Na interpretação que faz do nacionalismo, Benedict Anderson parte do pressuposto de que a nacionalidade (*nationality*), assim como o nacionalismo, são artefactos culturais de um tipo particular²⁵, definindo a nação como “uma comunidade política imaginada – e imaginada enquanto inerentemente limitada e soberana” (Anderson 1999: 6)²⁶.

No contexto em análise, a ode à ‘Nação’ faz-se pela orquestração de uma imensa variedade de elementos, aos quais subjaz um discurso político de legitimação do novo regime e respectivo ideário²⁷. Trata-se, como refere Ramos do Ó (1987:178),

²³ Citado a partir de Daniel Melo (1996: 327).

²⁴ Retomando António Ferro: “Vão longe, felizmente, aqueles tempos em que a nossa ‘apagada e vil tristeza’ só nos permitia evocar o que tínhamos sido (...). Agora sim, temos o direito de ir acordar os nossos antepassados (...). Agora sim, porque a noite findou, porque reatamos o fio da nossa história (...). Agora sim, porque o passado já não pesa tanto sobre o nosso presente, porque passado e presente se medem e igualam” (Ramos do Ó 1987: 180). Também os nacionalismos europeus do séc. XIX “começaram quase imediatamente a imaginarem-se como ‘acordando de um sono’ [...], de regresso a glórias ancestrais” (Anderson 1999: 195). Segundo este autor, “A profundidade histórica de que a nacionalidade necessitava foi encontrada na História (Anderson 1999: 197).

²⁵ “My point of departure is that nationality, or, as one might prefer to put it in view of that word's multiple significations, nation-ness, as well as nationalism, are cultural artefacts of a particular kind” (Anderson 1999: 4).

²⁶ Benedict Anderson considera que a nação é uma comunidade imaginada porque a maioria dos seus membros nunca chega sequer a conhecer os seus com-membros, mas vive nas mentes de todos a imagem da sua comunhão; é imaginada como limitada porque, por maior que seja territorialmente, é limitada por fronteiras para além das quais existem outras nações; a nação é imaginada como soberana “porque o conceito nasceu numa idade em que o Iluminismo e a Revolução destruíam a legitimidade do reino dinástico, hierárquica e divinamente ordenado” (Anderson 1991: 7). O estado soberano tomar-se-ia então gradualmente no símbolo e emblema da liberdade da nação. Finalmente, esta é imaginada enquanto comunidade porque, não obstante a desigualdade e exploração que aí prevaleçam, é sempre concebida como uma profunda e horizontal camaradagem (comradeship) (Anderson 1991: 6-7).

²⁷ Veja-se o Decálogo do Estado Novo, em particular o artigo 2º: “O Estado Novo é a garantia da independência e unidade da Nação, do equilíbrio de todos os seus valores orgânicos, da fecunda aliança de todas as suas energias criadoras” (citado a partir de Torgal 1996: 286).

de “identificar e fazer corresponder o conceito extremamente vago de «Nação» com a noção bastante mais precisa de «Estado»”. De facto, como se anotou no capítulo anterior, o nacionalismo salazarista – nos traços de “autoritarismo, elitismo, paternalismo, conservadorismo” que o caracterizam – é, no contexto em análise, associado “a um passado mítico legitimador do presente” (Melo 1996: 326), a cujo leme está Salazar, retratado como o “símbolo último da ordem e ao qual todos sem excepção devem obediência²⁸” (Ramos do Ó: 1987:178). Como enfatiza Augusto de Castro, a organização da Exposição operou-se “segundo as directrizes do Chefe do Governo, que foi o grande criador histórico e político do facto nacional das Comemorações” (Castro 1940: 46).

Como acima se viu, o Estado Novo está ainda na sua fase de construção, pelo que a Exposição do Mundo Português é pensada como instrumento de legitimação, de afirmação e de consolidação do Regime e do seu aparelho de propaganda²⁹. O discurso propagandístico promove a visita a um “Portugal de alegorias e de símbolos” (Castro 1940: 217), que “deveria surgir ao visitante como um imenso espelho onde todos se poderiam rever” (Ramos do Ó 1987: 179). Tal facto tem implícita uma das formas mais sublimes de poder condicionado e do que, à luz do regime, constitui a “Lição” da Exposição: “saber ser português” ³⁰(Castro 1940: 217). A Exposição do Mundo Português leva assim a cabo essa narração da portugalidade, reflectida ao longo do discurso expositivo.

²⁸ Como nota o autor, “As imagens do líder carismático são talvez de entre todas as que se impõem com mais insistência no imaginário colectivo” (Ramos do Ó: 1987:178).

²⁹ O carácter propagandístico da Exposição é aliás assumido explicitamente. Como nota Ramos do Ó, “são os próprios organizadores que afirmam que «as exposições são instrumentos de propaganda». [...] Em 1940, há uma propaganda que se assume como propaganda, uma interpretação da história que se assume como interpretação da história. E mais: as pessoas que de algum modo se ligaram à direcção da exposição não deixarão nunca de nos revelar com uma transparência notável os mecanismos dessa propaganda” (Ramos do Ó 1987: 179).

³⁰ “«Saber ser português» não é apenas conhecer a tradição e amar a imortalidade da nossa Raça: é também sentir o seu apelo e confiar na sua voz que, do Passado, nos fala para nos ensinar o Presente. Não é apenas catalogar glórias: é partilhá-las e vivê-las. Não é somente louvar e admirar – é também crer. É da alma da Pátria sentir, na nossa própria alma, a raiz e a flor. Saber ser português é orgulho e ideal, é devoção e êxtase, é sacrifício e enlevo.” (Castro 1940: 217-218)

A Secção de Etnografia Metropolitana

Entre os vários pavilhões da Exposição, a Secção de Etnografia Metropolitana, também designada por Centro Regional, merece uma atenção especial na presente análise, pela representação que é feita do país. Uma leitura ao discurso inaugural de Augusto de Castro mostra como o regime caracterizava esta Secção de Etnografia Metropolitana: um “delicioso poema folclórico” e uma “écloga canção da Raça e da Terra” (Castro 1940: 115)³¹. Sendo uma obra de António Ferro e dos Etnógrafos do SPN, a Secção de Etnografia Metropolitana divulga o país desenhando-o puerilmente como um “conto de fadas” (Acciaiuoli 1991: 218)³².

Esta mesma representação percorre as avenidas de Belém no Cortejo Histórico Ultramarino, onde passam “em desfile trabalhadoras minhotas, pauliteiros transmontanos, pastorinhas da Beira Alta, campinos do Ribatejo e todas as figuras típicas de cada região”, numa clara intenção de “dar um rosto ao cidadão do Estado Novo, ao “português”, que é a síntese final de tantos anos de História e apoio, e apoiante, do regime” (Paulo 1994: 92). Este “português” desenhado pela etnografia e “embrulhado” nas temáticas em exposição no Centro Regional, existe em alternância com os “temas solenes da exposição”: de facto, “ninguém ignorava o impacto que estas demonstrações suscitavam e, de certo modo, elas eram mesmo indispensáveis para quebrar o peso da história, tornando mais aceitável a sua assimilação” (Acciaiuoli 1991: 215).

No que respeita à linguagem e discurso expositivo/ideológico, o Centro Regional é o somatório de experiências anteriores em Portugal e no estrangeiro³³. O discurso

³¹ Um “lindo livro sobre o Portugal íntimo, o Portugal repousante e lírico, o Portugal do Pomar, dos açudes, da província, da indústria caseira, dos descantes e das eiras: esse Portugal, ingénuo e amoroso, que foi o húmus do Portugal heróico que está ali, naqueles pavilhões da Epopeia, o Portugal da serra e do mar que constitui a raiz e a madressilva, a écloga e a canção da Raça e da Terra (Castro 1940:115).

³² Nas palavras do Comissário-Geral, um “Portugal pequenino, que foste o pai do Portugal maior, Portugal das areias, dos pescadores, [...] dos lenços floridos, dos arraiais, [...] o pitoresco e simples torrão que liga a nossa alma errante à maternal e criadora, institiva e clara doçura portuguesa de viver e sentir” (Castro 1940:116).

³³ Segundo Margarida Acciaiuoli, “De uma certa maneira as virtualidades deste discurso de Ferro que acompanhavam a inauguração do ‘Centro Regional’ [...] fundamentavam-se numa anterior experiência no estrangeiro que dera as realizações de uma ‘Quinzena de Portugal em Genebra’ (1935), outra ‘Quinzena de Portugal em Londres’ (1936) e as promoções que sobre este aspecto se integraram nas Exposições Internacionais de Paris e Nova Iorque e S.Francisco, respectivamente em 1937 e 1939. Pelo meio, e em território nacional, um não menos necessário e compreensível programa, apoiava e acompanhava recolhas etnográficas, pesquisas no terreno, que suportaram aquelas exibições e alimentaram paralelamente um regresso à tradição,

expositivo dos vários pavilhões da Exposição – e destes em particular – caracteriza-se pela esteticidade (Ramos do Ó 1987), pela leveza informativa e pelo primado da imagem sobre o texto; para esse efeito, recorre-se com frequência a reconstituições e miniaturizações arquitectónicas. No caso específico do Centro Regional, como refere a imprensa da época, “a miniaturização arquitectónica que se improvisava era o enquadramento indispensável ou o pretexto necessário para mimar a vida “cheia de pitoresco e beleza das povoações de Portugal” (Acciaiuoli 1991: 215).

Uma viagem pelo *Roteiro Oficial da Exposição do Mundo Português* (1940) confere maior realismo à contextualização. Na Secção das *Aldeias Portuguesas* constroem-se ambiências de ruralidade através de reconstituições arquitectónicas, compondo uma “visão típica do conjunto das terras portuguesas”, estando divididas segundo uma classificação por províncias³⁴. Na Secção da *Vida Popular* mostra-se o “povo” no quotidiano imaginado pela etnografia do regime. Vários pavilhões, decorados “com cenas da vida campestre” e “motivos escultóricos inspirados na imaginária popular”, traçam o retrato de um Portugal bucólico e pitoresco, povoado por gentes trabalhadoras e crentes. O visitante inicia a visita na “Sala do Prólogo”, onde lhe são apresentados “treze painéis das províncias continentais e ilhas adjacentes”, que contextualizam o país imaginado. Esta «Secção» está organizada em vários pavilhões conceptualmente delimitados: «Pavilhão da Ourivesaria», do «Mar e da Terra», das «Artes e Indústrias» e da «Doçaria e Panificação». Segundo o mesmo *Roteiro Oficial da Exposição*, aqui parcialmente reproduzido:

No Pavilhão da Ourivesaria expõem-se “verdadeiras peças de museu em filigrana e chapa batida”; apresenta-se a arte ‘ao vivo’ na Sala das Industrias Manuais, onde trabalham “operários de labores em madeira, cortiça, chifre e outras matérias”. No Pavilhão do Mar e da Terra é representado o universo etnográfico do litoral e interior português. Contextualizados por objectos, imagens parietais, reconstituições e miniaturizações, expõem-se Pescarias, actividades femininas (Rendas), momentos de Caça e Pastoreio; ilustram-se a Religião e Superstição do «povo»– através da “procissão típica [...] rosários, registos ou estampas de romaria [...] plantas e objectos de credence popular”; são ‘iluminados’ por Pirotecnia, a lembrar “os populares Santos de Junho”. O Pavilhão das Artes e Indústrias percorre o país ao longo de seis salas, numa miscelânea

num misto de curiosidade e ideologia de que a ‘Exposição de Arte Popular’ em 1936 e o concurso da ‘Aldeia mais portuguesa de Portugal’ foram apenas dois bons exemplos.” (Acciaiuoli 1991: 216)

de objectos profanos e religiosos, de ferro, madeira, cestaria, "maquetas de habitações rústicas e mostruário de fotografias de casario típico". Junto a uma segunda sala, "de conferências e cinema", apresenta-se uma "composição alegórica da música do povo". Noutros espaços, representam-se transportes marítimos e terrestres, e expõem-se "manequins da indumentária da gente do Mar" e da Terra – nomeadamente um "campino ribatejano; um transmontano com capa de honras; uma mordoma minhota; e uma mulher bracarense". A quinta e sexta salas são dedicadas, respectivamente, à Tecelagem e à Olaria: por entre "Alegorias parietais às indústrias do linho, da seda e da lã" e um "Painel decorativo esculpido em tejo-leira", trabalhavam "tecedeiras nos seus teares", "uma bordadora de Castelo Branco" e "oleiros modelando na roda", sob o olhar dos visitantes. Finalmente, um pavilhão é dedicado à Doçaria e Panificação: mostram-se doces regionais e apresenta-se a reconstituição de uma "roda monástica, junto da qual raparigas, com hábitos monacais, vendem a tradicional doçaria conventual". A panificação é representada parietalmente numa "alegoria ao trigo e à sua cultura"; exibem-se "alfaias da ceifa e do preparo da farinha", tabuleiros "de Tomar" e o "exemplar dum fomo" (*Roteiro 1940: s/p*).

Esta «Secção da Vida Popular», apesar de, como refere Margarida Acciaiuoli, não ser incluível na galeria dos "pavilhões verdadeiramente significativos da demonstração da história pátria no perímetro de Belém" (Acciaiuoli 1991: 223) cabe contudo na divisão de pretender retratar o Presente e proporcionar um "momento de diversão, uma nota de cor, no panorama das solenes inaugurações" (Acciaiuoli 1991: 222). Ali encena-se, à luz do ideário do Regime, o 'povo' no seu ambiente de ruralidade e simplicidade. E todo um país, ruralizado mas uno, obediente e pacífico. Temente a Deus, à Pátria e, naturalmente, a Salazar.

Por constrangimentos vários, fica por realizar uma análise do modo como esta representação do «Povo» foi lida pelo olhar dos visitantes e de como, a um nível mais geral, o país imaginado foi difundido à restante população. Não obstante, veja-se, a este respeito, o comentário de Luis Chaves, um dos etnógrafos do SPN: "Nas «aldeias portuguesas» da Exposição do Mundo Português, em 1940, e na sala da louça no pavilhão etnográfico (Centro Regional), trabalhavam oleiros populares à vista dos visitantes das instalações. Melhor, porém, o apreciará, quem no perfeito e integral clima aldeão os viu, ou vir, trabalhar à sua vontade" (Chaves 1959: 14). Refere este etnógrafo

³⁴ Trás os Montes, Beira Alta e Beira Baixa; Minho, Douro e Beira Litoral; Alto e Baixo Alentejo; Estremadura e Ribatejo; Algarve; Açores e Madeira; e uma reconstituição da Capela de Stº António.

que “Essas secções de arte popular estavam sempre apinhadas de gente, curiosa de ver fabricar do nada do barro peças elegantes” (Chaves 1959: 14).

Ao mesmo tempo, a imensa cobertura mediática de que a Exposição do Mundo Português foi alvo nos vários meios de comunicação social constitui um indicador donde se pode inferir, se não o impacto que terá tido no país real, pelo menos o intenso esforço de investimento ideológico da propaganda salazarista na sua apoteótica ‘festa’. Em 1940, e no rescaldo dos anos seguintes, mobilizou-se o país em volta desta ideia do «povo» aqui encenada. E o ‘povo real’ que não foi, em excursões, à Exposição, ou não sabia ler (nem ouvia na taberna) os relatos da imprensa, assistia na Emissora Nacional, ou no cinema ambulante, à magnificente “cidade histórica” construída em Belém.

Despojos da ‘Festa’: O Museu de Arte Popular

O Museu de Arte Popular é descendente directo da Secção da Vida Popular do Centro Regional da Exposição do Mundo Português. É-o porque herda deste o espólio museológico e vai habitar parte do seu espaço físico. É-o também, e acima de tudo, pela herança política que carrega. Inaugurado em 1948, viria a ser o ponto máximo da imagem oficializada do “povo” pela “Política do Espírito” (Paulo 1994: 125). Como acima se viu, a etnografia do regime e o seu ideólogo levaram a cabo uma intensa campanha de maquilhação do país que, como refere Joaquim Pais de Brito, “viria a espelhar-se no Museu de Arte Popular” (Pais de Brito 1995: 11). A inauguração de um museu do «Povo Português» é assim bem o corolário dessa campanha de encenação do país. Constitui também um dos únicos resultados das medidas de “combate ao efémero das Comemorações Centenárias de 1940”, segundo Paulo Ramos (1993: 50), a culminar um processo que não foi, de todo, linear (Acciaiuoli 1991; Ramos 1993; Chaves 1948).

No discurso de inauguração, António Ferro considera-o “um Museu vivo que me lembra certos aquários de peixes japoneses onde todo o colorido é autêntico, um Museu de coisas que se colheram como flores que existem ainda viçosas, fragrantas, por todo o país” (Ramos 1993: 54). O Museu de Arte Popular é a tradução museológica desta ideologia, sendo assim concebido expositivamente como «de arte do povo», dedicado portanto à cultura popular. E o «povo» é apresentado pelo regime, paternalisticamente, como uma “*sui generis* [...] massa amorfa, capaz de ser impressionada por estímulos do mundo exterior e do mundo interior, mas a que falta a

capacidade individual de discernir” (Chaves 1959: 7-8)³⁵. Segundo o autor, é essa espontaneidade e emotividade “que dá mais interesse científico às manifestações artísticas do povo”³⁶ (Chaves 1959: 9). O mesmo “povo” que, anos antes coube “inteiro” no “cantinho de Belém” (Ferro 1948³⁷), ficaria assim perpetuado na sua imagem, propagandisticamente maquilhada. O que se insere plenamente na prática museológica do Estado Novo e que se caracteriza, segundo Margarida Aicciaiuoli, “pela vontade de enclausurar obras em espaços de privilégio que lhes dariam a única conotação capaz de fabricar a imagem consagrada do passado, em função da qual o presente se passava a definir” (Ramos 1993: 50). É sobretudo nessa fabricação (e cristalização) musealizante da imagem da cultura popular que o Museu de Arte Popular emite o mais assumido discurso de poder.

Um museu, enquanto instituição que guarda e comunica selectivamente informação, emite inevitavelmente discursos de poder. Benedict Anderson, na análise que realiza sobre o nacionalismo, chama a atenção para o museu enquanto instituição de poder, que “moldou profundamente o modo através do qual o estado colonial imaginava o seu domínio [...] e a legitimidade da sua ancestralidade” (Anderson 1991: 164), pelo que o autor sublinha que “os museus e a imaginação musealizante são ambos profundamente políticos” (Anderson 1991: 178). Também Orvar Löfgren (1995: 263) – embora situado em contextos políticos diferentes – mostra como o património cultural é moldável a “recortes” nacionalistas, o que pode ser feito, entre outros meios, através da construção de museus dedicados à cultura popular. No caso português, o Museu de Arte Popular enquadra essa moldagem da cultura popular à montagem nacionalista do regime salazarista.

O discurso expositivo recorre a reconstituições e miniaturizações arquitectónicas (como as casas da Beira-Baixa, Trás-os-montes e Alentejo) e reconstituições de ofícios rurais (como o da tecedeira na sala de Entre-Douro-e-Minho ou o casal de camponeses

³⁵ Nesta óptica, a cultura popular materializar-se-ia, segundo Luis Chaves, “maciça, comum, espontânea, vulgar, da multidão popular, [e] provém da acumulação de conhecimentos que [...] põem os homens em contacto sensível e emocional com a natureza” (Chaves 1959: 9).

³⁶ O mesmo etnógrafo considera que “Não podemos negar que existem fases de cultura desde as mais baixas às mais altas” e que a cultura do povo é hierarquicamente inferior à cultura superior das “pessoas cultas” (Chaves 1959: 8). Paternalisticamente, Luís Chaves nota que o «homem do povo» tem tanta sensibilidade como o «espírito culto» mas é “desprovido de capacidade livre de a exprimir e atido ao conjunto determinado, tradicional, legado, complexo, de impressões, sugestões, associações, que lhe representam a categoria de cultura – a cultura popular” (Chaves 1959: 11).

³⁷ Citado a partir de Paulo Ramos (1993: 53).

de Trás-os-Montes), a atestar a “tipicidade” da arquitectura e o “pitoresco” da população lusa. Adicionalmente, todas as salas possuem pinturas parietais com motivos pictóricos alusivos a cenários bucólico-pitorescos, com populações de rostos serenos e dóceis. Todo o cenário expositivo remete para um universo de ruralidade apenas quebrado no final da exposição, ao chegar a «Lisboa, de mil cores», apoteose urbana do universo ‘pitoresco’ percorrido pelo visitante.

Se a maneira como um museu sistematiza o seu acervo é fundamental para perceber a tipologia da instituição, este museu parece ter sido concebido não enquanto assente em critérios museográficos científicos, mas como uma imensa montra de propaganda etnográfica e imagens turísticas idealizadas de Portugal³⁸. Como museu, é um repositório de ‘memória colectiva’³⁹ que confere poder a uma imagem selectiva da cultura popular, desenhada pelo poder político. No Estado Novo, a memória é um “objectivo e um instrumento de governo” (Le Goff 1984: 38), materializado também em comemorações nacionalistas, acima referidas, e de que o Museu de Arte Popular é um dos “instrumentos de suporte”. Parece haver recorrentemente uma continuidade ideológica do discurso propagandístico, que embora diversificando linguagens expositivas, acaba por manter o sistema de relações e de significações entre a cultura material (Tilley 1994) e o contexto político-cultural que a enquadra.

Assim, o “Povo” representado no museu é o mesmo que é ensinado às crianças no livro da terceira classe, que desfila no Cortejo de 1940, que vive no seu ‘habitat’ na ‘aldeia mais portuguesa de Portugal’, que é descrito pelas narrativas turísticas da época e cujo artesanato adorna as hospitaleiras *Pousadas Regionais*; é esse mesmo «povo», agora embrulhado num outro suporte funcional: a linguagem museológica. É a imagem decalcada do discurso propagandístico e da ideologia do poder: o “País” retratado à luz do ideário do Regime e das certezas de Deus, Pátria e Família da Nação imaginada. O discurso museológico confere assim materialidade e plasticidade à construção ideológica. E o Regime olha-se como que num espelho, assistindo à realidade imaginada que construiu, sob a orquestração do Mestre de Cerimónias e da sua equipa

³⁸ O quantum etnográfico e o satis turístico a que se refere Luís Chaves (1948).

³⁹ Pierre Nora define a memória colectiva como “o que os grupos fazem do passado” (Le Goff 1984: 44) e refere que os *Lieux de Mémoire* significam “pôr em relevo a construção de uma representação e a formação de um objecto histórico no tempo” (Nora 1998: 22). Exemplificando, insere nessa tipologia “lugares simbólicos como as comemorações” e lugares “topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus” (Le Goff 1984: 44). Estes lugares constituem alguns dos meios de transmissão da memória social (Burke 1992: 239-241), que é contudo

propagandística. O conjunto de iniciativas por eles empreendidas, e em especial a Comemoração dos Centenários de 1940, de que a Exposição do Mundo Português é o momento apoteótico, cristalizam a representação de um País rural, pitoresco, tradicional, típico e quase pueril (e de um «povo» trabalhador mas alegre, pobre mas honrado, obediente e crente), alicerçando ensaísticamente os vocabulários de desenvolvimento de uma outra 'janela' com vista para a 'nação imaginada': o Turismo.

interpretada diversamente pelas diferentes «comunidades de memória» que existem em sociedade (Burke 1992: 247).

Capítulo 3 – A Montra Panorâmica

"O turista é um ingénuo aventureiro, um ingénuo descobridor do que já foi feito para ele descobrir"

António Ferro (1949: 19)

O "Secretariado, sob a nossa direcção, compreendeu sempre a importância do turismo, [...] fez a sua constante propaganda e apostolado, [...] soube enquadrá-lo, sem exagero nem megalomanias, dentro das preocupações nacionais"

António Ferro (1949: 9).

Ao longo do presente capítulo analisa-se a política de turismo do Estado Novo, durante o período em análise, inserindo-a no quadro mais vasto do dispositivo cultural e político que a enquadra. Na primeira secção, contextualiza-se a evolução das linhas gerais desta actividade até ao final da década de 1940. Num segundo momento, faz-se uma caracterização mais específica dos vários mecanismos propagandísticos de apropriação e dos modos de desenvolvimento do Turismo pela «Política do Espírito».

Uma Rota para o Turismo¹

A progressiva institucionalização de uma política de turismo em Portugal durante o período em análise (1933-1949) decorre parcialmente dos antecedentes desta actividade desde o início do século XX, em cujo percurso se inserem várias instituições, nomeadamente a Sociedade de Propaganda de Portugal, criada em 1906, e pioneira na tentativa de promover a actividade interna e externamente (Pina 1988). Segundo Helena Torres Marques, aquela "agremiação de carácter privado, foi o embrião da organização turística portuguesa. Tinha como objectivo a divulgação do país, mormente através do turismo" (Marques 2000: 536). Passados cinco anos, e no despontar do novo regime

¹ Acerca da história do turismo em Portugal, veja-se a análise de Paulo Pina (1988). Para uma leitura exploratória e sucinta, veja-se Helena Torres Marques (2000: 536-538) e também Daniel Melo (1996: 984-986).

republicano, o turismo passaria a ser enquadrado legalmente numa Repartição de Turismo² e, nas duas décadas seguintes, progressivamente burocratizado, não obstante a inexistência de um efectivo 'projecto de turismo', como anota Paulo Pina (1988). Para além deste primeiro órgão oficial de turismo, em 1911 seria "também criado o Conselho Nacional de Turismo, de que a Repartição de Turismo era o órgão executivo" (Marques 2000: 536).

Entretanto, com a "implementação do novo regime em 1926 houve profundas alterações na organização do sector, marcadas pela mudança da Repartição de Turismo para para o Ministério do Interior em Maio de 1927. Três meses depois alargou-se o âmbito da Repartição de Turismo ao Jogo" (Marques 2000: 536), actividade que é regulamentada³ no âmbito de uma conjuntura mais vasta de acontecimentos. Está documentado o facto de que, gradualmente, ao longo da década de trinta do século XX se reforça "a instrumentalização estatal⁴ do sector turístico" (Melo 1996: 985). Não obstante, até este período, não será exagerado afirmar que a regulamentação da actividade turística andou algo à deriva e aos ziguezagues por entre gavetas ministeriais e anenas políticas em ebulição. Tal acontece, segundo Paulo Pina, até ao projecto de António Ferro, que, "Com ideias próprias de promoção turística, promove, logo em 1934, uma «quinzena cultural» em Londres, levando consigo, a par de eruditos conferencistas e concertistas, os espectaculares «Pauliteiros de Miranda»" (Pina 1988: 91). As iniciativas turístico-culturais desdobram-se e intensificam-se de tal

² Este organismo foi, na época, "o terceiro órgão oficial criado num país europeu, a seguir à Áustria (1909) e à França (1910)" (Marques 2000: 536).

³ Um conjunto de decretos cria "as zonas de jogo permanente dos Estoris e da Ilha da Madeira e as zonas temporárias de Santa Luzia (Viana do Castelo), Espinho, Curia, Figueira da Foz, Sintra e Praia da Rocha. No ano seguinte é criada a Inspeção de Fiscalização dos Jogos. É também em 1928 que se procede à regulamentação da indústria termal [...]. Em 1929, o Automóvel Clube de Portugal lança o primeiro mapa das estradas, dois anos depois da criação dos SAP – Serviços Aéreos Portugueses – e da publicação de legislação sobre a actividade hoteleira e similar, regulamentando o licenciamento dos projectos, as regras de higiene e a obrigatoriedade da existência de livros de «registo de hóspedes» e de «reclamações». Nesse mesmo ano, estabelece-se em Portugal a Agência de viagens Wagons-Lit.. Em 1936, realiza-se em Lisboa o I Congresso Nacional de Turismo, onde um conjunto muito importante e diversificado de comunicações foi apresentado. Entretanto, em 1937, com a publicação do Código Administrativo procede-se à reestruturação dos órgãos locais de turismo, que passam a ser constituídos pelas Juntas de Turismo e Comissões Municipais, deixando de existir as comissões de iniciativa" (Marques 2000: 536).

⁴ Numa perspectiva evolutiva, "A última etapa para o total enquadramento oficial do turismo e a perda da autonomia residual é atingida com a estatização da estrutura autónoma local – pelo Código Administrativo de 1936 as Juntas de Turismo ficam subordinadas às Câmaras Municipais, por sua vez dependentes do Ministério do Interior" (Melo 1996: 985).

modo que “Enquanto procede a esta marcha triunfante, António Ferro vai espreitando com crescente atenção o esvaziar do turismo oficial, estagnado nos sombrios corredores do Ministério do Interior, ao Terreiro do Paço” (Pina 1988: 91).

A gradual regulação da actividade turística começa a fazer parte das medidas a realizar no âmbito da preparação para as comemorações dos Centenários de 1940, os quais serão o fermento preparatório do futuro desenvolvimento daquela actividade, bem como da regulação dos seus fluxos. A este respeito, uma explanatória nota da Presidência do Concelho refere, em 1938, o facto de que:

“Não devemos querer que os estrangeiros nos visitem em multidão, nem nós desejamos orientar as celebrações centenárias no sentido da exploração turística, digamos claramente a palavra. Mas não há dúvida de que tais solenidades terão – nós desejamos que tenham – repercussão internacional. Por dever, por curiosidade, por interesse, muitos estrangeiros visitarão Portugal; e a primeira coisa é saber como poderão ser recebidos e como poderá ser preparada a nossa casa para os acolher.

À volta desta primeira preocupação devem ser postos, estudados e resolvidos um certo número de problemas entre os quais apontarei, como exemplo, os que se referem à entrada no país ou na capital, à facilidade de circuitos turísticos, à vida nas cidades ou nos locais mais apetecidos e apetecíveis, pelo interesse artístico, da paisagem ou de quaisquer características regionais. E há um mundo de coisas, pequenas umas, outras grandes, que têm aqui lugar: o melhoramento das estações ferroviárias fronteiriças; a construção de uma estação marítima, pelo menos, no porto de Lisboa; o aeródromo da Portela de Sacavém; algumas, senão todas, as estradas de acesso imediato à capital; o aperto de certas malhas na rede de estradas, com o qual se completariam ou arredondariam passeios de grande comodidade e beleza; a melhoria de instalações e o aperfeiçoamento dos hotéis Lisboa e da província; estabelecimento de um certo número de pousadas em recantos provincianos, onde a iniciativa privada não cuidou até hoje das necessidades de quem viaja ou passeia; maior vigilância na repressão da mendicidade; mais cuidado na limpeza das casas e das ruas, e muitas outras coisas que comissões especiais podem facilmente estudar e promover, desde que estejam compenetradas desta primeira necessidade de estarmos em condições de receber as pessoas que nos visitem” (Comissão 1938: 13-14).

No âmbito da mobilidade destes novos fluxos turísticos, um dos problemas a ultrapassar é o que dizia respeito às acessibilidades desde e para Portugal. No ano de 1939 “começa a funcionar em Cabo Ruivo o Hidroporto de Lisboa, em 1942 o Aeroporto de Lisboa e em 1945 o do Porto” (Marques 2000: 537). Em 1944 será igualmente constituída a TAP (Transportes Aéreos Portugueses) (Marques 2000: 537).

Ao mesmo tempo, no âmbito político e institucional, "Pelo Decreto orçamental de 1939, os serviços de turismo que estavam adstritos ao Ministério do Interior passam para o Secretariado de Propaganda Nacional, dependente da Presidência do Conselho" (Marques 2000: 536). Efectivamente, como enfatiza Daniel Melo, "foi com as comemorações centenárias que o turismo ganhou um lugar de destaque na política do Secretariado"⁵ (Melo 2001: 252). Neste novo cenário institucional, a acção turística oficial virá a ter "como vector unificador o princípio da propaganda política" (Melo 1996: 985). Com efeito, 1940 prepararia o país para o Turismo, enquanto actividade organizada, regulada e propagandeada pelo regime.

Segundo Daniel Melo "O turismo foi usado pelo Estado Novo para lançar a imagem do país no exterior" (Melo 2001: 250), e constituiu um elemento relevante na "transmutação da imagem" do país sob o regime que se institucionalizava⁶. Assim, na estrutura orgânica do Secretariado de Propaganda "O turismo está situado no limiar dos dois sectores de actuação, o interno e o externo. O Decreto nº. 30289⁷, de 3 de Fevereiro de 1940, incorpora o Conselho nacional de Turismo, transferindo para o SPN a responsabilidade da promoção do espaço português, tal qual é apresentado pelo Estado Novo" (Paulo 1994: 75). Devido a estas mudanças de supervisão institucional, a actividade turística, sob tutela do SPN/SNI, "determina não só um bicefalismo orgânico (já que o turismo local fora subordinado ao Ministério do Interior) como representa a depuração do potencial propagandístico, assunção oficial do turismo como (moderno) meio promocional do regime" (Melo 1996: 985). Neste sentido, "a estatização da política sob o Estado Novo conduz à «nacionalização» do turismo, coerente com um programa de «reaportuguesamento»" do país (Melo 1996: 985), também salientado por Paulo Pina (1988).

⁵ Como acima ficou explicitado (cf. caps 1 e 2), o objectivo do Secretariado é a propaganda do que "é verdadeiramente nacional" (Henriques 1990: 38). Como refere esta autora, António Ferro, o "seu director, é exímio na execução desse projecto. Salazar tem o colaborador certo na construção da «fachada nacional»" (Henriques 1990: 39), de que a actividade turística será um dos componentes.

⁶ Nesse contexto, "a acção de Ferro vai revelar-se primordial: enquanto responsável do Secretariado, vai colocar o turismo ao serviço do processo propagandístico moderno através de uma multiplicidade de meios. O móbil da sua intervenção, já o sabemos, era construir a grande «fachada da nacionalidade»." (Melo 2001: 250).

⁷ Cf. Decreto-lei em anexo.

António Ferro⁸, à frente do SPN/SNI, seria “o principal responsável pela apropriação simbólica do turismo para a edificação da imagem exterior do regime (Melo 1996: 985).

No contexto do conflito internacional que deflagrava na Europa⁹, e da consequente interrupção da mobilidade turística internacional, a propaganda turística direcciona-se com mais vigor para os fluxos domésticos. Assim, o desenvolvimento do turismo interno constitui-se como uma aposta complementar ao turismo internacional, em virtude da conjuntura bélica vivida na Europa. Uma opção argumentada pelas palavras de António Ferro, ao defender que:

“Se o turismo externo se pode considerar inexistente, por estes tempos mais próximos, o mesmo não se deverá dizer do turismo interno que chegou a ocasião de impulsionar não só porque sem ele [...] nunca será possível defendermo-nos das flutuações do turismo externo mas também porque podemos encontrar, nessa distração saudável, educativa e até económica, [...] a válvula necessária à fatal depressão causada pela guerra. [...] Os países de turismo, como Portugal e a Suíça, devem, aliás, aproveitar esta pausa forçada para se apetrecharem ou renovarem para a fatal euforia do novo depois-da-guerra. Após tantos anos de inferno terá soado a hora para aqueles países que tiveram sabido, entretanto, transformar-se em paraísos...E para tal [...] começemos desde já a montar a peça a ser representada, mais tarde, diante dos turistas estrangeiros, tal como se experimentam, às vezes, na província as peças que depois se exibem na capital” (Ferro 1949: 66).

Em 1944, em consequência de circunstâncias já explicitadas¹⁰, o ‘Secretariado de Propaganda Nacional’ passa a ser designado por ‘Secretariado Nacional de Informação Cultura Popular e Turismo’. Esta nova designação encerra também algumas mudanças

⁸ Como sistematiza Daniel Melo, “O projecto global de Ferro para o turismo desdobra-se por participações em certames e eventos internacionais, na modernização da informação turística (artes gráficas renovadas, folhetos modernos, rede de postos de turismo fronteiriços), na promoção do património histórico e etnológico (ex. maior, a Exposição do Mundo Português, em 1940), e na utilização do folclore ao serviço da animação turística – festivais, desfiles e cortejos históricos e folclóricos, ranchos folclóricos, grupo de bailado Verde Gaio, lançamento do programa de pousadas oficiais estatais (impondo um modelo oficial), e na enfatização dos recursos de cariz popular (tipicismo rural, folclore, artesanato, hospitalidade, culinária regional)” (Melo 1996: 985).

⁹ Com efeito, o “reconhecimento europeu da importância do turismo na reconstrução europeia e no desenvolvimento” (Marques 2000: 537) iriam fazer com que o Governo português viesse a apresentar, em 1950, o “projecto de «Estatutos para o Turismo»” (Marques 2000: 537).

¹⁰ Cf. o segundo capítulo deste trabalho.

na estrutura orgânica¹¹, no que à actividade turística diz respeito. Adicionalmente, prevê-se um alargamento geográfico das competências do dispositivo de propaganda em matéria turística; assim, da estrutura orgânica do SNI "A Repartição de Turismo inclui as secções de turismo geral, local e indústria hoteleira. Há, ainda, no Decreto que promulga o Regulamento dos serviços do Secretariado, a previsão da criação de delegações no Porto, no Funchal e outras mais, nomeadamente, nos Açores" (Paulo 1994: 79).

Na análise biográfica que realiza sobre a vida e obra de António Ferro, Raquel Henriques (1990) aborda a mutação evolutiva do SPN/SNI sob o leme de Ferro, e anota que, entre outras actividades, o turismo esteve desde cedo presente no rol de actividades a propagandear¹² e desenvolver. No entanto, Daniel Melo (2001: 251) considera que embora as primeiras iniciativas realizadas dentro da problemática da promoção turística tenham começado logo em 1933¹³, "o projecto sectorial de Ferro só se consolidará em 1939-1940. Duas ideias centrais estão-lhe subjacentes: a homogeneização e a diferenciação" (Melo 2001: 251-252). Segundo este autor:

"Primeiro, era necessário a uniformização da actividade turística, o que foi possível através do unificador princípio nacionalista. Segundo, o ideário promocional do SPN/SNI comportou o conceito nuclear da diferença, segundo o qual Portugal era entendido como escala paralela e opcional de valoração turística, pelo que se impunha a enfatização dos recursos de cariz «popular»: o tipicismo das vilas e aldeias, o artesanato, o folclore, a hospitalidade e a culinária regional. A síntese destes dois aspectos realizou-se exemplarmente na omnipresente campanha do «reaportuguesamento de Portugal», inspirada no ideário integralista do ruralismo mítico, saudoso das origens campesinas, e

¹¹ Nas palavras desta autora, "O sector de Turismo amplia a acção anteriormente desenvolvida. A actividade turística é encarada como um investimento económico mais viável, redobrando-se o cuidado com a questão hoteleira, já vista quando da introdução das pousadas. Há uma maior preocupação com o território ultramarino e o Conselho Nacional de Turismo, egresso do antigo SPN, tem a sua actuação intensificada" (Paulo 1994: 79).

¹² "Mesmo antes de o SPN ser transformado em SNI, a informação, a cultura popular e o turismo já faziam parte dos objectivos do Secretariado. Na verdade a primeira pousada é inaugurada em 1942 (a estalagem de turismo, primeira do género, tinha-o sido em 1941, em Óbidos), e a substituição nominal do secretariado só ocorre em 1944. Pode dizer-se que o alargamento da acção deste organismo se inicia em 1940, com a Exposição do Mundo Português e com a necessidade que o regime sente, a partir daí, de prolongar o momento actual e ampliar os meios mais eficazes nesse processo de consolidação da hegemonia salazarista" (Henriques 1990: 68).

¹³ Destaca-se, no contexto interno, a Exposição do Hotel Modelo (1933), e o concurso da 'Aldeia mais portuguesa de Portugal' (1938); no âmbito externo, várias quinzenas culturais em cidades europeias – Londres (1934), Genebra (1935), exposições internacionais – Paris (1937), e Nova Iorque (1939) (Melo 2001: 251).

que foi aplicado pela encenação regionalista do Estado Novo. Por isso, as intervenções no campo da etnografia e folclore foram fundamentais para completar este processo de transmutação da imagem de um país (e de um regime)." (Melo 2001: 251-252).

Assim, "No seu antevisto projecto de marketing nacional – filosofia abrangente onde todos os sectores, por todos os meios, deviam concorrer para o lançamento da imagem do país – o turismo não podia ficar de fora [...]. António Ferro é assim, antes de mais, portador dum projecto global de difusão da imagem do país¹⁴" (Pina 1988: 89).

Haveria, portanto, um trabalho a realizar, interna e externamente para promover turisticamente o país¹⁵. A actividade turística surge, como já se viu, na charneira dos vários sectores de actuação do SPN/SNI, segundo Heloísa Paulo. Assim, das mensagens veiculadas no âmbito da política de turismo:

"Os ideais de "tipicidade" lusitana, da "aldeia portuguesa", da imagem do povo "pobre, trabalhador, mas feliz" é a forma pela qual se procura a atracção não só de turistas, mas de possíveis simpatizantes da obra do regime. A necessária ampliação da infraestrutura hoteleira é facilitada pelo Decreto [...] que regula as "Pousadas", integrantes do Plano dos Centenários" (Paulo 1994: 75).

De acordo com Jorge Ramos do Ó, no contexto político-cultural em análise iremos então encontrar "o turismo, cuja indústria o SPN/SNI quis igualmente "desenvolver e nacionalizar", ora por intermédio de "pequenas lições" das suas Brigadas Hoteleiras ora, na procura de "dar mais graça à paisagem" (Ramos do Ó 1999: 194), sendo assim instrumentalizado como uma metáfora da Nação, e dos discursos de poder que lhe subjazem.

Poéticas da Nação

Com vista a atingir o efeito desejado, a política de turismo orquestrada por António Ferro e o SPN/SNI, iria propor ao mercado¹⁶ nacional e "internacional uma escala paralela e opcional de valoração turística mais favorável a Portugal, assente na enfatização de recursos de cariz «popular», em alternativa às atracções «eruditas» ou

¹⁴ Veja-se o capítulo seguinte, acerca das imagens turísticas de Portugal..

¹⁵ Neste período, porém, "Pese embora as intenções nacionalistas, prosseguia a política do primado ao turismo externo" (Melo 2001: 253).

¹⁶ Os números e estatísticas de visitantes dizem-nos que "o número de turistas que visitou Portugal entre 1936 e 1950 passou de pouco mais de 50 mil para 76 mil, com a natural queda no período da Guerra Civil de Espanha e da 2ª Guerra Mundial. Em 1950, a Espanha tinha recebido 450 mil turistas, a França 3 milhões e a Itália perto de 5 milhões" (Marques 2000: 537).

«cosmopolitas» tradicionais da época, em que o país se movia com pouco à-vontade”, conforme sublinha Paulo Pina (1988: 97). Os resultados traduzir-se-iam na “tese promocional de António Ferro que proclamava a diferenciação regionalista do produto turístico português” (Pina 1988: 151).

De acordo com esta perspectiva promocional, além do triângulo turístico Lisboa/Cascais/Sintra e de alguns pontuais destinos de termalismo e de jogo, enfatiza-se a necessidade de desenvolver turisticamente a «Província» e a multiplicidade dos seus recursos turísticos ainda por explorar. Daniel Melo refere que como “principais circuitos turísticos existentes em Portugal, para além dos historicistas (castelos, mosteiros), e do folclórico (romarias), outros dois eram considerados indispensáveis: os postos de turismo e as pousadas¹⁷ estatais” (Melo 2001: 253).

Nesta busca e construção selectiva do «pitoresco» e da autenticidade turística do país, procurar-se-ia fazer “uma encenação idílica da crueza do mundo rural” (Pina 1988: 151), cosmetizado para consumo turístico. Os etnógrafos mais próximos do Regime¹⁸ desempenharam, também aqui, um papel não negligenciável em termos do papel dedicado à «etnografia e ao folclore» (Leal 2000: 35), aliás consonante com a vertente do SPN/SNI em termos de esteticização da cultura popular¹⁹.

Durante as décadas de 1930 e 1940, no âmbito das medidas preconizadas pela «Política do Espírito», o Estado Novo em ascensão regulava a actividade turística, articulando-a em consonância com múltiplas imagens propagandísticas. Segundo António Ferro, maestro da imagem turística do Regime durante este período:

“Foi com o maior optimismo [...] que o Secretariado de Propaganda Nacional recebeu, [...] no quadro das suas actividades, o encargo do problema do turismo. Há muito que sonhávamos, quase infantilmente, com essa caixa de lápis de cores, com esse pretexto para elevar o nível do nosso gosto, para embelezar o país, para sublinhar a sua poesia [...], para tentar, dentro dessa nova actividade, passá-lo a limpo” (Ferro 1949: 10).

Na obra *Turismo, fonte de riqueza e de poesia*, o Turismo é encarado por António Ferro como o “grande cartaz” do país (Ferro 1949: 21) e o SPN/SNI como o organismo por

¹⁷ Acerca das *Pousadas Regionais*, uma análise mais aprofundada é realizada no capítulo 6.

¹⁸ Em relação à «Etnografia de regime», e às iniciativas realizadas pelo SPN/SNI, veja-se o capítulo anterior.

¹⁹ Um processo anotado por vários autores já referidos anteriormente, nomeadamente por Joaquim Pais de Brito (1982, 1995), João Leal (2000), Jorge Freitas Branco (1999) e Vera Marques Alves (1997).

excelência da sua valorização propagandística, transformando “uma Nação empobrecida numa Nação prestigiada e digna” (Ferro 1949: 20). Sintetizando a obra realizada, o ideólogo da propaganda do regime enfatiza o que considera serem os principais recursos turísticos do país, implicitamente em consonância com a «lição de Salazar»:

“O Turismo português é, sobretudo, Portugal, a matéria prima de Portugal: clima, céu, paisagem, mar. Tudo o mais será fácil, se compreendermos que nos devemos todos unir para o mesmo fim, se não nos esquecermos de que todo o Portugal, de Norte e Sul, está «em qualquer parte» do Portugal inteiro, em cada aldeia, em cada vila, em cada cidade, em cada um de nós!” (Ferro 1948).

Enfim, o Estado Novo propõe, sob a orquestração de António Ferro, um Turismo desenhado enquanto metáfora da Nação, símbolo de unidade e continuidade cultural e geográfica, «cartaz» propagandístico das obras do regime e montra panorâmica sobre a sua Paisagem e o seu «Povo» trabalhador e crente. Nas palavras de António Ferro, citadas por Daniel Melo, “Portugal é um País de turismo, mas esse turismo saudável, campesino, deve satisfazer as exigências mínimas do viajante, sem fazer perder ao nosso País o seu carácter lírico, familiar” (Melo 2001: 254). Nomeadamente, enfatiza o mesmo António Ferro que o «pitoresco» é “uma grande atracção, um dos maiores estímulos para viajar, o apelo do desconhecido. Cuidar, pois, cada vez mais, da conservação do grupo regional que seja autêntico...” (Ferro 1949: 16). A autenticidade turística que o regime encenava era direccionada não apenas para os (ainda timidamente desenvolvidos) destinos de atractividade turística já embrionariamente consolidados, mas também abarcava outros novos territórios. Entre estes, parece ocupar um lugar de destaque a «provincia», enquanto um dos vectores privilegiados pelo edifício propagandístico do SPN/SNI na construção da montra panorâmica do país imaginado.

A publicação *Panorama. Revista Portuguesa de Arte e Turismo*²⁰ será o espelho da ‘Política do Espírito’ levada a cabo pelo SPN/SNI, e o rosto oficial, sob forma de publicação periódica, da própria política de turismo do Regime. Este é, por excelência,

²⁰ “A publicação *Panorama – Revista Portuguesa de Arte e Turismo* vai ser, como lhe chamou António Ferro, «o órgão oficial da campanha turística» do Secretariado. Publicada pela primeira vez em 1941, pretende ela também aconselhar, dar sugestões. Os artigos «Campanha do bom gosto» surgem a par de outros sobre regiões específicas; arquitectura, pintura, e, anexo à revista, é igualmente publicado o *Boletim Mensal do Turismo*, onde são tratadas as especificidades das províncias portuguesas, acompanhadas de sugestões recreativas” (Henriques 1990: 68).

um dos canais de divulgação da imagem turística oficial, e também um dos espaços de resposta às críticas crescentes de que o órgão de propaganda (e o seu chefe) são alvo. Uma análise exploratória aos conteúdos da primeira série da revista (1941-1949) parece evidenciar uma nítida continuidade do discurso “jornalístico” e das temáticas abordadas em relação aos padrões do ideário propagandístico emitido por António Ferro e as suas equipas. O papel desta publicação periódica enquanto espaço de divulgação das acções e linhas de orientação do governo e, em particular do SPN/SNI possibilita assim uma coexistência, lado a lado, das ideias de valorização folclorista do turismo, em conjunto com referências à Arte Moderna apoiada pelo Regime. Através da revista *Panorama*, o país imaginado pelo aparelho de propaganda mostra-se ao público²¹. Parece manifesta também a relação filial da primeira série desta publicação em relação a António Ferro²².

Entre 1941 e 1949, a *Panorama* materializa-se enquanto ‘galeria’ expositiva da multiplicidade de acções realizadas pelo SPN/SNI ao nível da promoção e divulgação artístico-cultural e turística. Especificamente no âmbito das actividades de promoção turística, é parte integrante da publicação um «Boletim Mensal de Turismo», uma secção «Campanha do Bom Gosto», assim como um conjunto diverso de artigos veiculando as ideias chave da política turística. Um destes artigos, entitulado “Turismo Nacional – Aquilo que já se fez não dá o direito de dizer que falta tudo”, transcrevendo um discurso de A. Ferro, sintetiza as linhas programáticas do trabalho realizado e a realizar:

- “1. Criação de uma consciência turística, com o reconhecimento e orgulho das nossas próprias riquezas naturais e artísticas através dos reflexos internos da propaganda externa e de iniciativas como o «Panorama», os programas da E. N. «Conheça a sua Terra», a publicação de várias brochuras, cartazes, mapas, etc, etc.
2. Revitalização e valorização do nosso folclore, que aumentou consideravelmente a riqueza turística do país [...]
3. Amenização das nossas estradas, linhas férreas e entradas de fronteira, obra ainda no seu início, por dificuldade, morosidade e incompreensão burocrática; [...]

²¹ Por constrangimentos vários, materializados em escassez de tempo e, dificuldade de acesso aos registos não publicados do SPN, fica por realizar uma análise dos públicos alvo da revista *Panorama*.

²² Com efeito, quando este deixa o SNI em 1949, a publicação cessa durante dois anos, para retomar a actividade em 1951 num registo aparentemente mais «endurecido» que o da primeira série da revista.

4. Manutenção de uma Agência de Turismo [...]
5. Ligação eficiente, mas que tem procurado ser útil e activa, com as Comissões e Juntas de Turismo [...]
6. Elaboração do Estatuto do Turismo, a apresentar brevemente ao Governo com todos os ensinamentos da experiência de alguns anos – Estatuto que deve procurar, acima de tudo, coordenar, articular todas as actividades turísticas, subordinando-as a um espírito e comando únicos.
7. Esforço para afirmar, elevando-lhe o nível, toda a publicidade turística do país [...]
8. Criação das Brigadas Hoteleiras [...]
9. Arranjo e orientação das Pousadas, que além de resolverem o problema da hospedagem nas nossas principais estradas de turismo, têm constituído exemplos [...] no desenvolvimento da pequena indústria hoteleira [...]
10. Constantes vitorias, pelas nossas Brigadas de Fiscalização, a centenas de hotéis e pensões [...]” (Ferro 1948: s/p).

Pretende-se com estas medidas ordenar, regulamentar e desenvolver a actividade turística, em articulação com a promoção interna e externa desta actividade. A tese promocional proposta enfatizaria, como acima ficou expresso, uma tentativa de valorização turística dos meios rurais, também aqui inferida nesta publicação. Logo no primeiro número da publicação, em Junho de 1941, chama-se a atenção para a multiplicidade de recursos turísticos do país, enfatizando-se que

“A amenidade do clima, as belezas naturais e os monumentos artísticos dum país ou duma província são, sem dúvida, poderosas fontes de atracção. Mas não basta atrair: é preciso prender. O que somente nos atrai, pode, com facilidade, desiludir-nos. O que nos prende, é porque nos encanta. Por isso o bom gosto dos povos é, *turisticamente*, o melhor colaborador do pitoresco das paisagens” (*Panorama* 1941, nº1: 10).

Este apelo ao «bom gosto» é patente, por exemplo, logo no segundo número da revista, pelo convite à participação dos leitores na inventariação e descrição turístico-cultural das suas regiões. Tomando a forma d’ “O Primeiro concurso do «Panorama»” (*Panorama* 1941, nº2: s.p.), consistia na redacção de uma reportagem subordinada ao tema «O Passeio Ideal», na qual deveriam “ser focados aspectos de interessé turístico (paisagem, folclore, monumentos, etc.) de nítido carácter regional” (*Panorama* 1941, nº2: s.p.). Cada concorrente²³ teria assim como objectivo, segundo o regulamento, “relevar, através da descrição, determinadas características regionais e aspectos de

²³ O vencedor do artigo premiado no concurso foi Cruz Cerqueira, com a reportagem “Évora, o Alentejo e a sua Paisagem” (*Panorama* 1942, nº8: 26-29). (Cf. Cap. 5).

interesse turísticos da província escolhida” (*Panorama* 1941, nº2: s.p.). Pretende-se salientar desse modo a diversidade de recursos existentes no país:

“Na verdade, de norte a sul, da fronteira ao Atlântico, o nosso território continental oferece ao viajante uma variedade tão grande de panoramas encantadores, de *motivos* plásticos e de costumes curiosos, que é, até, possível um português medianamente culto, ao descrever o que viu, suprir a falta de experiência literária com um sentido exacto de observação, e anotar os pormenores com as côres verdadeiras, os valores certos – dando, em suma, aquilo a que Eça chamava a *nota justa*.” (*Panorama* 1942, nº2: s.p.).

A revista dá assim voz ao processo de promoção turística «nacional²⁴», ora promovendo acções e publicações, ora tentando enquadrar e regular aspectos variados da face promocional do país. Desde a importância propagandística dada aos postais²⁵ ilustrados ou ao desenho de interiores das casas de campo²⁶, a missão pedagógica da *Panorama* materializa-se numa multiplicidade de vectores a que parece subjacente uma ênfase ruralista. Com o repto de que “Além das praias e estâncias termais há outros sítios encantadores para passar o verão” (*Panorama* 1942, nº10: 36-37), a propaganda enfatiza uma ode ao campo e ao conhecimento da arcadiana «província»:

“Saímos as portas de qualquer cidade nossa, afastamo-nos alguns quilómetros...e estamos no campo. Olha que novidade! dirão. Novidade não será, realmente. Mas devemos reparar neste pormenor curioso, desconhecido na maioria dos países

²⁴ “Salta aos olhos de toda a gente o incremento extraordinário que o turismo nacional tem recebido, nestes últimos anos. Tanto no campo das obras públicas – de arte, de engenharia, restaura, etc. – como no da propaganda dos valiosos elementos de atracção de que dispomos: clima, paisagem, arte monumental e popular...Não admira, portanto, que se intensifique a publicação de livros, folhetos e periódicos ilustrados – que são, como se sabe, os mais importantes e eficazes meios de propaganda turística. Pela palavra e pela imagem se fica a fazer uma ideia do que possuem as terras e aglomerados urbanos, digno de ver-se e admirar-se” (*Panorama* 1942, nº9: 10).

²⁵ “É lugar-comum exclamar-se perante um bonito trecho de paisagem: - Parece um bilhete postal! [...] Um postal ilustrado – já aqui o dissemos – é uma coisa mais séria do que pode, à primeira vista, afigurar-se. São pequenos cartazes que giram pelo mundo com extrema facilidade, explicando aos estranhos “como são” as paisagens, os monumentos e os tipos populares do país de origem” (*Panorama* 1942, nº10: 28-29).

²⁶ No artigo intitulado “Uma casa de campo modelar” (*Panorama* 1942, nº10: 13), apresenta-se pedagogicamente como ‘deve ser’ uma casa de campo – “Os *chalés* e outros casarões inestéticos que durante largos anos se foram construindo por essas praias e campos do país – já não se usam. [...] A arquitectura moderna possui, entre outras, estas nobres virtudes, muito à feição da nossa paisagem: simplicidade e alegria. [...] O que importa, é que o ambiente esteja harmónico com a arquitectura e com a paisagem. Para isso, os estilos tradicionais do país e os próprios materiais das regiões são os mais aconselháveis, tanto para o desenho e construção do mobiliário, como para os objectos de uso e ornamentação” (*Panorama* 1942, nº10: 13).

européus: é que, logo a breve distância dos aglomerados urbanos, a sua influência deixa de sentir-se. Por outras palavras: o campo é logo campo, com o seu carácter inconfundível, inteiro e intacto. E há milagres incríveis, como este: homens feitos que labutam nos arredores de Lisboa e só vieram à capital uma única vez, na infância! Por isso o encanto peculiar da vida bucólica portuguesa, em todos os seus aspectos regionais – variadíssimos – da faina e dos festejos populares: ceifas, vindimas, apanha da azeitona, desfolhadas, romarias e feiras... Espectáculos sempre diferentes, optimistas e ricos de edificantes ensinamentos. Os nossos campos são, assim, nos meses de actividade agrícola, factores inestimáveis para o incremento do turismo nacional” (*Panorama* 1942 (10): 37).

A ilustrar esta clara preferência ruralista, encontramos o último número da 1ª série da revista *Panorama* (1949, nº 39), que é precisamente dedicado à «provincia». Este número encerraria também o fim do ciclo de António Ferro à frente do Secretariado e da política turística de orientação enfatizadamente folclorista por ele empreendida. Conforme sublinha Daniel Melo, com a chegada dos “anos 50 e o fim do consulado de Ferro, a feição regionalista e folclórica assente no mundo rural é subvalorizada pela opção industrializante” (Melo 1996: 985-986). O Turismo tomaria então outras novas ‘cores’, cujas mudanças transcendem os limites da presente análise. Não obstante, durante a fracção de tempo que aqui se percorre, a actividade turística assume um papel vital na valorização estética do país, expresso nas palavras do *mestre* de cerimónias, ao sintetizar no Turismo o “encenador e decorador da própria Nação” (Ferro 1963: 170). Desenhado como metáfora do país imaginado, o Turismo traduz-se, pela acção propagandística, numa montra panorâmica sobre a Nação, na qual serão expostas, depois de uma filtragem selectiva, as imagens do país e das suas «provincias»²⁷.

²⁷ Vejam-se, a este respeito, os dois próximos capítulos.

Capítulo 4 – Imagens do País

"Les portugais sont toujours gais!"
Dugard (1934: 15)

- "O que é um português?
- A pergunta deixou-me desprevenido. Hesitei:
- Bem, antes de mais, suponho, um europeu...
- Os Portugueses, europeus? – riu-se com mansidão. – Nunca foram. Não o eram antes e não o são hoje. Quando conseguirem que Portugal se transforme sinceramente numa nação europeia o país deixará de existir. Repare: os portugueses construíram a sua identidade por oposição à Europa, ao Reino de Castela, e como estavam encurralados lançaram-se ao mar e vieram ter aqui[Goa], fundaram o Brasil, colonizaram África. Ou seja, escolheram não ser europeus".

J. Eduardo Agualusa (2001: 36)

Ao longo deste capítulo analisam-se algumas das narrativas turísticas veiculadas acerca do país, com enfoque específico no período em análise. A primeira secção centra-se na análise das imagens veiculadas por guias de viagem, entre a segunda metade do século XIX e a década de 1940. A segunda e terceira secções exploram algumas das narrativas turísticas oficiais emitidas pelo SPN/SNI, direccionando a propaganda turística, respectivamente, a nível interno e externo.

Itinerários e sugestões de Viagem

Entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX o turismo dava os primeiros passos em Portugal; à semelhança do que ocorreu em outros locais, as narrativas turísticas que então ajudaram a desenhar o 'país a visitar', tinham como uma forte componente a representação da alteridade¹.

¹ Um exemplo deste facto, no contexto português, é fornecido pela análise de Sousa Martins (1999) acerca da construção de identidades nos Açores oitocentistas. Segundo este autor, a formação das consciências identitárias nas elites locais açorianas foi alicerçada "em representações da diferença, da singularidade, e do valor de inúmeros aspectos da realidade natural e cultural das ilhas" (Martins 1999: 35). Os criadores destas representações – visitantes

De um modo geral, as imagens de Portugal veiculadas pelos guias de viagem analisados traçam itinerários que procuram ser “roteiros do País”, com partidas da metropolitana Lisboa e deambulações selectivas pelas várias “províncias” portuguesas. Em articulação e complementaridade com os textos encontram-se geralmente elementos de contextualização pictórica, sob a forma de mapas, figuras e/ou fotografias. Em relação aos eventuais leitores destas narrativas, infere-se que são destinatários nacionais e estrangeiros, maioritariamente de proveniência urbana e educacionalmente instruídos². Na construção destas narrativas, os autores dos guias colocam geralmente a ênfase descritiva no património construído de carácter monumental, na tipicidade da paisagem, e nos “tipos” etnográficos existentes regionalmente. A História vs. Memória, a Paisagem e a Etnografia parecem ser assim os principais recursos turísticos inventariados. Num *Guia de Portugal* publicado em 1880, o autor nota que

“Tratando-se de publicar a descrição de varios monumentos, e edificios do reino de Portugal, afigura-se um dever essencial principiar essa publicação, dando uma notícia breve e a largos traços, da origem, fundação, e existencia do paiz de que se deseja fazer conhecidas as suas edificações, os seus monumentos, e as suas bellezas” (Almeida 1880: 3).

Pretendendo enfatizar as qualidades turísticas de Portugal³ - clima, história e carácter dos habitantes – é realizada uma descrição sistemática do país “em relação ao valor e índole dos seus habitantes, do seu espírito de independência; do seu clima e posição; da sua divisão; do seu governo; da sua administração financeira, da sua religião e do seu idioma.” (Almeida 1880: 6). Os monumentos inventariados por este autor (Almeida 1880) constituem geralmente “lugares de memória” da História da Nação. Especificamente na inventariação dos recursos turísticos do Alentejo é privilegiada a visita a sítios ricos em património construído (Castelo de Alvito, Templo

estrangeiros, continentais e residentes insulares – produzem narrativas de viagens que retratam, entre outros, uma “natureza edénica, relevando a *beleza romântica e pitoresca* das paisagens” (Martins 1999: 35).

² No *Guia* de Raúl Proença o destinatário é “o português culto” (Proença 1924: LXI). Outros guias procuram, num enfoque mais específico, ir ao encontro de objectivos motivacionais específicos dos viajantes e turistas, ao “suministrar datos prácticos y completos al creciente número de los que, bien por motivos de índole sentimental, artística, de instrucción y aun de lucro, bien por puro recreo, deseen conocer las bellezas y recursos incontables que atesora el antiquísimo y privilegiado suelo de Hesperia” (Lopez 1924: 7).

³ O autor enfatiza querer “dar uma idéa aproximada do nome e origem de um paiz cuja formosura, doçura de clima, e bonhomia dos seus habitantes, é digno de ser conhecido, e quiçá mais do que é, mesmo, para que os estranhos o avaliem” (Almeida 1880: 4)

de Diana) e ainda de locais onde se desenrolaram batalhas históricas (Ameixial, Montes Claros).

Também Raúl Proença irá privilegiar, no *Guia de Portugal*, a descrição de locais “que a história, a lenda, a beleza ou a arte tenham instituído em forçados lugares de peregrinação para todo o coração lusitano” (Proença 1924: LX). No mesmo ano, é publicado em Madrid um guia de Espanha e Portugal (Lopez 1924: 7), que descrevendo itinerários e tipos de mobilidade nos dois países (embora com maior peso para Espanha) enfatiza os recursos turísticos da Península Ibérica:

“su hermoso cielo, variados y pintorescos paisajes, exquisitas producciones y típicas costumbres, es, además y principalmente, un imenso museo de antigüedades y obras de arte, en el que todas las grandes civilizaciones históricas han dejado recuerdos de singular valor, y con frecuencia únicos” (Lopez 1924: 7).

Já o *Guia do Turista em Portugal*, publicado em 1932, propõe uma lição pedagógica mais explicitamente ideológica de «como se visita Portugal», salientando que o país

“oferece uma tal variedade de paisagens, de tipos, de costumes, dentro, aliás, de uma grande unidade de raça, que aos viajantes são sucessivas as mais variadas impressões, havendo apenas em comum em todo o país um clima excepcional, uma grande luminosidade de atmosfera e um céu quasi sempre dum azul intenso e deslumbrante” (Guia 1932: 7).

Um olhar diferente, bastante mais realista em relação às condições de vida existentes no país é-nos dado pela obra *Portugal Now*, de Ralph Fox (1937: 58):

“Portugal is such a little country. Its spare, swarthy peasants, in their black homespuns, [...] have to work so hard on the brown, burned-up earth, to pay so much for the little water to irrigate their parched fields, and the fields themselves are so tiny, hardly bigger than a middle-class Englishman's suburban garden. They work, with a little bread, a little fruit and wine, sometimes a little meat, to produce port wine and cork for exports. And the fishermen fight the Atlantic storms to get you sardines. That's all this little country gives the world – port, cork and sardines. It has no industry and has only begun to grow its own bread in the last two years” (Fox 1937: 58).

Nesta visão menos poetizada, o narrador regista que “Portugal is a country of some six million people who suffer, love and die in the way of humanity everywhere” (Fox 1937: 46), vivendo sob um novo regime ditatorial comandado por António Salazar⁴:

⁴ “Dr. Salazar rules a peasant country, with only a tiny working class, with no great mass of dissatisfied small middle-class people and unemployed working men in the great towns, for there are no great towns in Portugal outside Lisbon and Oporto” (Fox 1937: 60).

"The country is a small one, with no industry, its peasant population largely illiterate. The task of making such a state prosperous and well administered, in the conditions of our modern Europe, was a prospect to dismay the stoutest. Land reform, particularly the break-up of the great estates in the south, the abolition of feudal remnants in the landowning system that still strangle the efforts of small peasant proprietors, the further restriction of the Church's influence, education, irrigation, cheap power, good communications, co-operation in marketing and cheap credits to farmers, all these things might have made Portugal a second Denmark" (Fox 1937: 49).

Não obstante, as valorações gerais do país que são veiculadas pela maioria das narrativas de viagens apresentam-no como uma intemporal arcádia, um repositório de culturas camponesas algo cristalizadas, repositórios e registos de uma certa "primitividade"⁵, nas margens periféricas⁶ da Europa.

Portugal surge assim retratado como a «arcádia do Ocidente» (Gallop 1936), enquanto uma "terre admirable des paysannes qui ont gardé la beauté des figures antiques, la noblesse de leurs attitudes, le pittoresque de costumes depuis longtemps abandonnés ailleurs" (Reval 1934: 115). Na adjectivação que é feita acerca dos «Portugueses» salientam-se qualificações estereotipadas de melancolia⁷, gentileza e hospitalidade⁸. Portugal é caracterizado como um país com uma natureza melancólica,

⁵ John Gibbons, por exemplo anota que "I could, and still can, speak no Portuguese, and genuinely the country *is* a little on the primitive side. Only really, of course, that makes it all easier. Because while in the sophisticated town you're a little of a nuisance, and nobody has much time to try and understand you; in the little remote village you're an object of rare curiosity whom everybody is anxious to meet" (Gibbons 1933: 108).

⁶ Ideias préconcebidas de Portugal materializavam um "Pays qui sur l'atlas n'était pour moi qu'une tache, pièce rapporté de l'opulente Espagne..." (Papy 1935: 7).

⁷ Vários autores enfatizam que "le Portugais est de nature mélancolique" (Reynold 1936: 69). Ziègler, por outro lado refere que "Un motif d'opérette affirme que les Portugais sont toujours gais. Cela ne put être dit, vraiment, que pour la rime. Certains, tout à opposé, firent d'une tristesse naturelle et tenace le fond de leur caractère" (Ziègler 1944: 40). Também Dugard reafirma que "Les Portugais sont toujours gais! Parmi les mots qui firent fortune, celui-là, qui vibre et galope, vous a l'air irréfutable. Gardez-vous cependant d'y croire. La gaîté portugaise a beau être proverbiale, elle n'est pas moins une fable." (Dugard 1934: 25). Assim, se verifica que "beaucoup d'hommes et de femmes qui portent la masque de la mélancolie. On est loin, comme vous voyez, de la vieille gaîté légendaire" (Dugard 1934: 28). Não obstante, conclui o autor, "s'ils ne sont pas toujours gais, sont toujours pleins de gentillesse" (Dugard 1934: 35).

⁸ "...the Portuguese, with all their laughing at me [...] were on the hole so extraordinarily kind to their stranger that I will not name individual villages [...]" (Gibbons 1933: 65).

assim como a «saudade» é descrita como o sentimento nacional –“La Saudade”⁹, es decir, el primer personaje con el que ay que compenetrarse si quereis entender el alma y los siglos de Portugal” (Barbera 1944: 14). No que respeita a um pretenso «carácter português», Gonzague de Reynold (1936) defende que este se encontra encapsulado nos camponeses¹⁰. Já Henry de Ziegler consideraria, alguns anos mais tarde, que “Le caractère essentiel du Portugal est d’être, de cette même Europe, l’extrême partie occidentale, l’extrême avancée atlantique” (Ziegler 1944: 10). Um “*Jardim da Europa*, jardin de l’Europe: ce n’est pas une hyperbole touristique, mais l’expression juste et concise d’une adorable réalité” (Ziegler 1944: 22).

Na caracterização deste ‘jardim’ arcadiano situado nas margens da Europa, a «Paisagem» assume um lugar de destaque. A diversidade paisagística do país é cartografada e valorizada pela sua «beleza rústica»¹¹ e pela presença directa e indirecta do oceano Atlântico¹², que se materializa diferencialmente de norte a sul do país. A este respeito considera-se, nomeadamente, que:

“Son climat, son paysage, sa végétation, sa vie côtière et même sa vie agricole, son histoire, ses découvertes, ses conquêtes, son architecture propre – le manuélin –, une grande partie de sa littérature, sa race, son caractère et son langage, s’expliquent en un seul mot: l’Atlantique” (T’Serstevens 1940: 7). Especificamente em relação à vegetação, “Ce ne sont que forêts, vignobles, pâturages, rizières, vergers, sauf dans l’Alentejo qui participe de la sécheresse andalouse et ne donne que du blé maigre et du chêne-liège. Partout ailleurs, l’arborescence des régions tempérées se mêle aux essences méridionales et même à des espèces africaines” (T’Serstevens 1940: 7-8).

⁹ “La douce lumière, la mélancolique lumière du Portugal, en cette tiède vêprée d’arrière-automne, m’éclaire le sens de la «saudade»” (Reynold 1936).

¹⁰ Diz-nos este autor que “la force de la nation portugaise, c’est dans le paysan qu’il réside. La classe agricole possède la majorité numérique. Elle constitue la grande réserve nationale et morale, elle incarne le patriotisme et la tradition, elle perpétue l’esprit religieux” (Reynold 1936: 125).

¹¹ “Cette beauté rustique triomphe sous le ciel du Minho, dans le nord, où les prairies et les bocages ont l’éclat du vert normand, alors que les provinces du sud ont un caractère africain. Une lumière limpide baigne le doux paysage; depuis l’Océan, jusqu’à la Sierra porteuse de neige, s’étend un beau tapis vert coupé de ruisseaux, de cascades, de nonchalantes rivières” (Reval 1934: 117).

¹² “La grandeur, la seule grandeur du paysage portugais, c’est la présence de l’Océan” (Reynold 1936: 67).

Caracterizando a paisagem portuguesa, Gonzague du Reynold (1936: 72) enfatiza duas características— humanidade e romantismo¹³. É, com efeito, uma paisagem humanizada aquela para que remete a maioria das representações veiculadas pelos relatos de viagem, apelando para a relação entre aquela e o Homem/‘camponês’, que a constrói, habita e lhe dá côr. Como refere um dos autores já citados, “C’est l’homme qui donne un style au paysage portugais. Ce paysage est fait d’une collaboration de l’homme et de la nature. L’homme colore le paysage par toute l’animation qu’il y met, par son tempérament, son langage, par ses moeurs et par ses costumes...” (Reynold 1936: 71). E neste sentido o autor anota exemplificativamente o modo como a agricultura portuguesa “a gardé tout son caractère traditional et la plus grande partie de son pittoresque; elle n’est pas encore modernisée complètement; elle demeure archaïque, antique en bien des lieux” (Reynold 1936: 71-72). Em interligação estreita com o arcaísmo da agricultura portuguesa, também o «Folclore»¹⁴ parece ver enfatizada a sua riqueza ao vestir a Paisagem do modo humanizado que, à luz dos relatos, a caracteriza.

Mas as imagens turísticas de Portugal adquirem uma maior côr político-ideológica na *Cartilha da Terra Portuguesa*, de António Ferro (1950). O ideólogo da Política do Espírito” concebe uma “brochura” turística como um “catecismo” de beleza, onde nos surge um país de leitura fácil simplificado à luz dos discursos da propaganda, pelo meio de um conjunto de “itinerários fundamentais de Portugal, índice dos seus valores históricos, paisagísticos e pitorescos” (Ferro 1950: 6). Segundo o autor,

“Há muito que se fazia sentir a necessidade duma brochura prática, manejável, de algibeira, em que os turistas nacionais e estrangeiros se pudessem aperceber, rapidamente, do essencial da terra que visitam, entre dois comboios ou numa paragem curta de automóvel: os seus mais belos panoramas, monumentos principais, festas típicas, hotéis ou pousadas, as próprias especialidades culinárias. [...] Consulte-se, portanto, a «Cartilha da Terra Portuguesa» como se consulta um ficheiro que nos indica modestamente os dados essenciais do problema que desejamos tratar ou até as próprias fontes onde devemos ir beber. Seja como for, esta edição singela do

¹³ “Le premier caractère du paysage portugais est son humanité. Il est à la mesure de l’homme, il rassure l’homme” (Reynold 1936: 70). Uma segunda característica da «paisagem portuguesa» é o seu romantismo, que é “sentimental et plaisible, heureux et nostalgique à la fois, âmes vagabondes et vie traditionnelle” (Reynold 1936: 72).

¹⁴ Considera-se que “le folklore portugais est la représentation parfaite de la «Saudade» nationale” (Homet 1942: 256). Este autor defende também que “le folklore portugais est l’un des plus riches et des plus captivantes qui soient d’autant plus que lors les grandes férias du pays, les danses sont entièrement effectuées en costumes locaux” (Homet 1942: 257).

Secretariado será, doravante, uma obra indispensável, de iniciação, para todos os devotos da nossa Pátria, o catecismo da sua Beleza...” (Ferro 1950: 6-7).

Esta obra constitui-se então, à luz dos discursos de poder do aparelho de propaganda do Regime Anterior, como o «A B C» do turismo nacional. A obra é concebida sob a forma de um guia de consulta rápida, estruturada de modo a contemplar a totalidade do território nacional. Depois de uma contextualização introdutória do país, em que se mostra um “Portugal Continental” epidermicamente caracterizado¹⁵, o leitor é convidado a sobrevoar a urbanidade e monumentalidade de “Lisboa e Porto”, após o que parte para a “Província” e “Ilhas Adjacentes”, universos paisagísticos rurais e «pitorescos» do país imaginado.

«Imagens Portuguesas»

O edifício propagandístico do Regime caracterizou a sua acção por uma diversidade de práticas que transmitiam, tanto interna como externamente, imagens turísticas do país. Um dos veículos utilizados nesta missão de pedagogia oficial é, como acima se viu, a revista *Panorama*, em conjunto com um conjunto diverso de outras publicações.

A categoria representacional da «Paisagem», e em particular do que poderia ser designado por “Paisagem folclorizada”, ocupa um lugar de destaque quando procuramos imagens do país nas páginas da revista. Com efeito, os panoramas que a *Panorama* revela ao leitor parecem efectivar-se numa homogeneizadora caracterização de um país pitoresco, materializado fisicamente na «paisagem», simultaneamente diversa (regionalmente) e una (nacionalmente). A este propósito, Luis Chaves, um dos etnógrafos mais próximos dos SPN/SNI, considera num dos artigos do número 11 da *Panorama* que:

“Cada região tem o seu tom maior na paisagem, como cada família tem a sua heráldica. [...] Não confundimos, por certo, a vertigem da região duriense, até às profundezas do douro, com a pintura de *Coroç*, infinda, colorida de templo com vitrais ao sol, que é o Alentejo. [...] Também a inteligência do homem colaborou na caracterização da paisagem, que se humaniza, domestica e subtiliza. [...]

Na paisagem portuguesa não faltam encantos naturais de relevos variadíssimos, de maravilhas de arborização ou colorido nas encostas ou nos fundões; [...] Há povoações

¹⁵ Nesta cartografia do país, são evidenciadas a sua caracterização geográfica, etnográfica, historico-artística e ainda as divisões administrativa, eclesiástica e judicial do território.

com os seus castelos. [...] Nos nossos castelos há sempre qualquer coisa de coroa e de elmo de guerreiro, envoltos em poesia suave, sem encontrarmos onde começa o heroísmo e acaba a lírica de amores, exactamente como nos bordados das mãos femininas da nossa gente” (Chaves 1942: 4-6).

Mais do que mero espaço físico humanizado, a paisagem aparece desenhada como o elemento catalizador da identidade nacional, testemunha da história/memória do país, e palco representacional do passado e do presente da «Nação». A paisagem é por isso caracterizada pela propaganda pelo seu carácter «lírico» e «pitoresco»¹⁶, numa diversidade de aspectos que remetem para esteriótipos representacionais de visualização propagandística do país. É o que parece inferir-se, por exemplo, das ideias expressas no artigo “Cores e imagens de Portugal”, publicado na revista *Panorama* em 1944 (nº20), e no qual Portugal é metaforicamente desenhado pelo autor como uma:

“Pequenina tira de terra, apertada entre dois azuis incomparáveis, o religioso do céu e o tentador do mar. E tem de tudo o velho solar onde há oito séculos vive a família portuguesa, cuja maneira de viver, feita à imagem e semelhança da terra, fez uma raça – um povo, e melhor do que um povo, uma alma! Uma alma tão identificada com a terra, feita tão à sua imagem e semelhança, que uma e outra já se não podem separar. [...] Tem de tudo um pouco e bem repartido pelas suas oito províncias, sem que nenhuma deva invejar as outras. Dois jardins – o Minho e o Algarve – dois jardins tão diferentes, embora ambos lindos, o primeiro garrido, multicolor, com os seus montes verdes e ribeiros cantantes; o do Algarve, misto de pomar, largo chão, com pequenas colinas e de poucos rios, mais quente, voltado à África, banhado numa luz de ouro, onde a amendoeira e a alfarroba, ao florirem, o tocam de alegria comunicativa e gárrula.

A grandeza, a augusta religiosidade das serras transmontanas, que pedem para as cantar os tercetos de um Dante, e para as desenhar as águas fortes de um Doré. Contrastando com Trás-os-Montes é o Alentejo, a campina rasa, a perder de vista e, sobre ela, um céu que se confunde no horizonte cujo azul se casa com o ouro das searas, qual mar sem fim, com gotas rubras de papoilas e cobre as tristes oliveiras contorcendo-se em desespero e dor que se desentranha em azeite para sustento e luz. Na Estremadura, farta e franca, canta a alegria de quem semeia e cria, cobrindo-se de searas, pastos e gados. Depois o Ribatejo, terra do touro bravo e nobre, que marra de frente, e do homem não menos bravo, que também investe de frente... Se Alentejo e Estremadura são terras de searas doiradas, o Douro é o [...] torrão bendito em cujas

¹⁶ “Tudo contribui para que a paisagem do nosso continente seja lírica e pitoresca: O clima, os tipos humanos, a arte monumental e popular – e também os rebanhos, que abundam nas serras e fazem parar, frequentemente, os automóveis nas estradas...” (Panorama 1941, nº3: 24).

abas de socalcos, um sol único numa terra única, amadurece os bagos únicos dos pâmpanos fartos, num beijo fecundo ao solo ardente que o devolve nesse abençoado Vinho do Porto [...]. E as Beiras? Silêncio! Estas são o coração de Portugal, terra sagrada e bíblica [...] Tantas belezas, que todas cabem na concha da mão: o magestoso Tejo, o Douro bravo, o Guadiana lânguido, o poético Mondego; as montanhas plenas de unção religiosa; as colinas suaves; cidades, vilas e aldeias, de tão diversa índole, e sempre portuguesíssimas; searas louras, verdes pinheirais, pâmpanos dourados e rubros laranjais floridos, flores, muitas flores de divinal fragrância, e os mais saborosos frutos.

Tal a terra que o português cava e lavra, onde semeia e planta, com os olhos em Deus, na alma uma seriedade meio triste, meio resignada; nos lábios as ingénuas canções próprias do seu gênio. Esta é a terra que ele ama com amor forte, a um tempo sensual e espiritual, e que em troca lhe dá o pão do corpo e o pão do espírito; terra da promessa, manta de retalhos que o mar vai cerzindo num abraço demorado e o céu religioso cobre e acaricia sob a abóboda luminosa, como outra não há! Côres e imagens de Portugal! Sois diferentes das outras."

A partir destas representações ético-morais e estético-paisagísticas de diversidade/ homogeneidade, a paisagem surge assim formatada numa multiplicidade de significados ideológicos: berço da «Pátria», palco de memória nacional/familiar/individual, conjunto de recursos histórico-artístico-etnográficos, terra de trabalho e de origem. Enfim, metáfora do país romanceada à luz do ideário do regime. Mas é também por isso um espaço animado, povoado por gentes e animais, apaziguadamente domesticados, de modo a conferir-lhe, como refere Adolfo Simões Müller, "o seu ar ingénuo e doce de presépio verde"¹⁷ (Müller 1944: s.p.). Puerilmente

¹⁷ Este autor, no artigo "Animais – Bonecos de barro animado na feira da nossa paisagem" (publicado no número 20 da revista) aborda a relação entre a paisagem e as sociedades humanas. Segundo ele: "Teixeira de Pascoaes põe em relevo, na «Arte de ser português», o papel que a paisagem representa na existência do homem, a influência moral que ela exerce em nós e cujo estudo poderia ser da máxima importância para maior conhecimento da alma humana. Ora, se as árvores e as pedras, os seios dos montes e as fitas dos ribeiros, como gênios tutelares, condicionam até certo ponto a nossa maneira de ser, é natural admitir que os próprios animais, como elementos vivos da paisagem, contribuam para a formação do nosso carácter e de muitos dos nossos costumes. [...] Na paisagem portuguesa, com o seu ar ingénuo e doce de presépio verde, a que não faltam, sequer, os anacronismos dos fios telegráficos e dos comboios fumegantes, não podiam deixar de estar presentes a vaquinha e o jumento. Povo essencialmente agrícola, curvado sobre dois palmos de terra, a manada, o rebanho e a récua tinham de constituir os seus aglomerados animais. As ovelhas e os carneiros estendem o seu tapete ondulante e macio pelas encostas dos montes. O homem que os acompanha e passa, horas a horas, no seu convívio, de olhos presos nos longes do horizonte ou na madeira que os seus dedos vão afeiçoando, com jeito de artista, é paciente e melancólico. [...] Os animais são a paisagem em movimento. Enchem-na de pitoresco e põem acordes de côr vibrante na escala

caracterizada, está-se perante uma paisagem idealizada e instrumentalizada, enquanto imagem cultural que, mediante as tipologias de leitura acima expressas, alimenta a ideia de 'Nação'¹⁸.

Para além das imagens veiculadas pela já visitada revista *Panorama*, outras publicações do SPN/SNI dedicaram à Paisagem um papel mais explicitamente ideológico. É o caso da obra *Paisagem e Monumentos de Portugal*, de Luiz R. Santos e Carlos Queiroz, publicada no mítico ano das Comemorações dos Centenários. Refere-se, na nota introdutória, que:

"Com a publicação deste album dedicado à paisagem e aos monumentos de Portugal, pretendeu-se contribuir para criar e desenvolver, através de imagens, de trechos evocadores e descritivos, culto consciencioso pelo território continental da Pátria e pelos testemunhos arquitectónicos de instituições e factos que glorificaram a Nação, quer na beleza e valor morais e plásticos, quer nos aspectos geomorfológicos, etnográficos, históricos e artísticos" (Santos e Queiroz 1940: s.p.).

Os autores consideram que, não obstante um conjunto diverso de narrativas nacionais e estrangeiras sobre a paisagem do continente português, raras "vezes – e só parcial ou acidentalmente – os escritores encararam a nossa paisagem no ponto de vista dos caracteres próprios, relacionados com a Etnografia, a Arte e a Literatura nacionais" (Santos e Queiroz 1940: s.p.)¹⁹ A presente publicação, portanto, parece surgir no intuito do decorrer de um processo de nacionalização da Paisagem pelo Estado Novo, numa ode pedagógica ao universo paisagístico português – e especificamente rural²⁰ –, cujos recursos estão, segundo Carlos Queiroz, ainda por desbravar:

"Contudo, se há paisagem que seja aprazível é a nossa. Se há homem do campo que seja afável, é o nosso. Ainda tira o chapéu e dá os bons dias ao viandante menos apressado sem pedir nada em troca. [...] A paisagem portuguesa repele as grandes concepções industriais porque os negros fumos das fábricas lhe repugnam, os fortes ruídos a incomodam, o excessivo materialismo a ofende..." (Santos e Queiroz 1940: 7)

monótona dos verdes. São os bonequinhos de barro animado na feira em ponto grande que nos envolve no seu abraço festivo: seres que dão alma ao meio ambiente." (Müller 1944: s.p.).

¹⁸ Sobre este assunto, veja-se o capítulo 1.

¹⁹ A nacionalização da Etnografia, da Arte, da Literatura e, especificamente, da Paisagem.

²⁰ Enfatiza-se que "A nós, portugueses de cidade, o rural intimida-nos. Abstractamente sedentos de terras alheias e sedentários na nossa, raras vezes, por gosto, nos aventuramos para longe dos centros urbanos" (Santos e Queiroz 1940: s.p.)

É com base neste registo representacional que os autores analisam a «Paisagem» e os «Monumentos» do país; para tal, elaboram uma sistematização dos «mais interessantes aspectos paisagísticos do país²¹», em articulação com um «Catálogo dos Monumentos nacionais e imóveis de interesse público». Neste retrato patrimonial e paisagístico de Portugal, as referências aos arquipélagos dos Açores e da Madeira parecem estar ausentes da narrativa, (à semelhança do que se verificou na maioria das outras fontes consultadas. A imagem dominante é a do país continental, geograficamente uno. A informação apresentada é enquadrada por um conjunto de ilustrações, que contextualizam pictoricamente a caracterização paisagística do rectângulo continental:

"Mais poética do que plástica, a paisagem dominante do continente português exala um graça íntima que impregna a atmosfera de sorrisos e transcende, em poder atractivo, os seus encantos formais. Passemos por ela a nossa memória visual, detendo-nos no que foi [...] construído pelo Homem. Nos pontos mais altos, recortados no Azul, castelos, capelinhas e moinhos que parecem de brincar. À beira das estradas, em ruas e praças de vilas e aldeias, fontes, *alminhas* e cruzeiros. Por toda a parte, casas de habitação com mais poesia do que arquitectura; arte popular, ainda pura, ainda isenta de técnica. O povo rústico trabalha, calmo e discreto, quase infantil, mesmo quando sofre e parece, aos olhos de alguns estranhos, um adulto carregado de explosividade. Se não canta, cisma. Mas é ainda mais ingénuo quando cisma do que quando expande o que sente ou tenta exprimir o que pensa. Atraem-no muito mais as romarias do que o mito das cidades. Ver o nosso povo folgar, é assistir a um espectáculo de naturalidade que talvez já não tenha comparação à superfície do globo. [...] Doçura, polimorfia e certa ingenuidade de perene adolescência, são os mais evidentes atributos da nossa paisagem campestre" (Santos e Queiroz 1940: 7-8).

A Paisagem portuguesa é aqui apresentada com atributos metafóricos de «Feminilidade» doce e «fecunda», «Naturalidade» campestre, «Musicalidade» pastoral e «Rusticidade» etnográfica. E aparece aos olhos do país como uma serena e intemporal «Arcádia», *locus amoenus* cosmetizado, aplaudido e difundido internamente pelo Regime.

²¹ Inventariando recursos múltiplos ('Serras'; 'Outros pontos de vista'; 'Litoral'; 'Planícies e Vales'; 'Quintas, Parques e Jardins'; 'Gargantas e desfiladeiros'; 'Cascatas'; 'Grutas'; 'Aglomerados

«Images Portugaises»

Para além desta difusão propagandística tendo em vista o contexto nacional, a promoção turística do país teve uma vertente externa não negligenciável; como acima se anotou²². É neste contexto que em 1939 o Secretariado de Propaganda Nacional edita a publicação *Images Portugaises*²³. O aparelho de propaganda, pela mão de António Ferro, procura nesta obra enfatizar as qualidades do país, empolando-o como espaço turístico-patrimonial e histórico de memória. Exaltando poeticamente os valores paisagístico e histórico-etnográficos do país, convertidos em recursos turísticos ao serviço dos fluxos internacionais, realiza-se um 'convite à viagem' de descoberta do país:

"Au Portugal, patrie éternelle, où hier et aujourd'hui sont des synonymes de toujours, le passé est tantôt l'envers du présent tantôt sa façade. De là ce charme de contrastes harmonieux de notre paysage: ses oui et ses non, ses ombres et ses lumières, ses doutes et ses certitudes. Notre album presque banal, dont les images sont comme des simples gestes familiers de chez nous, offrent quelques exemples de cette féerie de contrastes. [...] Cet album, donc, n'est que le film-annonce, «l'invitation au voyage»..."
(*Images 1939*: s.p.)

Esta "féerie" de contrastes em que se materializaria o país deambula numa sequência de imagens fotográficas, numa leitura é contextualizada pela legenda respectiva, e é articulada em diálogo com a imagem da página seguinte, num percurso visual interligado. Estas «Images Portugaises» materializam-se, então, quase como uma viagem fotográfica pelo país, que começa nos «os castelos e a cruz, signos eternos» da independência e da História de Portugal. Só então o leitor é depois conduzido até Lisboa – «capital do sul» – numa vista panorâmica que se tem desde um parque infantil, num laivo de urbanidade adocicada. Esta urbanidade panorâmica é continuada em direcção à fotografia seguinte, que mostra, desde a Nossa senhora do Pilar, o «Porto, capital do Norte».

De seguida o leitor é convidado a mergulhar no universo rural, visualizando uma arcadiana imagem de maçarocas de milho, uma peneira em jogos de luz e uma forquilha, ilustrando que "L'abondance des récoltes et la qualité des produits viennent de

Urbanos'; 'Estradas').

²² Cf. a análise realizada sobre a política turística, no capítulo 3.

²³ A publicação é constituída por um conjunto imagens fotográficas a preto e branco, legendadas em francês.

la fertilité de la terre". Neste elogio à vida campestre, expõem-se em seguida imagens das vinhas em socalcos do Douro, do trabalho²⁴ e produtos agrícolas. Seguem-se, posteriormente, a tipificação etnográfica de um «guardador de porcos do Alentejo» e um «pescador da Nazaré», personificando respectivamente o «Homem da terra» e «do mar», assim como a apresentação de rostos femininos, adjectivando estereótipos de «Simplicidade», «Temura» e «pureza de traços».

No âmbito do património artístico, elogia-se a arte erudita²⁵, emparelhada discursivamente a arte popular²⁶, esta igualmente alvo de elogio. Um igual destaque é dispendido sobre a 'paisagem', representada por uma imagem do «Ribatejo», (numa dualidade de «movimento» dos campinos cavalgando na lezíria, e de «quietude» da ponte sobre o Tejo em Santarém). Tem igual lugar de destaque o património histórico-urbanístico, com um olhar cruzado sobre as ruínas romanas do templo «de Diane à Évora» e a praça do Rossio em Lisboa, assim como outros contextos da arquitectura «Portuguesa»²⁷

Nesta galeria de imagens, surgem a par dos recursos patrimoniais as grandes 'Obras' do Regime²⁸ – apresentadas numa dupla vertente: lúdica²⁹ e defensiva³⁰ –, bem como as 'Personagens' do Regime³¹. Em certa medida, tendo em conta a conjuntura

²⁴ Trabalhos relacionados com a cultura do trigo, da extração do sal, ou de uma feira de Gado

²⁵ Nomeadamente «Sintra» e os seus «vieux palais... beaux jardins» com ênfase no património histórico de carácter monumental e na paisagem.

²⁶ Desde a «Beleza sumptuosa dos túmulos... à beleza ingénua das cerâmicas»

²⁷ A arquitectura tradicional, sobre «o charme das casas antigas – le charme des vieilles maisons» ou a arquitectura das arcadas do terreiro do Paço, e a sua «pureza de linhas», em contraponto com a «pureza de traços» da «mulher do povo de Lisboa»

²⁸ Na vertente cultural, estão presentes temáticas como os prémios literários, o Teatro do Povo, cinema, educação e habitação social, arte (pintura, escultura). Para além destas iniciativas, enfatizam-se Infraestruturas como a rede viária e as pontes.

²⁹ Diversões nocturnas em espaços urbanos: «os fogos de artifício no Funchal» e a iluminada «Praça do Comércio, à noite, durante as festas de Lisboa», mostrando um país em festa.

³⁰ Várias fotografias mostram a armada marítima portuguesa : uma delas mostra um cortejo da frota de paz, com barcos enfeitados, em contraponto com a página seguinte, que apresenta a frota de guerra, em desfile durante as comemorações dos «X anos da Revolução Nacional»

³¹ Salazar e Carmona, aclamados pelo «povo»; a Mocidade Portuguesa, «certitude de la grandeur de l'avenir – et une école de discipline et de foi patriotique»; a Legião Portuguesa, que «reunit dans ses rangs tous les volontaires de l'ordre».

bélica de 1939, não será exagerado considerar as imagens do país emitidas por esta obra quase uma 'sentinela de papel', na defesa do Império e as fronteiras da nação³². O «Portugal» expresso e implícito nestas *Images Portugaises* é uma imagem coincidente com o mesmo país decalcado do ideário do Regime e propagandado pelo projecto promocional interno de António Ferro.

Em síntese, este conjunto de *Images Portugaises* mostra ao leitor estrangeiro um somatório de imagens emparelhadas e aparentemente contrastantes, que dialogam entre si. Desde «a sumptuosidade arquitectónica do Mosteiro da Batalha...às linhas modernas da Igreja de Nossa Senhora de Fátima...», em Lisboa, constrói-se um encadeamento articulado de imagens que remetem para dicotomias variadas – continuidade/modernização³³; passado/presente, tradição/modernidade³⁴ - que materializam o país imaginado num equilíbrio entre esse pólos dicotómicos, encerrando o 'melhor' de cada um, filtrado através do crivo ideológico da propaganda turística veiculada pelo regime.

Em síntese, durante o período em análise, a diversidade tipológica de narrativas turísticas analisadas remete, não obstante, para a emissão de imagens consonantes com o ideário do novo regime político português e o seu nacionalismo ruralista. A formatação de olhar turístico é centrada num processo de categorização da «História», da «Etnografia» e da «Paisagem». Reproduzido através de reportórios discursivos sedimentarizados ou (re)inventados, Portugal é assim desenhado, idilicamente, como uma intemporal arcádia bucólico-marítima, um ecossistema «pitoresco», serenamente repousante, sob o conforto acolhedor da 'lição de Salazar'.

³² Patentes numa fotografia de «viagem do chefe de Estado à África Portuguesa» e de um dos lugares simbólicos da memória da expansão portuguesa revivificado em 1938: o Padrão colocado por Diogo Cão, comemorativo da «descoberta de Angola», no qual o chefe de Estado proclamou – mensagem importante - «A unidade indestrutível e eterna de Portugal – deçà et delà des mers»

³³ «Le Portugal maintient ses vieilles traditions...mais il accompagne aussi les progrès du génie civil», afirmação que envolve as legendas das imagens do Porto de Leixões em construção, articulada com um «Aspect d'un quartier de la vieille Lisbonne du XVIIème siècle, construit pour les fêtes de la ville en 1935».

³⁴ «Aqui, as ruínas veneráveis do Carmo...ali, os bñatiments modernos do Instituto Superior Técnico», desde o monumento simbólico da Torre de Belém, local de memória da expansão portuguesa, emparelhada com uma fotografia de barcos que partem «tous les ans pour la pêche de la morue sur les bancs de Terre-Neuve et d'Islande».

Capítulo 5 – Imagens da Planície

"«L'Alentejo n'a d'ombre que celle qui vient du ciel», dit une chanson populaire.

[...] Sécheresse de l'air, midis brûlants des étés, nuits froides où la voûte,
profonde, du ciel, se pare de milliers d'étoiles brillantes"

Papy (1935: 163).

Este capítulo faz uma incursão exploratória sob os modos como, no cenário sociocultural e ideológico em análise, o Alentejo é representado turisticamente. Na primeira secção, enquadram-se as imagens agrícolas tecidas acerca da região, com vista a contextualizar o universo descritivo das narrativas turísticas. Na segunda secção, mergulha-se então na análise das imagens turísticas estabelecidas pelos guias de viagem e, num segundo momento, pela revista *Panorama*. Na terceira e última secção tenta-se fazer um olhar cruzado sobre a *Planície*, tomando como base as representações anteriormente analisadas.

Imagens Agrícolas

Antes de uma focalização no objecto específico deste capítulo, importa contextualizar algumas das imagens e mitos agrícolas de Além Tejo (Nunes 2001: 359), as quais alimentam o processo de construção de narrativas turísticas acerca da região. A política agrícola do Estado Novo, no período temporal em análise, insere-se no quadro mais geral de nacionalismo e protecção económico¹ que caracteriza este período. No âmbito da presente análise, tem lugar de destaque uma das características mais marcantes da política económica: o seu protecção no que respeita à produção cerealífera. E, neste contexto, o lugar que os campos do Alentejo ocuparam enquanto «celeiro» da «nação». Segundo Jaime Reis, "Em Portugal, a protecção concedida aos produtores de trigo durante o século XX tem constituído uma questão

¹ Cf. o capítulo 1. Para uma análise mais aprofundada da intervenção estatal no sector primário durante o Salazarismo veja-se a análise de Manuel de Lucena (1991).

particularmente sensível, assim como uma das características marcantes do longo regime salazarista” (Reis 1979: 746). A este respeito, Abel Mateus anota o modo como, no que respeita à política agrícola, o “novo regime cerealífero introduzido em Agosto de 1926 iria culminar no lançamento da Campanha do Trigo em 1929, um dos episódios mais emblemáticos do novo regime económico” (Mateus 1998: 59). Um olhar analítico sobre aquela campanha leva Manuel Villaverde Cabral à desmontagem de uma das máximas da política cerealífera: “«O trigo da nossa terra é a fronteira que melhor nos defende» - lema que convoca simultaneamente o impacte simbólico do pão para a boca e o patriotismo contra um inimigo exterior, que já só podia ser o bolchevismo» (Cabral 1976: 888); segundo este autor, entre as suas múltiplas facetas “representou um ultraproteccionismo mediante o qual [...] foi possível reconstituir através da grande propriedade e da grande exploração cerealífera de sequeiro, e a favor delas, largas camadas do mundo rural” (Cabral 1976: 888). Villaverde Cabral considera que, a um nível global, “a Campanha do Trigo, para além dos fumos ruralistas, ao deslocar o lugar de dominação da indústria sobre a agricultura de uma indústria de baixa composição capitalista situada a juzante da esfera agrícola (a moagem) para sectores de composição orgânica mais alta, situados a montante daquela esfera (química, metalomecânica), introduziu, muito objectivamente, um salto qualitativo no desenvolvimento do capitalismo em Portugal sob o comando industrial” (Cabral 1976: 889).

Especificamente, segundo Abel Mateus, o carácter proteccionista desta “política de auto-suficiência da produção do trigo fixava os preços anuais a pagar ao produtor, estabelecia quotas para a importação e limitava a capacidade de moagem. [...] Mas a falta de vantagens comparativas do país nesta cultura, e o conflito de interesses entre os empresários de moagem e os agricultores, por um lado, e os consumidores, por outro, e perante a quebra de produção que, entretanto, se verifica, [...] o Governo decreta, em finais de 1936, o fim da Campanha do Trigo, embora permaneçam traços importantes desta política” (Mateus 1998: 59). O Alentejo ocupa uma posição de relevo neste contexto de proteccionismo cerealífero, na medida em que os campos do Sul fornecem a grande percentagem de alqueires de cereais produzidos no país e apresentam um universo político-económico que se construiu diacronicamente como um espaço quase mítico (Bourdon 1985). Na análise da problemática das origens do proteccionismo cerealífero no Alentejo, Jaime Reis (1979) traça um quadro

contextualizador do lugar que esta província ocupa na política cerealífera do regime, o qual se deve, primeiramente ao facto:

“de ser esta região considerada desde há longa data o celeiro de Portugal. Efectivamente assim era, pelo menos nos fins do século XIX, pois aos três distritos de Évora, Portalegre e Beja se devia mais de metade da produção de trigo em Portugal e eram eles os principais abastecedores do mercado de Lisboa. Em segundo lugar, o Alentejo era considerado nesta época a grande esperança de uma muito necessária expansão do produto agrícola nacional, graças à sua área ainda considerável de terras incultas e às suas supostas condições favoráveis para o cultivo de cereais. Era aqui que se esperava que o proteccionismo produzisse os seus melhores frutos «nas extensas chamecas do Baixo Alentejo, destinadas talvez a representarem no futuro, em relação a Portugal, o papel do Far-West americano», como se escrevia em 1885. Finalmente, e juntamente com uma parte do Ribatejo, o Alentejo era também então uma região caracterizada por grandes propriedades, reputadamente ineficientes e cujos donos eram frequentemente considerados como exercendo uma influência política desmesurada e como tendo uma palavra decisiva na formulação de políticas agrícolas que visavam os seus interesses, em detrimento dos da Nação, um tema actual com origens antigas, por conseguinte” (Reis 1979: 746-747).

Uma análise dos aspectos políticos, institucionais e ideológicos da campanha do trigo é também realizada por José Machado Pais (Pais *et al.* 1978: 321-389), chamando a atenção para o papel que a questão agrária teve na formação da ideologia corporativa. No balanço que fazem da Campanha do Trigo, os autores retratam-na como tendo “permitido, não tanto «resolver o problema do trigo», como, sobretudo, servir de suporte material a uma muito complexa «aliança de classes» [...], que representa um dos momentos mais conseguidos da edificação do regime corporativo, em si mesma e como teste para outras operações de tipo semelhante levadas a cabo através da estrutura socioeconómica do País” (Pais *et al.* 1978: 387).

Também Villaverde Cabral aponta para a participação dos agrários e industriais no processo de construção do novo sistema político e, concretamente no Alentejo, considera que deste processo negocial “são bem conhecidos, em contrapartida, os apoios dos grandes proprietários e rendeiros do Sul às posições mais extremas da direita da época²” (Cabral 1976: 883-884). Sobre a caracterização e consequências

² Segundo Manuel Villaverde Cabral, pretendia-se “afastar por cinquenta anos o espectro da «reforma agrária», esmagar por longo tempo o movimento sindical alentejano, garantir um preço remunerador para o trigo – eis algumas das de que o novo regime se encarregou em favor da

directas da campanha do trigo, Machado Pais salienta que a maior originalidade do sistema corporativista em que ela se insere, se encontra na «integração institucional» de vastos conjuntos da população, designadamente rural, na orgânica do Estado Novo Corporativo. Por outras palavras, a Campanha do Trigo e os seus prolongamentos institucionais, terão permitido levar tão longe quanto possível o objectivo do *corporativismo*» (Pais *et al.* 1978: 388). Conclusivamente, Machado Pais enfatiza o modo como o Estado Novo “radicou, na província, as formas clientelares tradicionais” (Pais *et al.*: 388), devido “à acção das casas do povo (ao nível da freguesia) e dos grémios de lavoura (ao nível concelhio) e à acção nacional dos organismos corporativos ditos de coordenação económica [...] numa relação «directa» entre Estado central e comunidade local” (Pais *et al.* 1978: 388).

É nesta relação dual entre as esferas central e regional/local do poder que se materializa o argumento apresentado por Luciano Amaral, de que “a estrutura institucional do regime e a execução da sua política cerealífera manifestaram uma grande capacidade de arbítrio sobre a realidade socioeconómica” (Amaral 1996: 466). Este investigador analisa o «problema do trigo» e as medidas propostas pelo Estado Novo com vista à sua resolução, uma das quais se materializa na criação, logo em 1932, da Federação Nacional dos Produtores de Trigo (FNPT) (Amaral 1996: 469). O autor focaliza a sua análise na evolução desta instituição corporativa ao longo do regime anterior, e nas suas modificações até aos nossos dias, demonstrando ainda o modo como, a partir dos últimos anos da década de 1930, “o regime deixou de ter uma política de apoio irrestrito à cultura do trigo” (Amaral 1996: 467). Esta posição é aliás corroborada por Fernando Rosas que, num artigo sobre a política agrária do Estado Novo, analisa o modelo apresentado na década de trinta pelo ministro Rafael Duque, discutindo a ideia corrente

“de que a política do regime para os campos, pelo menos até aos anos 50, se teria resumido, no essencial, à protecção e defesa das produções e interesses da grande agricultura do Sul do País ou do vinho. Uma espécie de ruralismo estagnante, económica e ideologicamente subordinado aos objectivos de acumulação e conservação dos *senhores* do «pão» (e do arroz, da cortiça, das lãs, do azeite...) e do «vinho» e bloqueador de qualquer hipótese séria de desenvolvimento industrial” (Rosas 1991: 771).

grande burguesia fundiária e que lhe valeriam a gratidão eterna dessa poderosa fracção da burguesia nacional *strictu sensu*” (Cabral 1976: 884).

Este autor pretende demonstrar a inexistência de um tal tipo de «continuidade» a partir de 1935, data em que começa a ser introduzido, pelo então ministro Rafael Duque, um “modelo alternativo de progressiva reforma e modernização da agricultura, assente nos pressupostos «neofisiocráticos» de uma corrente portuguesa de pensadores da «coisa agrícola» com fundas tradições no ideário económico nacional” (Rosas 1991: 771). Segundo Fernando Rosas, não obstante o insucesso prático do modelo proposto por Rafael Duque, este atesta uma ruptura com as anteriores medidas da política agrária.

Monólogos da Planície

Manuel Villaverde Cabral, citando Vittorio Foa, considera que o regime português assentava num “modelo de estagnação programada” (Cabral 1976: 893) que afectava e condicionava uma multiplicidade de sectores e actores socioeconómicos. Entre estes, encontrava-se o «campesinato», que tinha um “papel quase exclusivo de fornecedor da força de trabalho e bens alimentares a baixo preço” (Cabral 1976: 894), ao mesmo tempo que era mantido numa situação de pobreza endémica. Encontramos aqui o papel dos trabalhadores rurais, enquanto combustível de uma desejada “«paz nos campos»” do sul (Portas 1967: 202); esta massa amalgamada de «campesinato» parece actuar como repositório de mão-de-obra do corporativismo que se edificava³, sob os cânones ideológicos da «pobreza honrada» e de imagens cristalizadas de uma sociedade «tradicional» que se evaporaria gradualmente dos compartimentos estanques em que era colocada⁴.

³ Segundo Cabral “não se pode falar de fascismo camponês, não obstante uma inserção pacífica do campesinato no corporativismo” (Cabral 1976: 907). Para o autor, “Salazar foi talvez o primeiro, e com certeza o mais atento, a dar-se conta da progressiva ruptura entre as províncias e a capital, ruptura que se consumaria durante a guerra, aquando das vãs tentativas lisboetas de requisitar bens alimentares junto do campesinato” (Cabral 1976: 907-908). Uma clivagem que seria aproveitada e instrumentalizada pelo Presidente do Conselho.

⁴ Veja-se, a este propósito, a análise de Adérito Sedas Nunes acerca do carácter dualista da sociedade portuguesa, coexistindo segundo o autor, no espaço territorial nacional, dois tipos de sociedades crescentemente interpenetrantes: uma «moderna» e outra «tradicional» (Nunes 1964). Especificamente sobre o sul de Portugal, veja-se a análise de José Cutileiro (1972) acerca da estrutura social da população de *Vila Velha*. Segundo este autor, “num país pouco industrializado e tradicionalmente agrícola como Portugal, a terra era o investimento que maior segurança oferecia. A desconfiança de todas as outras formas de investimento, com excepção da propriedade urbana, era ainda recentemente bastante geral. Nas províncias do Sul, esta preferência pelo investimento agrícola sofreu diversas variações durante os últimos cem anos, todas elas relacionadas com a cultura do trigo: aumentou após os fins do século XIX, atigiu o seu máximo na década de 40 e tem declinado rapidamente a partir de 1950” (Cutileiro 1972: 266).

Com efeito, o proletariado agrícola é desenhado, pela política agrícola do Estado Novo, enquanto repositório de um aparente imobilismo e fixidez (Mendes 1973). Este retrato insere-se aliás em pleno nas “funções político-ideológicas de conservação da ordem social normalmente imputadas ao campesinato”, na opinião de José Madureira Pinto(1982: 109)⁵. Este estatuto, por sua vez, engaveta a população numa categoria de pretensão «apoliticismo» que a atira para as margens do sistema político português, num complexo processo anotado por Joyce Riegelhaupt (1979: 523)⁶. Como sintetiza esta autora, as silenciosas maiorias pertencentes à população residente no interior rural do país:

“eram actores marginais do sistema político português, sendo integrados num processo político que lhes assegurava um insignificante papel de aquiescência apática. O Estado Novo prevaleceu durante quase cinquenta anos graças à imposição da apatia. Apenas permitiu a formulação de objectivos privados não fornecendo quaisquer meios para a

⁵ O principal problema sociológico que preocupa este autor é a análise das transformações do espaço social rural, ao nível específico da sociedade portuguesa. Partindo de exemplos empíricos recolhidos no concelho de Penafiel, o autor defende que: “a) Para explicar a génese e o funcionamento do sistema de disposições e operadores prático-simbólicos em que se baseiam certos comportamentos e posições ideológicas tradicionais das classes camponesas é necessário levar a sério o conjunto de determinações que conferem especificidade ao espaço social rural, muito especialmente os que dizem respeito aos processos de trabalho e às relações de produção característicos da economia camponesa; b) No conjunto das instâncias de socialização que tendem a reforçar certas disposições e automatismos de sentido conservador das classes camponesas destaca-se a Igreja, para isso contribuindo decisivamente o facto de o efeito ideológico de naturalização/sacralização das hierarquias sociais que está intrinsecamente associado ao discurso religioso e à acção pastoral dominantes encontrar nos campos receptores com forte propensão espontânea para a procura de bens de salvação; c) Dado que conservadorismo e conformismo religioso estão associados, nos esquemas de percepção, avaliação e acção das classes camponesas, a sensíveis predisposições para a auto-exclusão perante as dinâmicas políticas propriamente ditas, só com algumas precauções teóricas podem os dados da sociografia eleitoral ser utilizados como indicadores das disposições e posições ideológicas do campesinato; d) É o próprio desenvolvimento das funções económicas externas do espaço rural que [...] tende a subverter o alcance das funções político-ideológicas tradicionais dos campos, bem como, paralelamente, a coesão e o sentido global de alguns dos seus equilíbrios sociais” (Pinto 1982: 109-110).

⁶ Esta autora estuda a participação política em duas comunidades rurais (São Miguel, Estremadura e *Vila Velha*, Alentejo) ao longo do “meio século de aparente apatia política e submissão que caracterizou a vida política portuguesa sob o domínio do Estado Novo” (Riegelhaupt 1979: 505). Especificamente, examina o modo difuso “como o Estado controlou a participação camponesa, graças à eliminação efectiva de todas as possibilidades de participação ao nível local na arena política” (Riegelhaupt 1979: 506). Corroborando a opinião de Trevor-Roper, que classifica o sistema político autoritário português como “conservantismo clerical” (Riegelhaupt 1979: 506), a autora analisa as relações políticas que se estabeleciam entre o poder central e o poder local e no seio deste, nomeadamente entre as freguesias, as mais reduzidas unidades políticas; estas relações eram baseadas “na nomeação directa pelo Estado dos representantes locais e em eleições directas dos membros da Assembleia Nacional” (Riegelhaupt 1979: 507).

apresentação de objectivos comunitários. Os camponeses, individual e separadamente, foram reduzidos à incapacidade de acção num sistema que pouco lhes dava, mas que também, como compensação, pouco lhes pedia. Além disso, não permitindo o alastramento das associações de mútuo interesse, o Estado corporativo encorajava o estabelecimento de laços pessoais verticais, em oposição às ligações horizontais na sociedade. Contudo, o patrocínio era atrofiado pela falta de recursos (quer económicos quer eleitorais) susceptíveis de serem mobilizados pelas comunidades rurais (ou pelos indivíduos)" (Riegelhaupt 1979: 523).

Este processo de formatação do «mundo rural» português numa "idílica e intemporal arcádia" (Birmingham 1998: 216) seria coadjuvado adicionalmente também por outros discursos similares acerca de uma «arcadiana» «vida campestre».

Albert-Alain Bourdon chama a atenção para a valorização de norte do país nas imagens literárias e etnográficas do mundo rural português do séc. XIX e início do séc. XX, em contraste com o silêncio face ao sul⁷ (Bourdon 1985: 366). Numa leitura do sul, na óptica do olhar de que tem sido alvo pelas ciências sociais, João Leal realiza uma interessante análise acerca das imagens do Portugal mediterrânico veiculadas por três autores (Orlando Ribeiro, Jorge Dias e José Cutileiro), sugerindo que os discursos pastorais e contra-pastorais se relacionam com "construções ideológicas mais abrangentes sobre a identidade nacional" (Leal 2001: 141-142). Segundo o autor, à semelhança de outras formas modernas e ocidentais da pastoral, surgidas desde o século XVIII, "as construções arcadianas e contra-arcadianas com origem nas ciências sociais estão intimamente ligadas a processos de emblematização da identidade nacional, nos quais a ruralidade se apresenta como uma metáfora da nação" (Leal 2001: 142). João Leal sugere, por isso, que "as diferentes valorações do Portugal mediterrânico⁸ podem ser vistas, antes de mais, como fruto de um conjunto de atitudes ideológicas face ao campo, ao seu significado moral e às políticas da sua representação" (Leal 2001: 152).

⁷ Por contraste, "l'Alentejo apparaît comme un espace indéfini, non cloisonné, simple dans sa structure agraire et dans sa structure sociale." (Bourdon 1985: 366). O desequilíbrio norte/sul na investigação etnográfica em Portugal é também anotado por outros autores (Ramos 1997; Leal 2001)

⁸ Em Orlando Ribeiro, pastoralista, "o Mediterrâneo era essencialmente uma paisagem, isto é, um lugar onde as maravilhas da natureza poderiam ser devidamente apreciadas a partir do ponto de vista do *connoisseur*. (Leal 2001: 152-153). Neste contexto valorativo, o Mediterrâneo imaginado por Ribeiro caracteriza-se, em grande medida, pelo "arcaísmo", e o "progresso era considerado a principal ameaça a estes prazeres" (Leal 2001: 153).

É talvez nesse contexto que, no decorrer da 2ª metade do século XIX, é construída no debate nacional uma visão que Albert-Alain Bourdon classifica de “utópica”, “mítica” do Alentejo⁹ (Bourdon 1985: 367). Como solução a uma conjuntura socioeconómica de crise e de debate intelectual sobre modelos de desenvolvimento agrário, edifica-se a imagem de um Alentejo “celeiro” do trigo que alimenta Portugal¹⁰, imagem essa que não desaparece com a chegada do Estado Novo (Bourdon 1985: 375), reciclando-se à luz de novos discursos de continuidade.

Também segundo Jorge Gaspar, as décadas de 30 e 40 do séc. XX são um “período de “enchimento” da mítica Região: em tempo de crises o Alentejo volta a ser o celeiro de Portugal, a tal “Terra de Promissão” como lhe chama um dos autores (Mário Novais) a que recorre Mário Nunes Vacas. Estávamos nos anos 30, fechadas as portas à emigração o alentejo representava uma das estreitas saídas para os camponeses, pobres de terra e de pão, do Portugal Central e das serras do Norte e do Algarve” (Gaspar 2000: s.p.). Uma leitura da região durante o período temporal acima referido é justamente dada por Mário Nunes Vacas que, numa perspectiva antropogeográfica, descreve e caracteriza a região, enfatizando a “monotonia” da paisagem¹¹ e elegendo, dentro desta, a herdade como uma das suas características mais “típicas” (Vacas 2000:

⁹ A conjuntura sociopolítica e económica de então terá sido fortemente condicionadora desta imagem: “La perte du Brésil, si douloureuse pour l'équilibre financier du Portugal qui limite ses importations, et l'essor, quoique modeste encore au regard des autres pays européens, de la démographie qui accroît ses besoins alimentaires alors que la production céréalière stagne, eurent pour effect d'inciter les responsables à chercher une solution nationale à ces problèmes. L'Entre-Douro-e-Minho, voire le Trás-os-Montes ou la Beira, apparaissent comme des sociétés bloquées par la pression démographique même qui ne trouve son exutoire que dans l'émigration temporaire ou définitive. Seul l'Alentejo avec ses vastes espaces déserts, et sa faible démographie permettait d'espérer un essor rapide de sa production” (Bourdon 1985: 367).

¹⁰ Fundamentando historicamente o mito, “Les historiens rappellent même alors que cette province, quadrillée par de riches *villae rusticae*, était, avec la Bétique, le véritable grenier à blé de la Lusitânia” (Bourdon 1985: 367).

¹¹ “À medida que nos afastamos dos centros dos povoados, a propriedade rústica vai tomando novas características; e, decorridos alguns quilómetros, encontramos no âmago das herdades, lá onde a monotonia da paisagem e o silêncio dos campos só de longe em longe são quebrados por um rancho de trabalhadores ou por um rebanho de gado, vigiado por seus maiores. As herdades põem-nos, na realidade, em contacto com os aspectos mais típicos da paisagem alentejana, quer alargando-se em extensas terras de sementeira completamente desarborizadas e onde a vista, espraiando-se por larguíssimos horizontes, só se detém de encontro a alguma logínqua serra, quer mostrando-nos, aqui mais compactas, além mais ralas e espaçadas, as manchas negras dos seus *montados*. Mais característico, porém, do que tudo isto são os edifícios construídos no seio das herdades e conhecidos pela designação de *montes* – os *montes* alentejanos – edifícios semeados na solidão dos campos e perdidos pelos longes, mal se avistando uns aos outros” (Vacas 2000: 23).

23). Esta 'tipicidade' da atmosfera rural e da sua paisagem humanizada serão igualmente apropriadas por outros narradores, na construção de imagens turísticas do Alentejo, como a seguir se atesta.

Narrativas e Imagens Turísticas

As narrativas turísticas¹² acerca do Alentejo, patentes nos guias de viagens, parecem inserir-se numa continuidade em relação aos contextos representacionais acima abordados. No Alentejo a "Paisagem" é domesticada e toma a forma de "Planície". Uma «Planície que sonha e que trabalha», em que a região é, também turisticamente, representada como o «Celeiro de Portugal¹³». Enfatiza-se o "silêncio" e a cor dourada¹⁴ das extensas searas e a "monotonia campestre" da paisagem transtagana. Como refere um *Guia de Portugal e Espanha*,

"La parte alentejana del territorio más al sur del Tajo viene a ser como la Mancha portuguesa: una ancha zona, llena de aridez monótona y de espacios interminables. Tierra de secano, con trigales inmensos y arboledas incontables. Tiene una seca belleza, rude y escueta, sin verdes praderas ni rumorosos arroyos. Tan diferente del Portugal central y septentrional, que otro país parecería recorrer al viajero" (Raimundez 19_: 992).

Uma paisagem rural que coexiste, contudo, em perfeita simbiose com um património monumental e etnográfico igualmente ricos, segundo o mesma fonte:

"Sin embargo, a pesar de esta sequedad y monotonia campestre no decae ni un instante el interés turístico de la región. Históricas ciudades y villas, sembradas de recuerdos históricos y de realidades arquitectónicas. Costumbres pintorescas, vestidos típicos, canciones y bailes raros y atrayentes. Évora ha sido llamada no sin razón el paraíso de los arqueólogos. Completan su riqueza las ciudades de sus alrededores: Vila Viçosa, Estremoz, Borba, Arraiolos, etc. Beja es una de las más antiguas ciudades del país; Portalegre, un relicario del barroco lusitano; Elvas, una grandiosa y inasequible plaza fuerte [...] (Raimundez 19_: 992).

¹² Assiste-se a certa uma diversidade de forma e conteúdos das narrativas, dependentes da duração da estadia dos narradores, interesses e móveis da visita e meios de transporte utilizados.

¹³ "Cette région de Setubal en Alentejo [...] est le grenier du Portugal. C'est aussi la région des grandes propriétés féodales des *Herdades*, immenses domaines [...]" (Jean-Javal 1935: 197).

¹⁴ Segundo Elizabeth Colman "Golden Fields wave in the flat plains around Beja in the Alentejo Province" (Colman 1944: 70).

Na cartografia turística do país patente nos guias de viagens, o «Alentejo» aparece, de um modo geral, como itinerário turístico de passagem a caminho do norte ou do sul. Salientando-se algumas continuidades e rupturas em relação ao resto do país, a região é geralmente enquadrada como existente marginalmente aos circuitos turísticos 'obrigatórios' a realizar. John Gibbons, um jornalista inglês revela a sua curiosidade pela visita ao Alentejo:

"This was really the part that I had wanted to explore, for back in London they'd told me that in that couple of hundred miles I should not only find no railways but that I should find next to no roads either. It's most in the Province of Alentejo and it's the part of Portugal that even the portuguese themselves mostly don't go to, and the people who live in it are counted as hardly being proper Portuguese, being very largely descendants of the ancient Moors. Most assuredly, said the gentleman in London, I shouldn't find it overrun by tourists. They all kept well north of the Tagus, and down in Alentejo there was nowhere for them to stop even if they were ever able to get there" (Gibbons 1933: 46).

Na adjectivação da região, o Alentejo é assim lido pela maioria dos autores consultados como uma região remota¹⁵, pouco povoada¹⁶, um deserto fora da «civilização¹⁷», uma zona de alteridade e uma terra de solidão¹⁸, pobre mas hospitaleira¹⁹. A um nível mais abrangente, é salientado por alguns autores o papel da província na história do país, desde o período de formação da nacionalidade até à época contemporânea. Por exemplo, segundo um guia turístico publicado na década de 1940, certamente eivado da conjuntura das comemorações centenárias, "a província de Entre Tejo e Odiana,

¹⁵ "Indeed, the prevailing impression that the traveller carries away from the Alentejo is likely to be one of remoteness" (Bridge e Lowndes 1949: 120).

¹⁶ "Quand on parcourt l'Alentejo, en chemin de fer ou en auto, le pays apparaît peu peuplé" (Descamps 1935: 186). Também outros autores, como Christian de Caters, sublinham que "l'Alentejo fait figure de zone clairsemée, avec ses deux douzaines d'habitants au kilomètre carré" (Caters 1940: 148).

¹⁷ Segundo um dos autores "the Portugal that I saw in late May seemed to me as regards its Provinces of Alentejo and Northern Algarve to be a Parched and Blazing Desert. [...] Then, after hours of it, you come to a windmill as outpost of civilisation." (Gibbons 1933: 63)

¹⁸ Anota-se "l'immense solitude d'Alentejo! En cette saison, il ne restait que le chaume sur la plaine; les forêts de chênes-lièges au feuillage frisé tordaient leurs troncs innombrables et saignants, que des hommes, des femmes, des enfants dépouillaient de leur écorce et chargeaient sur les mulets" (Reval 1934: 211).

¹⁹ "But with all its appalling poverty, there was at least no profiteering there, and the moment that cart drew up to a halt at last, the villagers went round us apparently inviting us to their hospitality" (Gibbons 1933: 114).

como se dizia no século XVI, foi sempre teatro das mais notáveis cenas construtoras da nacionalidade” (Sequeira 194_: 10). Mas se a «História e os Monumentos» constituem recursos turísticos a inventariar, também a Etnografia e os «Usos e Costumes» têm nestas narrativas uma presença recorrente. Inventariam-se actividades agrícolas e artesanais e descrevem-se universos bucólico-pitorescos povoados por “tipos alentejanos” (ceifeiras, pastores) “típicos” da região. E sobre o «carácter» dos habitantes do Alentejo, refere-se que são “francos e hospitaleiros” (Lopez 1924: 712) e, segundo um guia publicado na década de 1940,

“Ganha a confiança, ninguém [é] mais acolhedor do que o Alentejano. Franqueia a sua sala [...] e dá-se a quem o procura. O «Monte», cabeça da herdade, abre-se com as revelações do pitoresco dos interiores da região, e seja nos lombos das serras como nas planícies, no campo como nos povoados, a alma alenteja mostra-se tal qual é” (Sequeira 194_: 9).

No âmbito da presente caracterização, importa realizar uma breve ‘paragem’ em Évora. Na inventariação do património da região, a atractividade turística da cidade de Évora surge, de um modo geral, no topo da hierarquia, ao mesmo tempo que é situada “no coração dos campos de trigo” (Colman 1944: 70). Entre os recursos inventariados na cidade encontram-se no topo o património construído de carácter monumental, mas também a arquitectura popular e o artesanato²⁰, entre outros recursos. De acordo com o *Guia do Turista em Portugal*

“Évora é uma cidade e a povoação mais importante do Alentejo. [...] É uma cidade e a povoação mais importante do Alentejo. É servida pela linha férrea do Sul, estando também ligada a Lisboa por carreiras diárias de automóveis. É uma cidade de aspecto absolutamente particular. O pitoresco inegalável das suas construções, onde predominam a cal, o tejolo e o azulejo, a irregularidade do traçado das suas ruas, a indisciplina construtiva das suas edificação dão-lhe um interesse excepcional acrescentado ainda pelo tipo, pelo traje e pelo carácter da sua população” (*Guia* 1932: 57).

²⁰ “For its size Évora is a most picturesque town. There is the lovely Roman temple [...]; the twelfth-century cathedral; the potted shutter of the chapel made with human bones at the church of São Francisco; there is the [...] Church of São Braz; and the [...] church of Graça. You really needn't worry much about any of them, for Baedeker only scatters a couple of stars among the lot. But go round peering into the smaller corners; look through the gateways and over garden walls. You will find some of the nicest bits of small domestic architecture on this imperfect earth. [...] To match this wealth of architectural interest come to the street of the carpenters at Évora [...] where a dozen small carpenters make Alentejan furniture, [...] executed freehand with much subtely of brush-work – no clumsy tracing or mere copying” (Gordon e Gordon 1934: 224-225).

Nas valorações da cidade evidencia-se um contraponto explícito com a planície²¹: de uma cidade habitualmente frequentada por turistas²², existindo embora, de acordo com parte das narrativas, uma certa relação de alteridade face à Europa e ao resto do país – refere-se que “La ville est gaie, animée, ses murs blancs et ses palmiers lui donnent un air africain. Il y a dans l’atmosphère quelque chose que je n’ai trouvé nulle part au Portugal” (Reval 1934: 212).

Panoramas da revista *Panorama*

Nas imagens turísticas que circulam através dos instrumentos de propaganda turística oficial, o Alentejo parece perder o cunho de alteridade que lhe é conferido pelas valorações acima abordadas, para ser estereotipicamente desenhado com uma valoração próxima da das imagens agrícolas abordadas na primeira secção deste capítulo. Mas também aqui a História, Paisagem e Etnografia são os pincéis preferencialmente utilizados na construção turística da região.

Um dos primeiros artigos da revista *Panorama* a fazer referência ao Alentejo é intitulado “Corrida veloz pelas praias do Alentejo e do Algarve” e foi publicado no Nº 9, em Junho de 1942. O seu autor, Consiglieri Sá Pereira, descreve a Paisagem que se visualisa no caminho em direcção ao Algarve, caracterizando metaforicamente o Alentejo como uma «farta eira»:

“Para Além do Tejo e para Arriba do Tejo...Nestas designações, simplificadas com o andar dos séculos, há um mundo de realidades impostas a nossos avós pela Natureza criadora. Já o ano fez do Alentejo farta eira, porquanto é finda a colheita dos cereais. [...] Pouco a pouco o esteval silencioso, cheiroso mas bravio, tem cedido a sua onnipotência aos fertilizantes químicos e a planície e a montanha do Alentejo e do Algarve, depois de fraternizarem no comum esforço, logram colheitas miraculosas. Onde só havia, seus trinta anos atrás, o maninho desaproveitável, erguem-se agora cidades, vilas e aldeias rumorosas de vida jovem. Sistemas completos de vias férreas e de estradas, transportam a humana seiva até às portas do mar... Agosto e Setembro, eis os

²¹ “Évora, nostalgique et lointain appel qui monte des solitudes d’Alentejo [...]. Évora, qui surgit dans la plaine, [...] ville du soleil et de la mélancolie, où la flûte du berger soupire encore dans la campagne, comme au temps de Virgile; où le luth amoureux bourdonne à l’heure des sérénades, souvenir des nuits voluptueuses où les sultanes enlaçaient de leurs chansons caressantes le désir des Maures, ces beaux cavaliers!” (Reval 1934: 208).

²² “Evora is accustomed to tourists [...]. The proprietor [of the hotel] knew all about foreign tourists, Évora, with its so-called “Temple of Diana” being the third most visited town in Portugal and by far the most ‘touristy’ ” (Gordon e Gordon 1934: 221).

meses preferido pelo alentejano e algarvio, ao seu repouso, enquanto, lá para dentro, as terras, desentranhadas pelo aço vigoroso do arado, tomam alento.”

A revista propõe, ao longo da década de 1940²³, e no âmbito das medidas de promoção turística do país, um conjunto de itinerários pela região, polarizados pelos núcleos mais ricos em património histórico (e também em capacidade de alojamento turístico), nomeadamente Évora, Beja e Elvas. Assim, nas páginas do «Boletim Mensal de Turismo», enfatizam-se os «principais monumentos» e o que em cada cidade existe «de mais importante».

No primeiro concurso lançado pela revista *Panorama* – subordinado ao tema «O passeio ideal» – a propaganda do Regime propõe aos leitores um exercício literário enfatizando as ‘qualidades’ turísticas das respectivas «províncias». O artigo premiado neste concurso tem o Alentejo como cenário descritivo. Escrito por Cruz Cerqueira, intitula-se “Évora, o Alentejo e a sua Paisagem” e descreve um itinerário de lazer pela região, com partida de Lisboa e paragens em Évora, Estremoz e Vila Viçosa. Esta narrativa, publicada em 1942 (no oitavo número da *Panorama*), é contextualizada por fotografias da autoria de Tom e Mário Novaes, as quais mostram imagens em preto e branco do património construído de carácter monumental existente nos núcleos visitados. Numa das legendas, Évora é caracterizada como a «Capital da Arqueologia Portuguesa». Esta cidade é o ponto de partida da visita turística em terras alentejanas e assume peso central ao longo da descrição. Segundo o autor,

“Évora está cheia de bons edifícios e de belos trechos arquitectónicos. De verdade, é uma cidade-museu. É um museu de arte retrospectiva. As ruas de Évora constituem outro capítulo interessante pelo seu pitoresco e estética e pelo tipismo dos camponeses que passam. A irregularidade e multiplicidade de largos, ruas e ruelas, deparam-nos, par e passo, recantos sugestivos” (Cerqueira 1942: 27).

O enfoque principal da narrativa parece ser a inventariação de (1) Património histórico-artístico de carácter monumental²⁴, seguido de uma apreensão da (2) «Estética

²³ Um “dossier” dedicado ao Alentejo é publicado no nº 15-16 da revista *Panorama*, em Julho de 1943.

²⁴ O autor descreve que “Após o almoço começa a peregrinação através da cidade. Primeiro vai-se à Sé. [...] Da Sé passa-se ao Museu Arqueológico, onde se admiram os túmulos, que são aqui a riqueza predominante, como no outro museu, o Regional – as tábuas da Virgem da Glória [...] a valia suprema. Cá fora os olhos topam com o Templo de Diana [...]. Depois, e sempre num apressar cada vez maior – porque o tempo foge e os monumentos em Évora são como as

citadina»²⁵, (3) «Etnografia»²⁶ e finalmente a (4)«Paisagem»²⁷, esta última por vezes mal compreendida, segundo o autor:

“A paisagem alentejana! Poucos a compreendem. A uniformidade, monotonia e adustez da terra do Alentejo não são um caso de desinteresse. É questão de sensibilidade. Se os múltiplos panoramas de montes e vales luxuriantes de vegetação e policromia surpreendem e fascinam a vista, mais fundo cala a paisagem melancólica da terra árida e longa. Dá-nos a solidão do espírito. Concentra-nos. Emsimesma. Nisto está o elogio da planície” (Cerqueira 1942: 29).

Corroborando este ‘elogio da Planície’, a inventariação e descrição de itinerários possíveis pela região é também efectivada noutros artigos da *Panorama*. Um interessante relato de mobilidade em lazer no Alentejo é fornecido pela versão textual de uma viagem turística em mala-posta, na primavera de 1948, ida “De Cacilhas à Pousada de S. Brás de Alportel”. Através deste artigo, publicado no nº 34 da revista, a autora regista literariamente as suas impressões de viagem entre o destino de origem e a pousada. Na descrição que realiza, Maria Elvira Monteiro acompanha o percurso da «Eva» desde Cacilhas, passando por Azeitão, Setúbal, Alcácer do Sal, Ferreira do Alentejo e as restantes povoações até, passando a Serra do Caldeirão, chegar ao destino. Segundo a autora, a partir de Setúbal “A paisagem torna-se severa. Chão arenoso, sobreiros, oliveiras dum cinzento prateado, carregadas de flor” (Monteiro 1948 s.p). Chegada a “Ferreira – Coração do Alentejo”, a narradora prepara-se para “ver o

cerejas – a caravana passa pelos Loios [...] e entra na Casa Pia [...]. A Graça é um templozinho bonito com mimosa fachada renascentista” (Cerqueira 1942: 26-27). A descrição do património contruído segue depois pela Igreja de S. Francisco, o Paço de D. Manuel, a capela de S. Brás, “Santo Antão, S. Tiago e os Palácios de Vivosos e das Cinco Quinas” (Cerqueira 1942: 27).

²⁵ “[...] as graciosas fontes quinhentistas e os portais da Praça do Geraldo proporcionam múltiplas notas interessantes de estética citadina, porque a estética das cidades – não confundamos com *urbanismo* – é mais uma arte visual do que uma ciência de regras e normas fixas” (Cerqueira 1942: 27).

²⁶ “A nota etnográfica dão-na os letreiros das esquinas numa toponímia ingénua e curiosa [...] e o trânsito de veículos e peões. Frequentes passam carros alentejanos de canudo e parelha [...] e pastores e ganhões com seus chapeirões, samarras e saíões de pele de ovelha que vieram à cidade sem traje de cerimónia” (Cerqueira 1942: 27).

²⁷ Segundo o autor, ao segundo dia de visita, “Deixa-se Évora [...] e a vista concentra-se na paisagem vasta de plainos e ávara de cores e tons, amarelecidos da terra seca e esverdeada das oliveiras [...]. Não há cortes de vista, não há obstáculos a intercoortar a imensidade da planície; o céu não tem nuvens, brilha o azul, [...] há nitidez; e só o horizonte longínquo desce no fim onde parece que a terra e o espaço astral se jungem numa imaterialidade difusa e misteriosa” (Cerqueira 1942: 27-28).

solo fértil e toda a riqueza de que os alentejanos se orgulham”. Porém, regista também a sua desilusão ao chegar à povoação:

“Desolação! Por toda a parte a mesma casa térrea com uma porta de madeira tosca e duas janelas sem pintura, hermeticamente fechadas, caras de cego vazias de expressão. [...] Procuo os habitantes. Mulheres, não se vêem. Estarão emparedadas, segundo o velho costume mouro?...Mas os homens surgem, em bandos, no largo onde fazemos paragem. É nele que vejo a marca de opulência da região. Bem alimentados, bem vestidos, bem calçados. [...] Entro a beber um refresco numa espécie de café, compro pílulas na farmácia, espreito a mercearia, a loja de fazendas...Não há uma montra que atraia, objectos que alegrem a vista, um reclame que fale à nossa imaginação; tudo aquilo que é essencial à vida existe ali, e a granel. Mas o supérfluo? [...]” (Monteiro 1948: s.p.)

Continuando a narrativa da travessia, eivada de esteriótipos representacionais, a autora queixa-se das más condições das estradas e da longa duração da viagem através de uma desértica e infundável «planície»:

“Mas as povoações não se sucedem tão depressa na realidade como no papel. Entre cada uma delas estende-se a planície imensa. As searas parecem não ter fim. Não se vê viv’alma. Não há um regato, um portão de quinta, um cão que ladre, uma árvore em flor. Nada. Só o infundável manto verde dos trigais encharcados de sol. «Alentejo não tem sombra senão a que vem do sol». Quantas horas durará a travessia?” (Monteiro 1948: s.p.).

A travessia terminaria já depois do anoitecer, e a chegada ao conforto da Pousada de S. Brás de Alportel é narrada, na primeira pessoa, como uma entrada “no paraíso”. Depois da odisséia cansativa em mala-posta através do Alentejo :

“Um tronco de azinheira arde na lareira; o banho espera-me; o jantar está pronto. Há roupas frescas, calma, silêncio – tudo quanto o viajante cansado pode desejar. Mas há mais: há o Sr. Pacheco, hospedeiro-nato, que não se cria por decreto, que se levanta para dar de comer ao viandante, que passa a deshoras, que lhe dá a sua própria cama quando outra não tem, e qu adivinha que nós queremos a mesa junto à lareira e uma borracha quente na cama” (Monteiro 1948: s.p.).

Alcansado o destino, a narradora seria recebida no conforto da pousada, farol acolhedor e hospitaleiro após uma cansativa travessia da *Planície*, agora menos romanceada e lírica, do que quando saboreada à distância manuscrita das páginas de um diário de viagem.

Olhares Cruzados: A Planície decalcada

Duas fotografias do Alentejo das décadas de 1930-1940, da autoria de António Passaporte (Almeida 2000), remetem para as normas representacionais desta “provincia” no cenário em análise e, a um nível mais vasto, para a importância da fotografia enquanto veículo de transmissão de mensagens politico-ideológicas. Na primeira imagem, um grupo de trabalhadores rurais dança no “intervalo do Trabalho”. Na segunda fotografia, um grupo de «mondadeiras na hora do descanso» pousa, serenamente, para o fotógrafo. O autor destas imagens, realizaria para o SPN/SNI algumas das imagens fotográficas mais célebres da imagética simbólica do Estado Novo, as quais se inserem em níveis discursivos confluentes em relação aos da presente análise.

As imagens agrícolas e turísticas em estudo parecem apresentar “sugestões de leitura obrigatória” da *Planície*, tomando como base “linguística” a monolítica leitura do país patente no ideário do Regime *Novo*. Com efeito, o Estado Novo, enquanto movimento autoritarista que tomou o poder na sequência de uma democracia parlamentar em declínio, direccionou as suas políticas públicas no sentido de “*impedir* que se dêem mudanças que parecem altamente prováveis ou estão eminentes”, com o intuito de (r)estabelecer a “«ordem» e voltar a colocar o país numa posição «correcta»” (Schmitter 1999: 144). No contexto empírico em análise, as mensagens que emanavam do sistema político traçaram, em aparente coesão, um conjunto de imagens da *planície*, que era agrícola e turisticamente desenhada pelo sistema, a cujo leme estava Salazar. Assim, esta seria a “posição correcta” para a região geográfica do Alentejo: a de um «celeiro» *vicoso* e trabalhador, pobre mas honrado e obediente a Deus, à Pátria e à ‘lição’ de Salazar.

Capítulo 6 – *Aquarelas da Nação: As Pousadas Regionais*

«...As Pousadas querem ser os romances inocentes, suaves da paisagem portuguesa...

Quem as procura, quem nelas se hospeda deve ter, efectivamente, a sensação de viver num capítulo de novela, numa pausa do quotidiano, parêntesis de alegria e de bem-estar no dia-a-dia das preocupações de cada um, da luta pela vida... Assim, com este espírito foram concebidas e realizadas, volumes de capas e títulos sugestivos nas estantes vivas do nosso turismo»

António Ferro (1949: 115)

O presente capítulo centra-se na análise do processo de criação estatal de um conjunto de *Pousadas Regionais*, infraestruturas de alojamento turístico tuteladas pelo Secretariado de Propaganda Nacional (SPN/SNI). Na primeira secção do capítulo, contextualizam-se e descrevem-se os percursos de instalação do primeiro conjunto destas infraestruturas abertas ao público, entre 1942 e 1948. Num segundo momento, inventariam-se os cenários e panoramas turísticos que as Pousadas procuram expor, para, na terceira secção, se sintetizar a análise destas instituições, enquanto locais performativos que se consideram ser.

Sete ‘Pequenas’ Pousadas...

Inauguradas entre 1942 e 1948, dentro de um contexto político-ideológico já explicitado¹, as primeiras Pousadas Regionais surgem no âmbito das medidas previstas pelo Programa dos Centenários de 1940. Paulo Pina contextualiza bem o modo como o conjunto das “crescentes exigências do turismo internacional, com o pouco abonatório aspecto oferecido pela hotelaria portuguesa dos primórdios da década de trinta, irá gerar um alvoroçado movimento em prol de uma rede nacional de *pousadas*” (Pina 1988: 117), um processo que, segundo o mesmo autor, foi buscar inspiração aos “congêneres *paradores* espanhóis, estabelecidos no âmbito do dispositivo turístico de suporte à realização da Exposição Ibero-Americana de Sevilha, apresentada em 1929”

¹ Cf. os capítulos 1 a 3 deste trabalho.

(Pina 1988: 117). A apologia das *pousadas* enquanto modalidade de alojamento turístico a desenvolver no território nacional está já patente no *I Congresso Nacional de Turismo*², realizado em Lisboa em 1936.

As Pousadas Regionais vão buscar influências a experiências anteriores no âmbito do que Paulo Pina designa por “fase pré-estatal das pousadas”, com uma pioneira Pousada na Arrábida (1932), e na ilha da Madeira (1940 – Pousada do Santo da Serra, posteriormente designada por Pousada dos Vinháticos) (Pina 1979: 3). Nesse mesmo ano de 1940, é inaugurada em Óbidos a Estalagem do Lidador (Óbidos), constituindo-se assim, segundo Daniel de Melo “o protótipo da pousada estatal [...]”. Com ela ficaria estabelecido o modelo oficial de hotelaria de pequena dimensão, convertendo-se o SPN em tutor do «bom gosto» nacional. Doravante, o conforto, a decoração e a prestação de serviços não poderiam por em causa o carácter nacional, rústico e harmonioso.” (Melo 2001: 254).

A construção das Pousadas é levada a cabo pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações. Depois de construídas, são entregues à tutela institucional do SPN/SNI, a quem cabe a sua exploração, inspecção e adjudicação a concessionários privados, mediante uma relação contratual prevista no Decreto-lei nº31:259 (de 9 de Maio de 1941), que regula o seu regime de exploração³; para além de regular a sua natureza institucional, este documento enquadra uma especificação clara das funções explicitadas das Pousadas Regionais:

“alojar forasteiros e sobretudo a fornecer-lhes alimentação, devendo, pelo seu estilo e cor local, integrar-se tanto quanto possível no pitoresco das regiões, tendo em vista o objectivo essencial da propaganda turística, de forma que constituam, pelo exemplo do modelar funcionamento dos seus serviços, elementos de orientação da pequena indústria hoteleira” .

Assim, para além de cumprirem objectivos específicos de provimento de alojamento e alimentação, inferem-se também outros objectivos destas instituições, enquanto

² Segundo um dos congressistas, Francisco de Lima, “Constitui uma hábil e segura defesa desses maleáveis instrumentos turísticos que são as pousadas, cujas vantagens também atestam os ilustres congressistas Domingos Pepulim e [...] Luis Teixeira. A inteira aprovação que damos a esta tese firma-se em actos práticos que temos realizado a este respeito: a *pousada da Arrábida, da Comissão de Iniciativa de Setúbal*, a que temos presidido. Segundo este orador, “é curioso notar que, desde longo tempo, ali se observam as regras preconizadas pelo Ilustre Congressista: *situação e panorama magnífico sobre o mar e a serra, posição tranquila e isolada, telefone (o único do local), livro de sugestões, aproveitamento dum velho edificio [...], ementa regional, venda de artigos da região, inscrição prévia, «roulement» e limitação do tempo de hospedagem*” (Congresso 1936: 161).

³ Veja-se, em anexo, este decreto-lei.

integradoras e homogeneizadoras de “pitorescos” regionais e reguladoras da actividade hoteleira, tendo em vista a “propaganda turística” veiculada pelo SPN/SNI.

Um processo selectivo de escolha da sua localização geográfica⁴ materializou-se na edificação, no território de Portugal Continental, entre 1942 e 1948, de uma “«rede» nuclear de pousadas estatais”⁵ (Melo 2001: 255), materializada na inauguração sequenciada de sete *Pousadas Regionais*:

- Santa Luzia* – Elvas (Abril de 1942);
- S. Martinho* – Alfeizerão (Agosto de 1943)
- S. Gonçalo* – Marão (Agosto de 1942)
- S. Brás* – São Brás de Alportel (Abril de 1944)
- S. António* – Serém (Setembro de 1942)
- Santiago* – Santiago do Cacém (Fevereiro de 1945)
- S. Lourenço* – Serra da Estrela (Março de 1948) (*Pousadas... 1948*)

Diligentemente baptizadas com nomes de santos, propunha-se que estes equipamentos fossem infraestruturas diferentes das linhas da indústria hoteleira vigente internacionalmente, e com uma filosofia de concepção que tem por base a “ideia da pequena casa acolhedora, sem carácter de hotel, com móveis «diferentes», ambiente «diferente», a hospedagem para todos mas que mais parece para cada um” (Ferro 1949: 113). Inauguradas sequenciadamente ao longo da década de 1940, estas primeiras *Pousadas Regionais* do SPN/SNI são, com efeito, um tipo de infraestruturas de alojamento turístico de reduzida dimensão, como atesta a sua limitada capacidade de alojamento (destinada a alimentar fluxos turísticos também diminutos).

O quadro seguinte sistematiza, com base em informações facultadas no guia *Pousadas do S.N.I* (1948), uma caracterização geral destas infraestruturas:

⁴ Que não é objecto da presente análise por esta incidir apenas sobre registos documentais publicados.

⁵ Neste contexto porém, foram aliás públicas as vozes discordantes do investimento estatal numa rede de pousadas, como anotam Paulo Pina (1988) e o próprio António Ferro (1949).

POUSADAS REGIONAIS (1942-1948)

POUSADA	Santa Luzia	São Gonçalo	Santo António	São Martinho
Data de Inauguração	19 Abril 1942	29 Agosto 1942	24 Set. 1942	25 Agosto 1943
Localização	Elvas (a 200 m da cidade).	Bela Vista; a '885 m altitude'	Serém, Macinhata do Vouga (Águeda)	Alfeizerão
Arquitecto	Miguel Jacobetty Rosa	Rogério de Azevedo	Rogério Azevedo	Veloso Reis Camelo
Decorador(a)	Vera Leroy e Anne-Marie Jauss	José Luís Brandão de Carvalho	Carlos Botelho	Veloso Reis Camelo
Concessionário	Azinhai Abelho	Alcino dos Reis	Augusto Páramos	Charles Harbord
Capacidade de Alojamento	6 quartos; (9 camas)	4 quartos; 1 camarata; (6 camas)	4 quartos; 1 camarata; (9 camas)	4 quartos; (8 camas)
Meios de Transporte	Comboio e autocarros	Comboio e autocarros	Comboio; Autocarro	Comboio e autocarros
Distâncias	<ul style="list-style-type: none"> • Caia: 11 Kms • Lisboa: 219 Kms 	<ul style="list-style-type: none"> • Amarante: 26 Kms • Vila Real: 22 Kms • Porto: 92 Kms 	<ul style="list-style-type: none"> • Águeda: 11Kms • Albergaria-a-Velha: 5 Kms 	<ul style="list-style-type: none"> • C. Rainha: 12 Kms • Alcobaça: 13 Kms

POUSADAS REGIONAIS (concl.)

POUSADA	São Brás	Santiago	São Lourenço
Data de Inauguração	11 Abril 1944	10 Fev. 1945	Março de 1948
Localização	Serra do Caldeirão, 5 Kms. a norte de S. Brás de Alportel	Santiago do Cacém	Serra da Estrela, a 3 Kms das Penhas Douradas
Arquitecto	Miguel Jacobetty Rosa	Miguel Jacobetty Rosa	Rogério de Azevedo
Decorador(a)	Vera Leroy e Anne- Marie Jauss	Eva Leroi e Ana Maria Jauss	Maria Keil
Concessionário	Margarida e Joaquim Pacheco	Paulo dos Santos Bensliman	
Capacidade de Alojamento	5 quartos; (7 camas)	4 quartos; (7 camas)	4 quartos; (6 camas)
Meios de Transporte	Comboio; Autocarro	Comboio; Autocarro	Comboio
Distâncias	<ul style="list-style-type: none"> • Faro: 17 Kms • Lisboa: 281 Kms 	<ul style="list-style-type: none"> • Lisboa: 140 Kms • Sines: 18 Kms 	<ul style="list-style-type: none"> • Gouveia: 26 Kms • Manteigas: 14 Kms

Fonte: *Pousadas do S.N.I* (1948: s/p).

Situadas em meios rurais, estas Pousadas regionais parecem materializar em pleno as linhas de orientação ruralista e folclorista da política turística do regime, bem como as imagens emitidas acerca do país pelo seu dispositivo de propaganda⁶.

Ao mesmo tempo, previa-se também já um alargamento futuro desta rede inicial de Pousadas. Segundo António Ferro, "Outras se vão construir a seguir, e lá se encontram inscritas no Plano de Melhoramentos do Ministério das Obras Públicas: a de Penafiel, a de Tomar, a de Marvão, a das muralhas de Óbidos, a das Berlengas. E sei que se pensa também numa Pousada nos arredores de Serpa, outra em Miranda do Douro..." (Ferro 1949: 116). Mais tarde, em "1953, o SNI prodece a uma reclassificação

⁶ Cf. os capítulos 3 e 4.

das pousadas nacionais, estabelecendo cinco classes distintas (consoante o objectivo principal que serviam), e que integrava um novo projecto de construções: a) pousadas de estrada (10); b) pousadas de fronteira (3); c) pousadas de monumentos (6); d) pousadas de interesse especial (6); e) pousadas de estímulo (7). A nova «rede» totalizava, portanto, 32 pousadas, 62,5% das quais a construir” (Melo 2001: 256), (um projecto que viria posteriormente a ser reestruturado para números mais modestos). A ‘ode’ ao Turismo interno empreendida pela «Política do Espírito», entende-se quando se olha para a geografia da localização deste primeiro conjunto de Pousadas. Este novo vector do turismo é, neste contexto, conduzido para o ‘arcadiano’ campo, e para longe do bulício dos grandes centros populacionais.

Cenários e Panoramas

Localizadas em locais relativamente afastados dos principais centros populacionais, todas as pousadas possuíam telefone que permitia a comunicação com o resto do país. A sua situação geográfica em zonas rurais periféricas, num país carente de infraestruturas múltiplas, materializava-se também, muitas vezes, em dificuldades de mobilidade, acessibilidade e demora dos visitantes/hóspedes para chegarem às *Pousadas*, como atestam exemplificativamente alguns relatos de «digressões turísticas» realizadas, nomeadamente uma viagem ministerial que tinha como destino a Pousada de São Brás de Alportel (“Digressão turística à volta da Pousada de S.Brás”, descrita por Armando Aguiar num artigo da Revista *Panorama* (1944, nº 21: s/p).

“O Ministro naquele dia abalou, como de costume, numa velocidade vertiginosa. Cacilhas, Azeitão, Setúbal foram vencidas em pouco tempo. Para lá de Águas de Moura, se bem que ainda na Extremadura, a paisagem começou a tomar feição alentejana. O sol ia ganhando altura, lentamente, aquecendo a campina que emoldurava a faixa escura da estrada. Em volta desdobrava-se a imensa estepe, campos e campos de trigo, maciços verde-negros azinheiros e sobreiros, a solidão sempre infinita, sempre igual... Só o motor do carro, naquele meio-dia de Junho estival, quebrava a calma que se prolongava por léguas e léguas onde as cigarras, em cântico, punham um cântico festivo na natureza dominada pelo Sol. Nem um fio de água... Nem um pássaro cruzando o céu em fogo... Silêncio profundo, como se o Sol abrasador que caía das alturas, tivesse adormecido para sempre os homens e a natureza.

O automóvel do ministro galgou, depois, os contrafortes da cordilheira, logo que Almodôvar se perdeu de vista. São cinquenta quilómetros de curvas [...] E em que a paisagem doentia, triste, amarfanhada pela força indomável da Natureza, parece erguer um



côro de queixumes a Deus e aos homens. [...] Mas terminou já todo o pesadelo da estepe alentejana [...]. Subimos até à pousada de S.brás.

[...] Para o automobilista que entra no Algarve, depois de ter devorado as centenas de quilómetros do Alentejo, a Pousada de S. Brás assemelha-se a um oásis que o acolhe de braços abertos. Todo o cansaço, a fadiga e mal-estar de uma travessia demorada, sob a canícula fustigante de um Sol forte, desaparece e se esquece quando o carro estaca junto da Pousada e uma moça garrida [...] nos surge na soleira da porta num gesto simples, hospitaleiro. [...] E S. Brás, do alto da sua montanha, é a sentinela vigilante a abençoar e a velar pelas vidas dos que percorrem o sul do país em digressão turística. Que hoje já não oferece perigos nem dificuldades de monta. Há estradas e há Pousadas.” (Panorama 1944, nº21: s/p).

Num contexto de debilidades infraestruturais e de falta de equipamentos de alojamento turístico existentes no país⁷, o Regime Anterior propunha então que “o novo, fosse tanto quanto possível nacional” (Pina 1988: 87), e preferencialmente barato, dadas as contingências decorrentes de uma Europa mergulhada num conflito bélico e os seus reflexos no país. É portanto “neste ambiente pesado e de grande inquietação que as alegres e despreocupadas pousadas do SNI irão nascer, num país que [...] também não escapará à austeridade imposta por carências de toda a ordem derivadas da guerra” (Pina 1988: 119). Assim, em vez de promover a construção de hotéis – “demasiadamente dispendiosos e inoperantes dentro da apatia que o turismo português conhecia – estas pousadas poderiam assim responder prontamente a uma campanha turística iniciada pelo SPN/SNI, a que as brigadas técnicas de assistência e inspecção davam uma certa consistência” (Henriques 1990: 67). Refere o chefe do SNI que “as nossas Pousadas [...] foram construídas e arrançadas com o intuito principal de servir de modelo a esta nova orientação da indústria hoteleira em Portugal, maquetas animadas, espalhadas pelo país, onde será fácil colher ensinamentos, aprender e desenvolver certas ideias. Procurou-se, portanto, que estes pequenos hotéis não se parecessem com hotéis” (Ferro 1949: 68).

Paulo Pina anota que uma “das fortes razões, pouco ventilada, que pesou na instalação das *pousadas* como solução hoteleira estatal para incentivo da indústria, foi exactamente o seu baixo custo” (Pina 1988: 123), traduzido “nas reduzidas dimensões com que foram programadas, no tipo de serviço simples e familiar evitando grandes lotes de pessoal qualificado e, demais, liberta dos riscos de exploração mediante o

⁷ Veja-se, a este respeito, o Capítulo 3 deste trabalho.

recurso a concessionários” (Pina 1988: 123). Esta rede inicial de Pousadas aposta então numa solução mais barata, “através da construção de pequena dimensão, do pouco pessoal empregado e da concessão a privados” (Melo 2001: 255). Com efeito, a oferta turística era efectivamente de pequena escala, facto que se atesta pelo reduzido número de camas, já referido. Os serviços prestados podiam ser de dois tipos: aos «Hóspedes» e aos «Passantes»⁸ (*Pousadas* 1948: s/p).

A decoração, selecção do pessoal e o conjunto de escolhas gastronómicas, entre outros elementos, são regulados selectivamente pelo SPN/SNI, à luz das principais linhas programáticas das *Pousadas*, dentro de uma filosofia propagandística com ênfase num “Conforto rústico, bom-gosto fácil no arranjo das coisas e também no paladar, simplicidade amável [...]. E poesia, alguma poesia...” (Ferro 1949:69). No âmbito da fiscalização das actividades levada a cabo pelo Secretariado em relação ao trabalho dos concessionários, o órgão de Propaganda regulava, nomeadamente, as ementas gastronómicas que cada Pousada deveria apresentar, enquanto montras privilegiadas de divulgação de pretensas culinárias regionais. Com efeito, para António Ferro, as Pousadas deverão ter a função de serem:

“pequenos reservatórios da cozinha portuguesa. Em cada dia da semana, os gerentes ou concessionários das pousadas devem ter o cuidado de servir um prato de cozinha regional, o «prato do dia». Quando a região não for favorecida por especialidades culinárias há, pelo menos, as especialidades dos distritos ou da província. E também não devem faltar nunca os vinhos, os queijos e os doces da região. São cláusulas, aliás, dos nossos contratos com os concessionários, adormecidos durante a guerra devido à escassez de géneros, mas que agora devem ser cumpridas” (Ferro 1949: 115).

No que respeita aos percursos e agentes de instalação das Pousadas, importa lançar um breve olhar sobre os mecanismos de instalação emanados centralmente e materializados localmente. Neste processo propagandístico, um dos agentes em cena parecem ter sido as Brigadas Hoteleiras, que cumpriam uma “missão pedagógica de apoiar os estabelecimentos hoteleiros na melhoria das suas instalações e serviços⁹” (Pina 1988: 117). Como refere Raquel Pereira Henriques, “as brigadas hoteleiras davam

⁸ Os primeiros, como a designação indica, eram abrangidos por serviços de alojamento e alimentação, enquanto que os últimos eram apenas servidos de refeições e banhos. Adicionalmente, o período de permanência dos «hóspedes» não podia exceder os cinco dias (*Pousadas* 1948: s/p).

⁹ Estas Brigadas eram “constituídas por um arquitecto, uma decoradora e um funcionário dos serviços” (Pina 1988: 117).

conselhos, solucionavam problemas de decoração e vistoriavam estabelecimentos, quer fossem hotéis, pensões ou estalagens; e actuavam a par dos Serviços Técnicos do Secretariado” (Henriques 1990: 67-68), regulando localmente a instalação do equipamento turístico.

No discurso de inauguração da Pousada de S. Gonçalo, o Director do SPN/SNI realiza uma breve viagem retórica e romanceada a cada uma das *Pousadas* já inauguradas, num certo tom retrospectivo e sintetizante da obra realizada pelo Secretariado nesta matéria:

«...Depois da Estalagem do Lidador, [...] ensaio tímido, a Pousada de Santa Luzia, em Elvas, romance branco do Alentejo. A seguir, a Pousada de S. Martinho, em Alfeizerão, que parece ela própria ter pintado, para contemplação dos seus hóspedes, o vasto e pacificante panorama que se descobre das suas janelas. Inaugurou-se depois a Pousada de S. Gonçalo, no Marão, que nasceu ali, não por obra dos homens mas *porque* sim, esfregar da lâmpada de Aladino numa hora de fadiga, ao subir da montanha. Abre mais tarde a Pousada de S. Brás, novo romance das amendoeiras em flor, tão poética, tão fora da vida, mais fictícia ainda do que um romance, pura lenda... A Pousada de Santo António, no Serém, acode à chamada, confortável, confortável camarote diante do Vale do Vouga e do seu rio, exposição natural de uma região que se deixa entrever e desejar... A pousada de Santiago com a gravura da própria vila como pano de fundo, foi a penúltima a ser inaugurada. Pousada de transição, pórtico do Alentejo, Sul e sonho de mais Sul... E finalmente esta, a de S. Lourenço, a mais perto do Céu, pousada da neve, a Pousada-bandeira...» (*Pousadas 1948: s/p*).

Numa análise exploratória ao guia editado pelo SPN/SNI – *Pousadas do S.N.I.* (1948) – é possível verificar que entre os recursos turísticos¹⁰ evidenciados encontramos a ‘Paisagem’ (os «panoramas»), a ‘Etnografia’ («Festas e Romarias), a ‘História’, para além de itinerários de ‘Actividades de Lazer’ («Excursões», «caça e pesca»); e ainda um conjunto selectivo de «Curiosidades Regionais» - uma vasta panóplia de sugestões de ‘descoberta’ de gastronomias e objectos de arte popular regional. A descrição textual é articulada com fotografias e desenhos vários. As primeiras funcionam geralmente como elementos contextualizadores do espaço envolvente ao equipamento turístico, enquanto que os segundos, para além de também cartografarem, agora pictoricamente, as paisagens evolventes, contextualizam pormenores de espaços interiores (mobiliário e outros elementos decorativos), assim como apresentam representações pictóricas dos

¹⁰ A informação facultada insere-se dentro das categorias seguintes: Localização; altitude, transportes, comunicações, «excursões»; «panoramas».

prestadores de serviços. Um terceiro tipo de gravuras é constituído por representações de mapas, enquadrando a localização geográfica de cada uma das Pousadas dentro do território de Portugal continental.

Ao nível da exploração dos espaços externos, parece inferir-se uma busca de paisagens escondidas, de «panoramas» propiciatórios de lazer. Por outro lado, é patente uma arquitectura baseada nos princípios nacionalistas da «Casa Portuguesa», de Raul Lino¹¹.

Intramuros, já se viu que o “seu arranjo interior [...] foi confiado aos serviços de Turismo e aos Serviços Técnicos do Secretariado de Propaganda Nacional” (Ferro 1949: 71). A decoração é catalogada dentro do designado «estilo Secretariado», sendo composta por um variado conjunto de “objectos de arte popular, dos «galos», dos pratos «ingénuos», dos tecidos rústicos que vieram substituir os solitários com flores artificiais, as almofadas de pirogravura, os calendários de publicidade barata...” (Ferro 1949: 114). A decoração recorre à etnografia como motor de busca e materialização de uma ‘rusticidade’ encenada. A esteticização da cultura popular, vector central do projecto etnográfico do SPN/SNI é efectivada também nas *Pousadas*. E a mesma cultura popular parece ser, também aqui, exposta como objecto apologético da Nação.

Um «Romance Branco do Alentejo»

Importa focalizar exploratoriamente o olhar sobre a pioneira *Pousada de Santa Luzia*¹², em Elvas, catalogada propagandisticamente de «Romance Branco do Alentejo». António Ferro explicita, no discurso de inauguração, as circunstâncias do surgimento desta pousada naquela localidade, de que se destacam o valor histórico-patrimonial da cidade¹³ e o contexto geo-estratégico das relações transfronteiriças com Espanha. Entre as razões apontadas por António Ferro:

¹¹ Veja-se, a este propósito, a análise acerca da “Casa Portuguesa” realizada por João Leal (2000: 107-143).

¹² Veja-se, em anexo, as fotografias da *Pousada de Santa Luzia*.

¹³ Outros contributos reafirmam também a riqueza patrimonial de Elvas. Neste contexto, veja-se um artigo publicado na revista *Panorama* (nº20, Abril de 1944) por Marinho da Silva e que caracteriza esta praça histórica como “A «Rainha da Campina”; segundo este autor: [...] “Uma viagem a Elvas, onde hoje existe, mercê da acção do Secretariado da Propaganda Nacional, a atraente *Pousada de Santa Luzia*, em lugar privilegiado para bom remate das fadigas de uma longa deslocação – não constitui, apenas, deleite para a vista. É, de facto, *apêlo súbito às energias mais fundas da nossa sensibilidade*, porque cada pedra, cada recanto da venerada

“A primeira foi a circunstância, numa época em que temos de nos refugiar na tradição, em que precisamos de consolidar e reforçar, cada vez mais, as muralhas do nosso passado, de podermos inaugurar esta nova era da hospitalidade portuguesa em frente duma das nossas mais velhas praças de armas, diante do aqueduto monumental, brasonado, ex-libris da sua paisagem circundante, das suas férteis campinas onde o sonho galopa.

A segunda consistiu na rara felicidade de encontrar para concessionário da primeira das nossas Pousadas, onde é necessário que a poesia repouse, um verdadeiro poeta – Azinhal Abelho –, cujo próprio nome rescende a Alentejo. [...] A terceira coincidência feliz foi a de podermos continuar [...] a nossa política de boa vizinhança com Espanha. Apresença do Sr. Governador Militar de Badajoz e outras autoridades espanholas, é a melhor ilustração desta feliz coincidência” (Ferro 1949: 71-72).

A inauguração desta primeira Pousada constitui-se como um acto oficial que reunirá em Elvas, a 19 de Abril de 1942, a presença protocolar dos poderes civil, militar e religioso¹⁴ de Portugal e de Espanha. Adicionalmente, estavam também presentes jornalistas, dando cobertura ao acontecimento e testemunhando a encenação política, que depois seria reproduzida aos leitores. Como anotam dois jornais locais¹⁵, ao longo deste dia inaugural, o governo português seria institucionalmente representado pelo Sub-secretário de Estado das Obras Públicas e pelo já referido Director do SPN/SNI. Também aqui, António Ferro é, no acto inaugural, o ‘mestre de cerimónias’, presidindo ao almoço que celebra a abertura da Pousada. Neste repasto¹⁶, a imagem folclorizada da cultura popular, feita recurso turístico-patrimonial, encontra-se inevitavelmente presente. Assim, como menciona um artigo publicado no número 717 do *Jornal de Elvas*, este almoço, “de carácter regional, foi servido por raparigas envergando trajos típicos e constituiu nota de superior graça no conjunto agradável de impressões”. Com uma festiva ementa regionalista¹⁷, o almoço inaugural leva aos convidados as primeiras

«urbs», cada seu monumento nos fala do mais sólido amor da pátria, feito de sacrifícios heróicos e actos magníficos” (Silva 1944: s/p).

¹⁴ Cf., em anexo, as fotografias referentes à inauguração da *Pousada*.

¹⁵ A inauguração da Pousada foi alvo de destaque entre a imprensa local. Veja-se, a este respeito o *Correio Elvense* (1942, nº595) e também o *Jornal de Elvas* (1942, nº717).

¹⁶ Veja-se, em anexo, a fotografia do almoço inaugural da *Pousada de Santa Luzia*.

¹⁷ Constituída, entre outros alimentos, por “Migas com ovos, à Peroguarda; salada arraiana, cabrito à lavrador; Doces regionais” (*Jornal de Elvas* 1942, nº 717: 4). Peroguarda, a aldeia do

mensagens de hospitalidade turística 'portuguesa' desta nova orientação de alojamentos turísticos folclorizados, num registo de 'conforto rústico' que este equipamento, e as restantes *Pousadas Regionais*, procurarão difundir.

Santa Luzia tem, a esse nível, uma localização privilegiada, na medida em que se constitui como uma 'sentinela' turística do país às portas de Espanha, sendo "nesta concorridíssima zona da fronteira – a de maior trânsito do sul – a «sala de espera de Portugal». É a primeira boa-nova a quem vem da Europa e se debruça 'para o Atlântico. Pretendeu-se fazer qualquer coisa de risonho e alegre, que simbolizasse as boas vindas aos que entram a percorrer Portugal" (*Correio Elvense* 1942, nº594: 1).

Esta alegre «casa portuguesa» de *Santa Luzia*, procura materializar-se assim num espaço de afirmação do património cultural regional «português». Num artigo da revista *Panorama* (1942, nº9: 30-31) Augusto Cunha enfatiza o conforto rústico e «português» que esta Pousada pretendia patentear¹⁸. Especificamente, no que respeita à decoração do seu interior, (a cargo de Vera Leroy e Anne-Marie Jauss), foi intuito do Orgão de Propaganda do Regime trazer selectivamente para dentro de cada equipamento turístico objectos da cultura material regional¹⁹, performativamente expostos, e em diálogo com o próprio contexto arquitectónico do edifício projectado por Miguel Jacobetty Rosa – uma "Casa de risco típico, ao gosto regional, bem casado com o ambiente. Branca." (*Pousadas* 1948: s/p).

Qual sentinela guardando a fronteira, a Pousada de Santa Luzia insinua-se como o ponto de partida/chegada de itinerários culturais vários, patentes no guia *Pousadas do*

Baixo Alentejo concorrente ao lugar de 'Aldeia mais portuguesa de Portugal', marca aqui a sua presença gastronómica.

¹⁸ "Sem luxos escusados, sem complicadas decorações, sem custosos mobiliários, esta pousada bem portuguesa, bem alentejana, dá-nos logo à primeira vista uma sensação de conforto, de bem-estar, de calma satisfação que o mais opulento Palace dificilmente nos daria. Na Pousada de Santa Luzia tudo o que era regional se aproveitou para o seu recheio e decoração: as mantas de Reguengos, os bonecos de barro de Estremoz, as graciosas mobílias alentejanas, as louças, as pinturas ingénuas... Os cinco quartos – um deles com casa de banho privativa – a casa de jantar alegre e confortável, o páteo interior ajardinado, lembrando um claustro, o cantinho junto do fogão, todo o conjunto convida a um aprazível fim de semana, a um repouso agradável, num ambiente calmo, familiar – e português." (*Panorama* 1942, nº9: 30-31).

¹⁹ Como refere António Ferro, pretende-se "vestir as suas paredes com mantas, velhas gravuras, objectos regionais, bonecos de barro, para que os hóspedes, ainda que sozinhos, se encontrem sempre acompanhados por certas coisas simples que os situem constantemente na região onde se encontrem e não lhes quebrem a continuidade entre o interior e o exterior, entre a casa e o campo. Foi esse mesmo critério que nos levou a substituir os clássicos criados [...] por desenxovalhadas raparigas que lembram, na alegria e simplicidade dos seus trajos regionais, a própria paisagem que se enquadra nas janelas" (Ferro 1949: 69)

S.N.I.(1948): propõem-se visitas por terras de fronteira, repositórios de «História Pátria», assim como pela região do Alentejo, enfatizando produtos e gastronomias²⁰ regionais, actividades de lazer como a caça ou a pesca, e ainda calendarizando as «Feiras, Festas e Romarias» realizadas na região.

Aguarelas da Nação

No discurso de inauguração da Pousada da Serra da Estrela, em 1948, António Ferro, o ainda chefe do SNI enfatizaria o que considerava ter sido o “êxito indiscutível das Pousadas do SNI” (Ferro 1949: 111). Numa caracterização feita por Raquel Pereira Henriques (1990: 66-67), as pousadas apresentam-se como locais em que se se materializava o ideário do regime, e enquanto “Cartazes materializados de todos os valores estéticos e ideológicos preconizados pelo regime” (Henriques 1990: 66), que “parecem ser a simbiose de uma arquitectura nacionalista, com a decoração de interiores de tónica folclorista, a valorização da gastronomia e folclore regionais e a recuperação dos trajos mais característicos. Elas operam a diferenciação cidade-campo e valorizam incondicionalmente este último” (Henriques 1990: 66).

Com efeito, como refere Heloísa Paulo, as “Pousadas do SPN’ são consideradas como verdadeiros ‘cartões postais’ das diversas regiões do país e da sociedade portuguesa do estado Novo” (Paulo 1994: 75), tratando-se de “uma rede de hospedagem regulamentada pelo Governo, na qual todos os detalhes são cuidados de modo a oferecer ao viajante uma imagem idealizada da paisagem e do ‘povo português” (Paulo 1994: 75). Tendo em conta que se esperava que os visitantes fossem tanto turistas e excursionistas estrangeiros como nacionais, as imagens que se transmitiam pretendiam propagandar tanto endógena como exogenamente o país imaginado. Num contexto embrionário do desenvolvimento turístico em que o Turismo começa a ser concebido como uma ‘canção de embalar’ a Nação, a «Lição» que internamente as Pousadas veiculam é a de procurarem ser ‘metáforas para a vida portuguesa’²¹. Como enfatiza Raquel Pereira Henriques, “Os locais que materializavam

²⁰ No que respeita à gastronomia regional, a Pousada entrou inclusivamente no “Primeiro Concurso da cozinha regional” promovido em 1949 pelo S.N.I., servindo aos domingos: “cachola com sarrabulho” (*de dezembro a abril*) e ensopado de miudezas. (*de Maio a Setembro*)” (Panorama 1949 (38): s/p).

²¹ Como refere António Ferro, “Estas Pousadas, aliás, não desafiam nem agravam a modéstia dos nossos recursos, a simplicidade da nossa vida, porque envolvem precisamente a lição

o ideário nacionalista tinham de obedecer a uma imagem de conforto, bom gosto, higiene, imagem essa que se desejava intocável: era o próprio rosto do país que estava em causa” (Henriques 1990: 67).

Enfatizando a hospitalidade como uma das mensagens das pousadas, refere-se que “Se o hóspede ao entrar numa destas Pousadas tiver a impressão de que não entrou num estabelecimento hoteleiro, onde passará a ser conhecido pelo número do seu quarto, mas na sua própria casa de campo onde o aguardam os criados da sua lavoura, teremos obtido o que desejávamos” (Ferro 1949: 68-69).

Aqui encontramos, subterraneamente, um outro papel das pousadas: o de operarem uma continuidade urbano-rural. Paulo Pina defende que esta “proposta tinha naturalmente algo a ver com o ar «familiar» e «caseiro» que o serviço das *pousadas* devia patentear, sem ambiguidades” . Com efeito, segundo este autor, não sendo assim, “o contraste entre o convencionalismo da cidade e a espontaneidade do campo não chegaria sequer a gerar-se, sem comparações que honrassem a bondade própria das relações humanas rurais que as *pousadas* pretendiam publicitar, adoptando-as em detrimento do serviço hoteleiro convencional” (Pina 1988: 123).

Num contexto político-ideológico em que o Turismo é encarado como “a grande fachada de uma nacionalidade, aquilo que se vê de lá de fora”, segundo António Ferro (1949), as Pousadas parecem surgir como “caixas de lápis de cor” concebidas para vestir e embelezar turisticamente o país. As sete primeiras *Pousadas Regionais* apresentam-se assim como símbolos da(s) fisionomia(s) regionais/nacional idealizadas, de patrimónios regulados, e como bandeiras de hospitalidade ‘lusa’, guardiãs de um conforto «rústico» e «pitoresco». Enfim, sínteses de um desejado diálogo e continuidade entre os ‘mundos’ da *cidade* e do *campo*, em que Paisagem e Património são homogeneizadas e romanceadas.

Tendo em consideração que o Turismo pode ser um efectivo instrumento ideológico de regulação política, as *Pousadas Regionais* convertem-se assim em verdadeiras «Missões pedagógicas» (Pina 1988) do que a hotelaria *deveria* ser. Pretendia-se apresentar e representar a «Portugalidade» e a «Paisagem», tendo a «Etnografia» como um dos instrumentos privilegiados, num contexto em que o Turismo surge como ‘arauto’ do país, e as *Pousadas* do SPN/SNI se apresentam como sentinelas da nação

contrária, porque desejam provar, acima de tudo, que o luxo e a ostentação, muitas vezes sem conforto nem bom-gosto, não constituem obrigatoriamente a matéria-prima do turismo” (Ferro 1949: 67).

imaginada. Quase como se, metaforicamente, de um País codificado se tratasse, sob o olhar «sorridente» e «simples» das *Pousadas*, personificadas pelas moças que, em trajos regionais, esperam os hóspedes à entrada, com uma singela e hospitaleira saudação.

Balanço em Aberto...

“«O Horizonte, vastíssimo, de uma severa simplicidade de linhas, sóbrio de cor, impressiona pela grandeza e pela augusta e imperturbável solenidade. O céu, alto e profundo, tem um azul de esmalte. O luar enche a abóboda do céu, e sobre ele sente-se palpitar, mais enigmática e profunda, a alma das coisas. Os poentes incendeiam a charneca e erguem sobre a planície luminosa miragens fantásticas de rios e oceanos ardendo em chamas de púrpura»”

Áreas de Turismo – Alentejo (<http://www.pousadas.pt/pt-pousadas/areas.html>)

Ao longo do presente trabalho realizou-se uma viagem no tempo até ao Estado Novo, com a motivação de procurar compreender o modo como o Turismo foi desenhado por este sistema político. Elegeram-se como balizas temporais desta análise as décadas de 1930 e 1940, período em que decorre a ‘construção’ daquele regime autoritário, e durante o qual vigorou uma política cultural que ficaria conhecida como «Política do Espírito», temporalmente delimitada pela historiografia entre 1933 e 1949.

Através de vários trilhos disciplinares, tentou-se compreender os mecanismos sociopolíticos que subjazem à construção e à valorização de locais turísticos, em Portugal, durante aquela ‘fracção’ de tempo. Como tal, empreendeu-se esta investigação com o intuito de identificar e descrever os processos de construção de narrativas turísticas, por parte do dispositivo de Propaganda do Regime (SPN/SNI). No entanto, porque havia que restringir o enfoque de uma análise tão ampla, partiu-se para o ‘terreno’ com dois objectivos específicos: analisar, por um lado, os mecanismos de construção de narrativas turísticas acerca do Alentejo; por outro lado, pretendia-se identificar e descrever a política de implementação das *Pousadas Regionais*.

Estes objectivos de pesquisa foram explicitados na Introdução, momento em que também se enquadraram os modos como o Turismo tem vindo a ser analisado por parte das Ciências Sociais, com enfoque na dimensão sociopolítica daquele fenómeno social. Nas páginas introdutórias, teve também lugar uma discussão sobre os caminhos e fronteiras disciplinares da presente pesquisa e, dado o seu carácter essencialmente qualitativo, deu-se conta da pesquisa documental como pilar metodológico da investigação. Esta foi direccionada para vários tipos de fontes, entre as quais se

destacam os guias de viagem e um conjunto de publicações do SPN/SNI, documentos que constituíram a base da análise documental realizada.

Com vista à prossecução dos objectivos de investigação supra mencionados, começou-se, no primeiro capítulo, por caracterizar a problemática que enquadra a pesquisa. Fez-se uma abordagem contextual às interligações entre o Nacionalismo, a construção de identidades nacionais e a actividade turística e, seguidamente, empreendeu-se uma sistematização do quadro político-ideológico do Estado Novo e da sua «Política do Espírito», numa tentativa de desenhar um retrato do país e das suas instituições sob o novo sistema político. Após esta caracterização, analisaram-se os instrumentos e fontes de poder que subjazem ao 'espelho' do regime.

Decorrendo das ideias expressas anteriormente, o segundo capítulo, metaforicamente designado por 'Mestre de Cerimónias', efectua uma caracterização do SPN/SNI e da sua acção propagandística, sob a direcção de António Ferro. Depois de passar em revista as principais iniciativas culturais da «Política do Espírito», o enfoque da análise é depositado sobre a Exposição do Mundo Português, momento solene das Comemorações Centenárias de 1940; em concreto, o olhar foi centrado na Secção de Etnografia Metropolitana e ainda, posteriormente, no Museu de Arte Popular, enquanto despojo residual da 'festa' dos centenários.

Os primeiros dois capítulos assumiram-se como os 'palcos' ideológicos em que decorreria o 'Baile Turístico'. No capítulo três, observou-se o processo de composição da 'montra panorâmica'; isto é, mergulhou-se na compreensão das medidas que o novo regime propôs em relação ao Turismo. Num primeiro nível, deu-se conta da evolução daquela actividade em Portugal, (imediatamente antes e) durante a «Política do Espírito». Seguidamente, enquadraram-se as linhas gerais da política turística prosseguida. Finalmente, exploraram-se alguns dos instrumentos de propaganda turística estatal veiculados pelo dispositivo do SPN/SNI.

Ao longo do quarto capítulo, como o título denuncia, tentou-se compreender os modos como Portugal foi 'desenhado' turisticamente pelo Regime. Empreendeu-se uma pesquisa de vários tipos de narrativas turísticas emitidas acerca do país. Numa primeira secção, analisaram-se as imagens veiculadas por um conjunto de guias de viagem. Nas restantes secções deste capítulo, direccionou-se a observação para algumas das narrativas turísticas emitidas sobre Portugal, respectivamente a nível interno e externo, pela propaganda turística estatal; a base documental consultada foi constituída por

várias publicações do SPN/SNI (nomeadamente, a revista *Panorama* e algumas publicações não periódicas de divulgação turística).

Numa continuidade analítica em relação ao capítulo quarto, mas com um afinamento do enfoque geográfico, 'Imagens da Planície', o capítulo cinco deste trabalho, procurou dar resposta a um dos objectivos específicos da investigação. Pretendeu-se, assim, compreender os modos através dos quais o Alentejo foi representado turisticamente, no cenário sociocultural e propagandístico em análise. Com vista a uma mais clara contextualização o universo descritivo das narrativas turísticas em análise, na primeira secção realizou-se uma sistematização das imagens agrícolas tecidas acerca daquela região. Ao longo da segunda secção, mergulhou-se então na análise das imagens turísticas estabelecidas pelos guias de viagem e, num segundo momento, pela revista *Panorama*. Na terceira e última secção, lançou-se uma breve leitura cruzada sobre a *Planície*, tomando como base as representações anteriormente analisadas.

O sexto, e último capítulo desta investigação, procurando responder ao segundo objectivo que motivou a pesquisa, fez uma incursão exploratória em direcção a uma das principais vertentes da política turística do Estado Novo: o processo de implementação estatal das *Pousadas Regionais*. Na primeira secção do capítulo, contextualizaram-se e descreveram-se os percursos de instalação deste primeiro conjunto de infraestruturas, aberto ao público entre 1942 e 1948. Num segundo momento, inventariaram-se os cenários e recursos turísticos que estas infraestruturas de alojamento, tuteladas pelo SPN/SNI, procuravam expor. Seguidamente, na terceira secção do capítulo, focalizou-se o olhar na *Pousada de Santa Luzia*, em Elvas, o primeiro destes equipamentos turísticos a ser inaugurado. A finalizar, fez-se uma leitura geral das funções propagandísticas destas instituições, enquanto 'aguarelas' da Nação.



Fazendo-se um 'balanço em aberto' da presente investigação, algumas ideias-chave se evidenciam, materializando os resultados da 'viagem' realizada:

- O Turismo é um fenómeno profundamente imbricado com as restantes esferas da cultura, assumindo-se como uma actividade socialmente condicionada e condicionadora. Consideradas diacrónica e processualmente, as formas de mobilidade em lazer em que se baseia a actividade turística, remetem o olhar para

uma actividade que historicamente tem sido alvo de regulação e de instrumentalização pelo poder político. Nomeadamente, em sistemas políticos de carácter nacionalista, o Turismo é utilizado como veículo ideológico de regulação estatal, instrumento de propaganda política e fermento empolador da identidade nacional. Foi o que aconteceu em Portugal, durante as décadas de 1930 e 1940, no âmbito do percurso de ascensão do Estado Novo e da sua «Política do Espírito».

- Pela acção do SPN e do seu maestro, António Ferro, materializou-se o projecto cultural da política do espírito, por meio de um conjunto variado de manifestações culturais que visavam transmitir à nação os dogmas do novo regime e reunir consenso em seu redor. Esta acção foi observável em manifestações culturais múltiplas, entre as quais se destaca Exposição do Mundo Português e o Museu de Arte Popular, despojo cristalizado daquela. Esta Exposição constituiu-se enquanto instrumento de legitimação, afirmação e consolidação do Regime e do seu aparelho de propaganda, bem como móbil de uma exaltação apoteótica da identidade nacional. Numa viagem narrativa pelo país e pelo 'Império', procura-se mostrar um Portugal uno do «Minho a Timor», uniformizando diferenças étnicas e geográficas, disfarçando hierarquias, e mostrando uma metrópole forte, feliz e impermeável às nuvens que cobriam a Europa.
- António Ferro pintaria a 'nação' com as cores do ideário usando uma vasta paleta discursiva, em que se destacaram os usos propagandísticos conferidos à Etnografia e à História. Esta conferia a espessura do Tempo e da Memória em que se alicerçava o jovem regime. Aquela deambulava pelo Presente maquilhando o país, e, acima de tudo, atribuindo um rosto ao cidadão do Estado Novo. O rosto do «Povo». Mostrando um país 'rural' e obedientemente 'tradicional', o SPN/SNI inseriu recorrentemente a sua acção em processos de esteticização da cultura popular. No mobiliário das Pousadas Regionais, como nos vestuários «típicos» das serviçais que «hospitaleiramente» recebiam os hóspedes nestes estabelecimentos; nas estantes do Museu de Arte Popular, como nos vocabulários das narrativas turísticas veiculadas sobre Portugal ou o Alentejo, a ode à cultura popular parece expressa num mesmo registo embora sobre diferentes suportes.
- Em fundo cénico, um mesmo desígnio ideológico e propagandístico: reunir o país em volta da imagem idealizada de si próprio, decalcada da «lição de Salazar». As iniciativas já realizadas pelo SPN/SNI seriam balões de ensaio para designios futuros, e nesse contexto, o ano de 1940 prepararia o país para a aposta no turismo,

enquanto actividade a expandir, regular e propagandear, tanto interna como externamente. Assim, durante a «Política do Espírito», sob a encenação do SPN/SNI e do seu 'Mestre de cerimónias', o Turismo constitui-se como 'montra panorâmica' e móbil de formatação da Nação. A política turística do regime, assentava numa vertente marcadamente folclorista, com insistência na valorização turística de recursos endógenos, geograficamente situados em meios rurais. Esta montra panorâmica desenharia propagandisticamente o país como uma bucólica arcádia, veiculando também no vector turístico, a imagem que o Regime anterior queria dar de si: não o país de pés descalços e sem pão, mas o país do folclore, engalanado de ouro minhoto, paraíso perdido nas margens da Europa.

- A revista *Panorama* seria a imagem oficial da propaganda turística e um dos seus principais veículos de acção na emissão de imagens turísticas do país e das suas «províncias». No processo de produção de narrativas turísticas sobre Portugal e o Alentejo, os documentos analisados são maioritariamente escritos por autores portugueses, relativamente 'próximos' do Regime, pelo que as narrativas turísticas parecem reflectir o universo político e ideológico que aquela publicação devia patentear, sem ambiguidades.
- Quaisquer narrativas turísticas, emitem um olhar selectivo sobre as atracções observadas, o qual é mediado por múltiplos factores. As narrativas turísticas veiculadas pelos guias de viagem denotam que a leitura que estes narradores fazem do Portugal é inevitavelmente influenciada pelo seu estatuto social, económico, político, estético-artístico e ideológico, e pelos condicionalismos e vicissitudes concretos da estadia, factores que alicerçam a representação que traçam do real. Não obstante esta diversidade, assiste-se a algo que, homogeneamente, é patente a todos os relatos de viagens – o carácter sedimentário das suas narrativas –, confirmando ou infirmando (muito menos) relatos anteriores de outros autores, e atestando assim a herança e bagagem que transportam dos seus pares na literatura de viagens. Por outro lado, a homogeneidade parece reflectir-se também nas valorações gerais que tecem acerca de Portugal e, especificamente, do sul do Alentejo.
- Considerada na sua globalidade, a diversidade tipológica de narrativas turísticas analisadas sobre Portugal remete para a emissão de imagens consonantes com o ideário do novo regime político português e o seu nacionalismo ruralista. A formatação do olhar turístico é centrada num processo de categorização da

«História», da «Etnografia» e da «Paisagem». Na adjectivação que é feita da população portuguesa, evidenciam-se qualificações esteriotipadas de 'melancolia', 'gentileza' e 'hospitalidade', as quais remetem para um pretensio «carácter português», encapsulado, também aqui, no «Povo». Reproduzido através de reportórios discursivos sedimentarizados ou (re)inventados, Portugal parece ser desenhado, idilicamente, como uma intemporal arcádia bucólico-marítima, um ecossistema «pitoresco», serenamente repousante sob a sombra acolhedora de Salazar.

- Em relação ao Alentejo, as narrativas turísticas presentes nos guias de viagem analisados, remetem para o estabelecimento de normas de representação igualmente categorizáveis na 'Paisagem', na 'História' e na 'Etnografia'. Estes elementos são também instrumentalizados e cristalizados à luz de discursos de poder de um regime político em fase de consolidação, e que visa desenhar turisticamente um país hospitaleiro e rural, obediente aos valores do ideário do Regime.
- Através de um olhar cruzado pelas imagens da *Planície* veiculadas pelas políticas turística e agrícola das décadas de 1930 e 1940 do Estado Novo, anota-se que a construção polifónica da imagem da sociedade rural alentejana, operada com base numa multiplicidade de factores, é emudecida selectivamente à luz dos discursos representacionais acima expressos. Num processo mais vasto de formatação do país, a «Planície» é maquilhada ideológica e turisticamente, num contraste nítido entre a paisagem idílica da ruralidade transtagana apresentada pelos guias de viagem e o mundo rural expresso no quotidiano dos dias. Nesse processo de 'invenção' da paisagem rural, silencia-se a diversidade mostrando ao leitor/visitante um território rural paisagística e identitariamente homogéneo – uma «Planície» serena, pitoresca e fértil, habitada por um «Povo» trabalhador, hospitaleiro e obediente. Estas representações parecem inserir-se num processo mais abrangente de construção sociopolítica de Portugal, em que a actividade turística, reciclando as imagens agrícolas, reinventa novos mitos sobre a *Planície*, agora embrulhados narrativamente num universo arcadiano de apropriação estética e turística. Que contribuirá para vestir a serena imagem de ruralidade da Nação.
- Entre a ruralidade encenada e a «portugalidade» codificada, as *Pousadas* parecem ter sido concebidas como metáforas do "Portugal rural" de Salazar – elementos figurativos de apropriações da ruralidade para consumo das elites urbanas; e

móveis de uma apologia da descoberta interna do país, com ênfase no consumo da paisagem rural, pretendo relicário de «portugalidade». Enquanto auto-imaginados redutos de conforto rústico «à portuguesa», propõem um modelo hoteleiro “de pequena escala”, ao serviço de um país economicamente fragilizado pela guerra europeia. As sete pioneiras *Pousadas Regionais*, peças debutantes do ‘Baile Turístico’ da «Política do Espírito», são locais performativos em que se encena, turisticamente, a identidade nacional, e onde desfila o país imaginado.



Da investigação realizada, lançam-se pistas para novos caminhos analíticos. Tomando como exemplo o conteúdo textual da epígrafe que introduz estas notas finais, salienta-se a necessidade de realizar uma análise temporalmente mais ampla, de modo a poder analisar, diacrónica e processualmente, as continuidades e rupturas dos modos como o país se apresenta (e se regula) turisticamente. Nesta óptica, e decorrendo da pesquisa realizada ao longo deste trabalho, um caminho possível a percorrer no consistirá na realização de um estudo de caso comparativo sobre políticas públicas de Turismo, em Portugal e Espanha, tendo como com enfoque específico na análise das *Pousadas* portuguesas e dos *Paradores* espanhóis. Necessariamente embrionários, são quatro os objectivos que sujam à investigação a desenvolver: primeiramente, contextualizar o papel do património cultural no âmbito de processos de construção de identidades nacionais. Em segundo lugar, procurar-se-á oprimir as origens políticas destes dois tipos de infraestruturas de alojamento turístico, através da análise das políticas públicas e contextos sociopolíticos que em ambos os países deram, respectivamente, lugar ao processo de criação estatal dos *Paradores* (em 1928) e das *Pousadas* (em 1942); um terceiro objectivo consistirá em descrever e analisar o seu desenvolvimento processual até ao presente, tendo em conta as mudanças diacrónicas nos sistemas políticos de ambos os países e, conseqüentemente, o papel das sucessivas políticas turísticas. Finalmente, pretender-se-á compreender as políticas de representação em que *Pousadas* e *Paradores* se alicerçam, olhando empiricamente para o contexto espacial e arquitectónico dos equipamentos e realizando uma análise dos objectos de cultura material aí exibidos, tendo em conta a multiplicidade de mecanismos performativos da actividade turística. Mas esse será um outro caminho.

Bibliografia e Fontes

Fontes:

Fontes Manuscritas:

Pousada de Elvas. Arquivo privado (vários núcleos). Pousada de Santa Luzia – Enatur

Fontes Impressas:

AGUIAR, Armando de. 1944. "Digressão turística à volta da Pousada de S.Brás". *Panorama – Revista Portuguesa de Arte e Turismo*. Lisboa: SPN, nº21

ALMEIDA, F. J. de. 1880. *Guia de Portugal*. Lisboa: Tipografia da Casa de Inglaterra

BARBERA, Martin D. 1944. *Caminos de Portugal*. Madrid: Ediciones y Publicaciones Españolas S.A.

BRIDGE, Ann & LOWNDES, Susan. 1949. *The Selective Traveller in Portugal*. London: Evans Brothers Limited.

CASTRO, Augusto de. 1940. *A Exposição do Mundo Português e a sua finalidade nacional*, Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.

CERQUEIRA, Cruz. 1942. "Évora o Alentejo e a sua Paisagem", *Panorama – Revista Portuguesa de Arte e Turismo*. Lisboa: SPN, nº 8

CATERS, Christian de. 1940. *Portrait du Portugal*. Paris: Librairie Plon.

CHAVES, Luís. 1959. *A Arte Popular: aspectos do problema*, 2ª Edição, Porto: Portucalense Editora.

_____ 1948 "O novo Museu de Arte Popular em Belém", *Panorama – Revista Portuguesa de Arte e Turismo*. Lisboa: SPN, nº35

_____ 1942 "Conservem-se os nossos moinhos", *Panorama – Revista Portuguesa de Arte e Turismo*. Lisboa: SPN, nº 11

COLMAN, Elizabeth. 1944. *Portugal, Wharf of Europe*. New York: Charles Scribner's Sons.

I Congresso Nacional de Turismo. 1936, Lisboa

Correio Elvense, nº 595, 1942

CUNHA, Augusto. 1942. "Os grandes valores turísticos nacionais. Pousada de Santa Luzia – Elvas", *Panorama – Revista Portuguesa de Arte e Turismo*. Lisboa: SPN, nº 9, 30-31

“Decreto nº 30289”, *Diário de Governo*, nº 29, I série, 3/2/1940

“Decreto-Lei nº 31259”, *Diário do Governo*, nº 106, I série, 9/5/1941

DUGARD, Maurice M. du. 1934. *Lettres Portugaises*. [Paris]: Flammarion

FERRO, António. 1963. *António Ferro*. Lisboa: Edições Panorama

_____ 1950. *Cartilha da Terra Portuguesa*. Lisboa: Edições SNI

_____ 1949. *Turismo, Fonte de riqueza e de poesia*. Lisboa: Edições SNI

_____ 1948. “*Turismo Nacional*”. *Panorama – Revista Portuguesa de Arte e Turismo*. Lisboa: SPN, nº 34

FOX, Ralph. 1937. *Portugal Now*. London: Lawrence and Wishart.

GIBBONS, John. 1933 (1931). *Afoot in Portugal*. London: George Newes, Limited.

GORDON, Jan & GORGON, Cora. 1934. *Portuguese Somersault*. London: George G. Harrap & Co. Ltd.

Guia do Turista em Portugal. 1932. s/ed; s/l.

Guia da Exposição do Mundo Português. 1940. Lisboa: Secretariado de Propaganda Nacional

HOMET, Marcel. 1942. *Saúdades – Prtugal Terre du Regret*. Lisboa: Editorial Império.

Images Portugaises. 1939. Lisbonne: Secretariado da Propaganda Nacional

Independência de Portugal – 1139, 1640, 1940. Lisboa: Edições da Comissão Nacional dos Centenários, 1938

JAN-JAVAL, Lily. 1935. *Sous le Charm du Portugal*. Paris: Librairie Plon.

Jornal de Elvas, nº 717, 1942

LOPEZ, Henrique. 1924. *España y Portugal: manual del viajero y del turista*. Madrid: Henrique Lopez.

MONTEIRO, Maria Elvira. 1948. “De Cacilhas à Pousada de São Brás de Alportel”, *Panorama – Revista Portuguesa de Arte e Turismo*. Lisboa: SPN, nº 34, s/p

MÜLLER, Adolfo Simões. 1944 “Animais, bonecos de barro animado na feira da nossa paisagem”, *Panorama – Revista Portuguesa de Arte e Turismo*. Lisboa: SPN, nº 20

Panorama – Revista Portuguesa de Arte e Turismo. Lisboa: SPN, nº 1, 1941

Panorama – Revista Portuguesa de Arte e Turismo. Lisboa: SPN, nº 2, 1941

Panorama – Revista Portuguesa de Arte e Turismo. Lisboa: SPN, nº 8, 1942

Panorama – Revista Portuguesa de Arte e Turismo. Lisboa: SPN, nº 9, 1942

Panorama – Revista Portuguesa de Arte e Turismo. Lisboa: SPN, nº 10, 1942

Panorama – Revista Portuguesa de Arte e Turismo. Lisboa: SPN, nº 20, 1944

Panorama – Revista Portuguesa de Arte e Turismo. Lisboa: SPN, nº 39, 1949

PAPY, Louis. 1935. *Le Portugal*. Grenoble: B. Arthaud.

PEREIRA, Consiglieri Sá. 1942. "Corrida veloz pelas praias do Alentejo e Algarve", *Panorama – Revista Portuguesa de Arte e Turismo*. Lisboa: SPN, nº 10, s/p

PEREIRA, Eduardo de Sousa. s.d. "O Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo", *Lisboa e Salazar (1928-1960)*, Lisboa: Edição do autor, 264-267.

Pousadas do SNI. Lisboa: Edições SNI

PROENÇA, Raúl (Coord.). 1924. *Guia de Portugal*. 1º volume, Lisboa: Biblioteca Nacional.

RAIMUNDEZ, M. Sanmiguel (Dir.) 19___. *Portugal y España*. Madrid: Afrodísio Aguado S.A.

RÉVAL, Gabrielle. 1934. *L'Enchantement du Portugal*. Paris: Fasquelle Éditeurs.

REYNOLD, Gonzague de. 1936. *Portugal*. Paris: Éditions Spes.

SANTOS, Luiz Reis e Queiroz, Carlos. 1940. *Paisagem e Monumentos de Portugal*. Lisboa: Secretariado da Propaganda Nacional

SEQUEIRA, Gustavo de Matos. 194_. *Alentejo*, Lisboa: Shell Portuguesa.

SILVA, Marinho da. 1944. "Elvas – A «Ráinha da Campina»", *Panorama – Revista Portuguesa de Arte e Turismo*. Lisboa: SPN, nº 20, s/p

T'SERSTEVENS, A. 1940. *L'Itinéraire Portugais*. Paris: Éditions Bernard Grasset.

VACAS, Mário Nunes. 2000 (1944) *Aspectos Antropogeográficos do Alentejo*. Lisboa: Edições Colibri.

ZIÉGLER, Henri de. 1944. *Lusitanie – Initiation Portugaise*. Neuchatel: Éditions de la Baconnière.

Outras Fontes:

"Áreas de Turismo - Alentejo". In <http://www.pousadas.pt/pt-pousadas/areas.htm>

Bibliografia:

- ABRAM, S.; WALDREN, J. e MACLEOD, D., eds. 1997. *Tourists and Tourism – Identifying with people and places.*, Oxford: Berg.
- AGUALUSA, José Eduardo. 2001. *Um estranho em Goa*. Lisboa: Círculo de Leitores
- ACCIAIUOLI, Margarida. 1991. *Os anos 40 em Portugal. O País, o Regime e as Artes. Restauração e Celebração*, Dissertação de Doutoramento (policopiada), volume 1, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- ALBARELLO, Luc *et all.* 1997. *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva
- ALEXANDRE, Valentim. 1993. “Ideologia, economia e política: a questão colonial na implantação do Estado Novo”, *Análise Social*, vol. XXVIII (123-124), 4º-5º, 1117-1136.
- ALMEIDA, Carmen. 2000. *José P. B. Passaporte e António Passaporte (Loty), dois fotógrafos de Évora*. Évora: Câmara Municipal
- ALVES, Vera Marques. 1997. “Os etnógrafos locais e o Secretariado da Propaganda Nacional. Um estudo de caso”. *Etnográfica*, I (2), 237-257
- AMARAL, Luciano. 1996. “Política e economia: o Estado Novo, os latifundiários alentejanos e os antecedentes da EPAC”, *Análise Social*, vol. XXXI (136-137), 2º-3º, 465-486.
- ANDERSON, Benedict. 1999 (1983). *Imagined Communities. Reflections on the origin and spread of Nationalism*. London: Verso
- APPADURAI, Arjun e BRECKENBRIDGE, Carol. 1999. “Museums are good to thik: heritage on view in India”. In *Representing the Nation: a reader*. D. Boswell e J. Evans, eds. London: Routledge/The Open University, 404-420
- BARTHES, Roland. 1976. “O «Guia Azul»”, *Mitologias*, Lisboa: Edições 70, 159-162
- BELL, Judith. 1997. *Como Realizar um Projecto de Investigação*. Lisboa: Gradiva
- BENNET, Tony. 1999. “Useful culture”. In *Representing the Nation: a reader*. D. Boswell e J. Evans, eds. London: Routledge/The Open University, 380-393
- BETHENCOURT, Francisco. 1999. «A Memória da Expansão». In *História da Expansão Portuguesa*. F. Bethencourt e K. Chaudhuri, dirs., Vol. 5, Navarra: Círculo de Leitores, pp. 442-480.
- BIRMINGHAM, David. 1998. “A ditadura e o império africano”. *História de Portugal, uma perspectiva mundial*. Lisboa: Terramar, 195-222.

- BOISSEVAIN, Jeremy, ed. 1996. *Coping with tourists: European reactions to mass tourism.*, Oxford: Bergham Books.
- BOURDON, Albert-Alain. 1985. "L'Alentejo, espace mythique ou nouvelle frontiere?", Actas do Colóquio *Les Campagnes Portugaises de 1870 a 1930: Image et Réalité*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 365-378.
- BRANCO, Jorge Freitas. 1999. "A fluidez dos limites: discurso etnográfico e movimento folclórico em Portugal". *Etnográfica*, III(1), 23-48
- BRAVO, R. Sierra. 1998. *Técnicas de Investigación Social*. Madrid: Editorial Paraninfo
- BURKE, Peter. 1992. *O Mundo como Teatro. Estudos de Antropologia Histórica*, Lisboa: Difel.
- _____. 1990. *Sociologia e história*. Porto: Edições Afrontamento
- CABRAL, Manuel Villaverde. 1976. "Sobre o fascismo e o seu advento em Portugal: ensaio de interpretação a pretexto de alguns livros recentes", *Análise Social*, vol. XII (48), 873-915.
- CALDEIRA, Arlindo M. 1986. "O partido de Salazar: antecedentes, organização e funções da União Nacional (1926-1934)", *Análise Social*, vol. XXII (94), 5º, 943-977.
- CASTRO, Celso. 1999. "Narrativas e imagens do Turismo no Rio de Janeiro", in G. Velho (Org.) *Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal.*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 80-87.
- CÁTEDRA, María. 2000. "Prologo". In «*Los de siempre*». *Poder, familia y ciudad (Ávila, 1875-1923)*. Eduardo Cabezas Ávila, aut. Madrid: CIS/Siglo XXI de España Editores, xii-xv
- CHAMBERS, Erve. 2000. *Native Tours. The Anthropology of Travel and Tourism*. Prospect Heights: Waveland Press
- CLIFFORD, James. 1997. *Routes: travel and translation in the late twentieth century*. London: Harvard University Press
- CORBIN, Alain (Ed.) 2001 (1995). *História dos Tempos Livres*. Lisbon: Editorial Teorema
- COSTA, Carlos. 1996. *Towards the improvement of the efficiency and effectiveness of tourism planning and development at the regional level: planning, organisations and networks. The case of Portugal*. [Tese de Doutoramento], ed. autor, Department of Management Studies, University of Surrey.
- CRUZ, Manuel Braga da. 1988. *O Partido e o Estado no Salazarismo*. Lisboa: Editorial Presença

- _____. 1992. "As elites católicas nos primórdios do salazarismo", *Análise Social*, vol. XXVII (116-117), 2º-3º, 547-574.
- _____. 1982. "O Integralismo lusitano nas origens do salazarismo", *Análise Social*, vol. XVIII (70), 1º, 137-183.
- CUNHA, Luís. 2001. *A Nação nas Malhas da sua Identidade: O Estado Novo e a construção da identidade nacional*. Porto: Edições Afrontamento
- CUTILEIRO, José. 1977. *Ricos e Pobres no Alentejo*. Lisboa: Sá da Costa Editora.
- _____. 1972. "Ricos e pobres no Alentejo: uma análise de estrutura social", *Análise Social*, vol. IX (34), 2º, 265-292
- DANN, Graham; NASH, Dennison e PEARCE, Philip. 1988. "Methodology in tourism research", *Annals of Tourism Research*, vol.15, pp. 1-28.
- DELGADO, Iva. S/d. *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: Publicações Europa-América
- DROZ, Bernard e ROWLEY, Anthony. 1988. *História do Século XX*. 1º Volume, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- ESTANQUE, Elísio. 1995. "O Lazer e a Cultura Popular, entre a Regulação e a Transgressão: Um Estudo de Caso", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 43, 123-146.
- FERREIRA, Vítor Matias. 1983. "A Lisboa do Império e o Portugal dos Pequeninos: estrutura fundiária e política urbana de Lisboa, anos de 1930-1940", *Análise Social*, vol. XIX (77-78-79), 3º-4º-5º, 693-735.
- GALBRAITH, John K. s/d. *Anatomia do Poder*, Lisboa: Difel
- GARCIA, José Manuel. 1989 (1981). *História de Portugal. Uma visão Global*. Lisboa: Editorial Presença.
- GASPAR, Jorge. 2000. "Nota de Apresentação". In M. Vacas, *Aspectos Antropogeográficos do Alentejo*. Lisboa: Edições Colibri.
- GUIMARÃES, Ângela. 1987. "O Labirinto dos Mitos", *O Estado Novo – Das Origens ao Fim da Autarcia (1926-1959)*, vol.2, Lisboa: Editorial Fragmentos, 107-121.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. 1971. "A história e as ciências sociais", *Ensaio III – Sobre Teoria da História e Historiografia*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 177-184.
- GRABURN, Nelson. 1989. "Tourism: the Sacred Journey" in V. Smith (Ed.) *Hosts and Guests. The Anthropology of Tourism*, Philadelphia: The University of Pennsylvania Press

- GRABURN, Nelson e JAFARI, Jafar. 1991. "Tourism Social Science", *Annals of Tourism Research*, vol. 18, 1-11.
- HIRSCH, Eric. 1995. "Landscape: Between Place and Space". In *The Anthropology of Landscape*. E. Hirsh e M. O'Hanlon, eds. Oxford: Clarendon Press, 1-30
- HOBSBAWN, Eric. 1998. *A Questão do Nacionalismo. Nações e Nacionalismo desde 1780 – Programa, Mito, Realidade*. Lisboa: Terramar
- _____ 1988. «Introduction: Inventing Traditions». *The Invention of Tradition*. E. Hobsbawm e T. Ranger, eds. Cambridge: Cambridge University Press, 1-14.
- KIRSHENBLATT-GIMBLETT, Barbara. 1998. *Destination culture: tourism, museums and heritage*. Berkeley: University of California Press.
- LEAL, João. 2000. *Etnografias Portuguesas (1870-1970): Cultura Popular e Identidade Nacional*. Lisboa: Publicações Dom Quixote
- _____ 2001. "Orlando Ribeiro, Jorge Dias e José Cutileiro: imagens do Portugal mediterrânico". *Ler História*, 40, 141-163.
- LeCOMPTE, Margaret D. e SCHENSUL, Jean J. 1999. *Analysing & Interpreting Ethnographic Data*. Walnut Creek: Altamira Press
- LE GOFF, Jacques. 1984. "A História e os outros", *Reflexões sobre a História*. Lisboa: Edições 70, 35-62.
- LÉONARD, Yves. 1999. «O Império Colonial Salazarista». In *História da Expansão Portuguesa*. F. Bethencourt e K. Chaudhuri, dirs. vol.5, Lisboa: Círculo de Leitores, 10-30.
- LIOBERA, Joseph. 2000. *O Deus da Modernidade*. Lisboa: Celta
- LÖFGREN, Orvar. 1999. *On holiday: a history of vacationing*. Berkeley: University of California Press
- _____ 1995. "Being a Good Sweed: National Identity as a Cultural Battleground". In *Articulating Hidden Histories: Exploring the Influence of Eric R. Wolf*. J. Schneider e R. Rapp, eds. Berkeley: University of California Press
- LOPES, João Teixeira. 1997. "Antropologia e Sociologia: duas disciplinas em diálogo". In *Recuperar o Espanto: O Olhar da Antropologia*. R. Iturra e V. O. Jorge, coords. Porto: Edições Afrontamento, 39-44
- LOURENÇO, Eduardo. 1982. "Fascismo e cultura no antigo regime", *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 3º-4º-5º, 1431-1436.
- LUCENA, Manuel de. 1991. "Salazar, a «fórmula» da agricultura portuguesa e a intervenção estatal no sector primário", *Análise Social*, vol. XXVI (110), 1º, 97-206.

- MACCANNELL, Dean. 1999 (1976). *The tourist: a new theory of the leisure class*. Berkeley: University of California Press
- MARQUES, A.H. de Oliveira. 1996. *Breve História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença.
- MARQUES, Helena Torres. 2000. "Turismo". In *Dicionário de História de Portugal*. António Barreto e Maria F. Mónica, coords. Vol. IX, Porto: Figueirinhas, 536-538
- MAQUIAVEL, Nicolau. 1999. *O Príncipe*. Lisboa: Guimarães Editores.
- MARTINS, Hermínio. 1998. *Classe, Status e Poder e outros ensaios sobre o Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- MARTINS, Rui de Sousa. 1999. "Os costumes populares e a construção oitocentista de identidades no arquipélago dos Açores". *Patrimonia: Identidade, Ciências Sociais e Fruição Cultural*, nº 5, 35-44.
- MATEUS, Abel. 1998. "O Estado Novo e a intervenção estatal dos anos 30 e 40", *Economia Portuguesa – Crescimento no contexto internacional (1910-1998)*. Lisboa: Editorial Verbo, 56-61.
- MEDINA, João. 1998. "Salazar na Alemanha: acerca da edição de uma antologia salazarista na Alemanha hitleriana", *Análise Social*, vol. XXXIII (145), 1º, 147-163.
- MENDES, José Luís. 1973. "Do imobilismo à mudança acelerada nos meios rurais", *análise Social*, vol. X (38), 2º, 282-305.
- MELO, Daniel. 2001. *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais
- _____ 1996. "Exposição do Mundo Português", *Dicionário de História do Estado Novo*. F. Rosas e J. Brandão de Brito, dirs. vol. 1, Venda Nova: Bertrand Editora, 325-327.
- MOREIRA, Carlos Diogo. 1994. *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
- NASH, Dennison. 1995. "Prospects for Tourism Studies in Anthropology". In *The Future of Anthropology. Its relevance to the contemporary World*. A. Akbar e C. Shore (Orgs.) The Athlone Press, 179-201
- NORA, Pierre. 1998. "La aventura de *Les lieux de mémoire*", *Memória e História, Ayer*, nº32, Madrid: Marcial Pons, 17-34.
- NUNES, A. Sedas. 1996. *Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença
- _____ 1964. "Portugal, sociedade dualista em evolução", *Análise Social*, vol. II (7-8), 2º, 407-462.

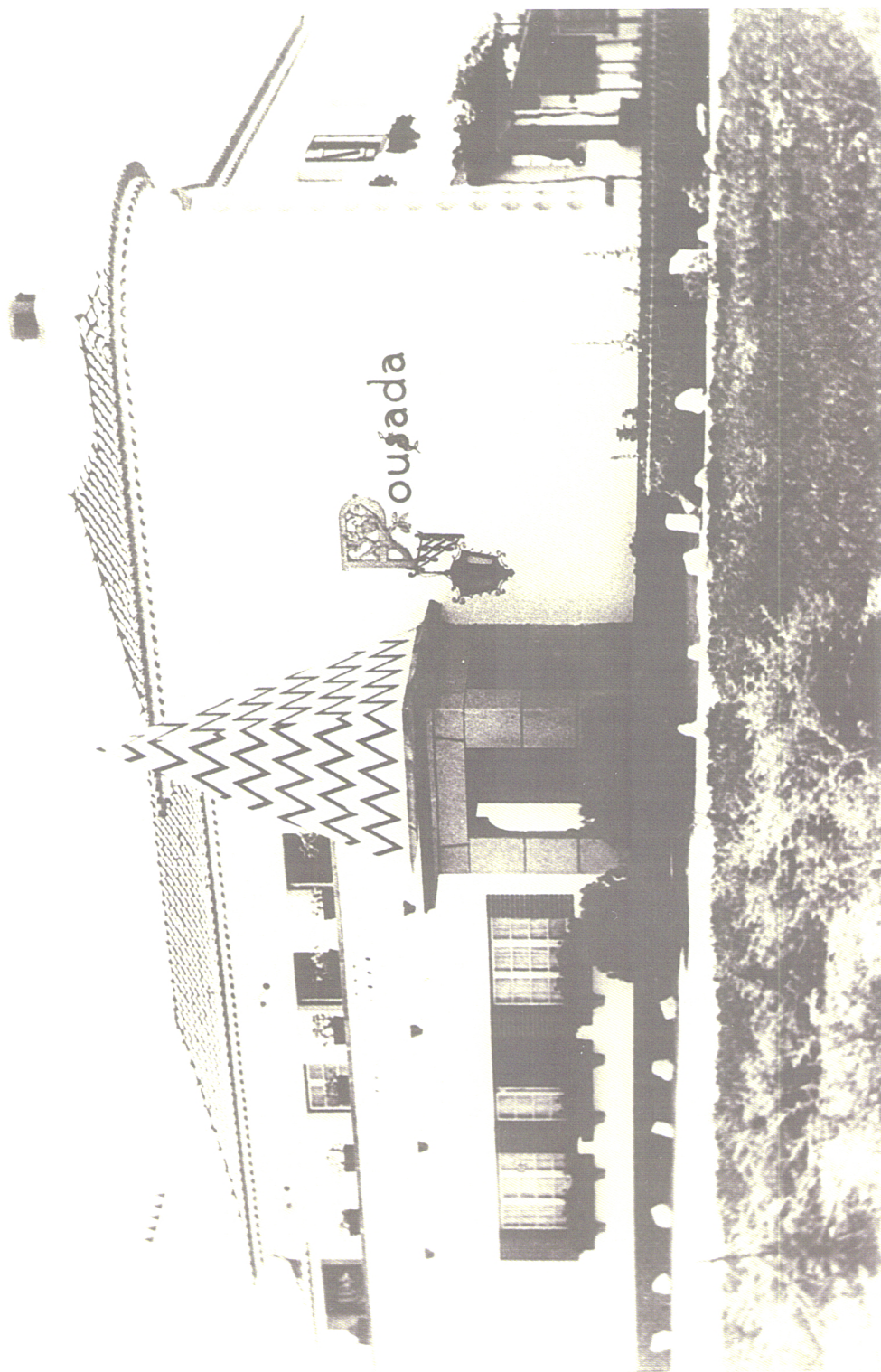
- NUNES, Maria de Fátima. 2001. *Imprensa Periódica Científica (1772-1852)*. Lisboa: Estar Editora, Lda.
- OLIVEIRA, César. 1987. *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: Edições «O Jornal».
- PAIS, José Machado et all. 1978. "Elementos para a história do fascismo nos campos: A «Campanha do Trigo», (1928-1938) – II Aspectos político-institucionais e ideológicos", *Análise Social*, vol. XIV (54), 2º, 321-389.
- PAIS de BRITO, Joaquim. 1995. "No tempo da descoberta de um escultor", *Onde Mora o Franklim? Um escultor do acaso*, Catálogo da Exposição, Lisboa: Museu Nacional de Etnologia, 11-24.
- _____ 1982. "O Estado Novo e a aldeia mais portuguesa de Portugal", *O Fascismo em Portugal*. (Actas do Colóquio, 1980), Lisboa: Regra do Jogo, 511-532.
- PAULO, Heloísa. 1994. *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil. O SPN/SNI e o DIP*. Coimbra: Livraria Minerva.
- PAYNE, Stanley G. "Salazarism: «Fascism» or «Bureaucratic Authoritarianism?»". *Estudos de História de Portugal*, vol. II, Lisboa: Editorial Estampa, 523-531.
- PINA, Paulo. 1988. *Portugal, o Turismo no século XX*. Lisboa: Lucidus.
- _____ 1979. "De pousada nas Pousadas (14). O seu a seu dono", *O primeiro de Janeiro*, 2/11/1979
- PINK, Sarah. 2001. *Doing Visual Ethnography. Images, Media and Representation in Research*. London: Sage Publications
- PINNEY, Christopher. 1995. "Moral Topophilia: The Significations of Landscape in Indian Oleographs". In *The Anthropology of Landscape*. E. Hirsh e M. O'Hanlon, eds. Oxford: Clarendon Press, 78-113
- PINTO, António Costa. 1992. *O Salazarismo e o Fascismo Europeu. Problemas de interpretação nas Ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Estampa
- _____ 2001. "Elites, Single Parties and Political decision-making in Fascist era dictatorships". In <http://www.ics.ul.pt/ics/membros/acp.htm> (20/11/2001).
- _____ 1992a. "As elites políticas e a consolidação do salazarismo: o Nacional Salazarismo e a União Nacional", *Análise Social*, vol. XXVII (116-117), 2º-3º, 575-613.
- _____ 1990. "O salazarismo na recente investigação sobre o fascismo europeu – velhos problemas, velhas respostas?", *Análise Social*, vol. XXV (108-109), 4º-5º, 695-713.

- PINTO, J. Madureira. 1982. "Religiosidade, conservadorismo e apatia política do campesinato em Portugal", *Análise Social*, vol. XVIII (70), 1º, 107-136.
- PITT, David C. 1972. *Using historical sources in anthropology and sociology*. Chicago: Holt, Reinhart and Winston, Inc
- PORTAS, Carlos M. 1967. "O Alentejo: situação e perspectivas socio-económicas", *Análise Social*, vol. V (18), 2º, 185-206.
- PUNCH, Keith F. 1998. *Introduction to Social Research*. London: Sage
- QUIVY, Raimond e CAMPENHOUDT, Luc van. 1991. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva
- RAMOS, Paulo Oliveira. 1993. "Os Museus no Estado Novo". In *Iniciação à Museologia*. Maria. B. Rocha-Trindade, coord. Lisboa: Universidade Aberta, 49-62.
- RAMOS, Francisco. 1999. "Turismo Cultural em Portugal. Contributos para o seu estudo" texto policopiado, Évora: Universidade de Évora.
- _____. 1997. *Os Proprietários da Sombra. Vila Velha revisitada.*, Lisboa: Universidade Aberta.
- _____. 1996. *Textos Antropológicos*, Monsaraz: ADIM, pp. 107-114.
- RAMOS, Rui. 1986. "O Estado Novo perante os poderes periféricos: o governo de Assis Gonçalves em Vila Real (1934-1939)", *Análise Social*, vol. XXII (90), 1º, 109-135
- RAMOS DO Ó, Jorge. 1999. *Os anos de Ferro. O dispositivo cultural durante a "Política do Espírito" 1933-1949*. Lisboa: Editorial Estampa.
- _____. 1987. "Modernidade e Tradição – Algumas Reflexões em Torno da Exposição do Mundo Português". In *O Estado Novo – Das Origens ao Fim da Autarcia (1926-1959)*, vol.2, Lisboa: Editorial Fragmentos, 177-185.
- RAPPORT, Nigel e OVERING, Joanna. 2000. "Narrative". *Social and Cultural Anthropology: the Key Concepts*. London: Routledge, 283-290
- REIS, Jaime. 1979. "A «Lei da Fome»: as origens do proteccionismo cerealífero (1889-1914)", *Análise Social*, vol. XV (60), 4º, 745-793
- RIBEIRO, Maria da Conceição. 1995. *A Polícia Política no Estado Novo, 1926-1945*. Lisboa: Editorial Estampa.
- RIEGELHAUPT, Joyce F. 1979. "Os camponeses e a política no Portugal de Salazar – o Estado Corporativo e o «apoliticismo» nas aldeias", vol. XV (59), 3º, 505-523.
- RODRIGUES, Luís Nuno. 1996. *A Legião Portuguesa. A Milícia do Estado Novo, 1936-1944*. Lisboa: Editorial Estampa.

- ROJEK, Chris. 1998 (1995). *Decentring Leisure. Rethinking Leisure Theory*. London: Sage
- ROJEK, Chris e URRY, John. 1997. "Transformations of Travel and Theory". In *Touring Cultures*. J. Urry e C. Rojek, eds. London: Routledge, 1-22
- ROSAS, Fernando. 1994. *O Estado Novo (1926-1974)*, in J. Mattoso (Dir.) *História de Portugal*, vol. 7, Lisboa: Círculo de Leitores.
- _____.1999. "Bilan historiographe des recherches sur l'État Nouveau", *Vingtième Siècle*, 62, 51-60
- _____.1991. "Rafael Duque e a Política agrária do Estado Novo (1934-44)", *Análise Social*, vol. XXVI (112-113), 3º-4º, 771-790.
- RUSSEL, Bertrand. 1990. *O Poder. Uma nova análise social*. Lisboa: Editorial Fragmentos
- SANCHES, Manuela Ribeiro. "Nas margens: os Estudos culturais e o assalto às fronteiras académicas e disciplinares". *Etnográfica*, III(1), 193-210
- SAINT-GEORGES, Pierre de.1997."Pesquisa e crítica das fontes de documentação nos domínios económico, social e político". *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva, 15-47
- SANTANA, Agustín.1997. *Antropologia y Turismo. Nuevas hordas, viejas culturas?*, Barcelona: Ariel
- SILVA, Augusto Santos e PINTO, José Madureira (Orgs.). 1986. *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento
- SILVEIRA, Paula. 1987. "Os valores do quotidiano no Estado Novo: ruptura ou continuidade?". In *O Estado Novo – Das Origens ao Fim da Autarcia (1926-1959)*, vol.2, Lisboa: Editorial Fragmentos, 303-320.
- SCHMITTER, Philippe. 1999. *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais
- SILVA, Augusto Santos. 1994. *Tempos cruzados: um estudo interpretativo da cultura popular*. Porto: Edições Afrontamento
- SOBRAL, J. Manuel. 1999. "Da casa à Nação: passado, memória, identidade". *Etnográfica*, III(1), 71-86
- STREET, John. 2000. *Política y Cultura Popular*. Madrid: Alianza Editorial
- SMITH, Anthony. 1997 (1991). *A Identidade Nacional*. Lisboa: Gradiva
- SMITH, Valene, ed. 1989. *Hosts and Guests. The Anthropology of Tourism*. Philadelphia: The University of Pennsylvania Press

- TELO, António José. 1991. *Portugal na Segunda Guerra (1941-1945)*. Lisboa: Vega.
- THOMPSON, Paul. 2000. *Uma história da Propaganda*. Lisboa: Temas e Debates
- TILLEY, Christopher. 1994. "Interpreting material culture". In *Interpreting Objects and Collections*. S. M. Pearce, ed. London: Routledge, 67-75.
- TORGAL, Luis Reis. 1995. "A história em tempo de «ditadura»", in L. Torgal, J. Mendes e F. Catroga *História da História em Portugal, sécs.XIX-XX*, Lisboa: Círculo de Leitores.
- _____. 1996. "Cinema e Propaganda no Estado Novo. A "conversão dos descrentes", *Revista de História das Ideias*, Vol. 18, 277-337.
- TORGAL, Luis Reis e HOMEM, Amadeu de Carvalho. 1982. "Ideologia salazarista e «cultura popular» - análise da biblioteca de uma casa do povo", *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 3º-4º-5º, 1437-1464.
- URRY, John. 1990. *The Tourist Gaze. Leisure and Travel in Contemporary Societies*. London: Sage
- VALE de ALMEIDA, Miguel. 1991. "Leitura de um livro de leitura: a sociedade contada às crianças e lembrada ao povo". In *Lugares de Aqui* (Actas do Colóquio "Terrenos Portugueses"), J.Pais de Brito e B.Juan O'Neill, coords. Lisboa: Publicações D. Quixote, 245-261.
- ZUBIETA, Ana María, dir. 2000. *Cultura popular y cultura de massas*. Barcelona: Paidós

ANEXOS



Pousada de Santa Luzia, em Elvas (aspecto exterior).
Fonte: Arquivo Documental da Pousada de Santa Luzia (Enatur)



Durante a inauguração da Pousada.

Entre os convidados visualizados na imagem são identificáveis, em primeiro plano, da direita para a esquerda, D. Manuel Mendes da Conceição Santos, (Arcebispo Metropolitano de Évora) e Monsenhor Martinho Lopes Maia ('Vigário Geral de Elvas').

Fonte: Arquivo Documental da Pousada de Santa Luzia (Enatur)



Almoço comemorativo da inauguração da Pousada de Santa Luzia (1942).

Fonte: Arquivo Documental da Pousada de Santa Luzia (Enatur).



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DÊSTE NÚMERO — \$30

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebem 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS			
As 3 séries . . .	Ano 240\$	Semestre	130\$
A 1.ª série . . .	90\$	"	48\$
A 2.ª série . . .	80\$	"	43\$
A 3.ª série . . .	60\$	"	43\$

Para o estrangeiro e colónias acresce o porte do correio

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 2\$50 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo. Os anúncios a que se referem os §§ 1.º e 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 10.112, de 24-IX-1934, têm 40 por cento de abatimento.

SUMÁRIO

Presidência do Conselho:

Decreto-lei n.º 31:259 — Estabelece o regime de exploração das pousadas regionais construídas pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações dentro do plano da realização do Duplo Centenário e determina os casos em que se poderá usar dessa denominação.

Ministério do Interior:

Decreto n.º 31:260 — Autoriza a 3.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública a mandar satisfazer a importância relativa a despesas do último trimestre do ano findo de alimentação fornecida a presos civis indigentes à ordem das autoridades administrativas.

Decreto n.º 31:261 — Abre um crédito para refôrço da dotação inscrita no n.º 1) do artigo 67.º, capítulo 4.º, do orçamento do Ministério.

Declaração de ter sido autorizada a transferência de uma verba dentro do capítulo 4.º do orçamento do Ministério.

Ministério da Economia:

Portaria n.º 9:793 — Suspende até ao fim do ano corrente a inscrição de novos agrémios no Grémio dos Exportadores de Azeite.

Declaração de ter sido permitida a exportação de azeitonas pretas em barricas de qualquer capacidade para os mercados da Europa, América do Norte e América Central, assim como para os da América do Sul, exceptuando o Brasil e Uruguai.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

Decreto-lei n.º 31:259

Convindo estabelecer o regime de exploração das pousadas regionais construídas em obediência ao programa do Duplo Centenário e determinar os casos em que se poderá usar dessa denominação, de modo que fique assegurada a eficaz realização dos fins em vista;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º As pousadas regionais, construídas pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações dentro do plano da realização do Duplo Centenário de 1940, serão, imediatamente à sua conclusão, entregues ao Secretariado da Propaganda Nacional.

§ único. São equiparadas, para todos os efeitos, a estas pousadas aquelas que vierem a ser instaladas em edifícios cedidos pelo Estado com esse destino.

Art. 2.º As pousadas destinam-se a alojar forasteiros e sobretudo a fornecer-lhes alimentação, devendo, pelo

seu estilo e côr local, integrar-se tanto quanto possível no pitoresco das regiões, tendo em vista o objectivo essencial da propaganda turística, de forma que constituam, pelo exemplo do modelar funcionamento dos seus serviços, elementos de orientação da pequena indústria hoteleira.

Art. 3.º A exploração das pousadas será adjudicada, em concurso público ou limitado ou por ajusto directo em regime de concessão temporária, de acôrdo com as bases que forem estabelecidas pelo Secretariado da Propaganda Nacional.

§ 1.º Dos contratos constará sempre a obrigação dos adjudicatários, caucionada por garantia idónea, de responderem pelos prejuízos que, independentemente do uso normal, sofrerem os edificios, e ainda pelo extravio de objectos do respectivo recheio ou deterioração imputável a culpa ou negligência, sua ou de outrem.

§ 2.º Os contratos ressaltarão sempre o direito da sua livre rescisão por parte do Secretariado, com prévio aviso de um mês, sem haver lugar a indemnização, sempre que o serviço se revele inferior ou que haja violação das cláusulas contratuais.

Art. 4.º Incumbe ao Secretariado inspecionar por delegados seus a forma como são exploradas as pousadas.

Art. 5.º A exploração das pousadas é isenta de contribuição industrial e de impostos para os corpos administrativos durante os primeiros dois anos de exploração.

§ único. A isenção poderá ser renovada por despacho do Ministro das Finanças, quando haja mudança de concessionário.

Art. 6.º A designação de pousada é reservada aos edificios a que se referem os artigos antecedentes, e bem assim aos estabelecimentos hoteleiros que pelo Secretariado sejam reconhecidos merecedores dessa qualificação e se sujeitem ao regime especial de fiscalização previsto no artigo 4.º

§ 1.º Pode o Secretariado retirar em qualquer altura a referida qualificação, nos mesmos casos em que haveria lugar a rescisão dos contratos, nos termos do § 2.º do artigo 3.º

§ 2.º Aos estabelecimentos aludidos no parágrafo anterior que estejam situados fora das povoações poderá ser concedida a isenção a que se refere o artigo 5.º, e pelo mesmo período de tempo a contar da classificação.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 9 de Maio de 1941. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Adriano Pais da Silva Vaz Serra — João Pinto da Costa Leite — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — Mário de Figueiredo — Rafael da Silva Neves Duque.



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DÊSTE NÚMERO — \$30

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebem 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS		
As 5 séries	Ano 240\$	Somostre 130\$
A 1.ª série	90\$	“ 43\$
A 2.ª série	80\$	“ 43\$
A 3.ª série	80\$	“ 43\$

Avulso: Número de duas páginas \$30;
de mais de duas páginas \$30 por cada duas páginas

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 2\$50 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo. Os anúncios a que se referem os §§ 1.º e 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 10:112, de 24-IX-1924, têm 40 por cento de abatimento.

Administração da Imprensa Nacional de Lisboa

AVISO

Para os devidos efeitos se comunica que, por ordem superior, não serão aceites originais destinados ao «Diário do Governo» que não tragam aposta a ordem para a publicação devidamente assinada, devendo ser autenticada a assinatura pelo respectivo selo branco.

SUMÁRIO

Presidência do Conselho:
Decreto n.º 30:289 — Determina, tras a competência em matéria de turismo atribuída pelas leis em vigor ao Ministério do Interior, ressalvada a que resulta das disposições contidas no Código Administrativo, passe a pertencer à Presidência do Conselho — Transfere para o director do Secretariado da Propaganda Nacional as atribuições conferidas ao Conselho Nacional de Turismo, que passa a funcionar junto do mesmo Secretariado.

Ministério das Obras Públicas e Comunicações:

Portaria n.º 9:454 — Cria e manda pôr em circulação selos postais especialmente destinados à correspondência por avião.

Ministério das Colónias:

Portaria n.º 9:455 — Manda publicar nos *Boletins Officiais* de todas as colónias a portaria n.º 9:383, que esclarece que as nomeações previstas no artigo 21.º do decreto n.º 29:161 são apenas as permitidas pelo mesmo diploma, excluindo-se portanto as nomeações para entrada no quadro, as quais são reguladas pelo artigo 126.º, § 3.º, da Carta Orgânica do Império Colonial e pelo artigo 123.º da Reforma Administrativa Ultramarina.

Ministério da Agricultura:

Portaria n.º 9:456 — Fixa em 7 por cento, com a tolerância de 10 por cento, o limite máximo de residuo mineral fixo (cinzas) para os bagaços industriais de sementes ou frutos de oleaginosas, destinados à alimentação de animais.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

Decreto n.º 30:289

Para execução do disposto no artigo 12.º do decreto n.º 30:251, de 30 de Dezembro de 1939;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º A competência em matéria de turismo atribuída pelas leis em vigor ao Ministério do Interior, res-

salvada a que resulta das disposições contidas no Código Administrativo, passa a pertencer à Presidência do Conselho.

Art. 2.º Transitam para o director do Secretariado da Propaganda Nacional, sem prejuízo do disposto no artigo seguinte, as atribuições conferidas ao Conselho Nacional de Turismo pelos decretos n.ºs 16:999, de 21 de Junho de 1929, 17:605, de 14 de Novembro de 1929, e mais legislação em vigor.

Art. 3.º O Conselho Nacional de Turismo passa a funcionar junto do Secretariado da Propaganda Nacional, com funções consultivas e normalmente com a seguinte composição:

- O secretário geral do Ministério do Interior.
- O presidente da Junta Autónoma de Estradas.
- O director do Secretariado da Propaganda Nacional.
- O presidente da Comissão Administrativa da Emissora Nacional.
- O director da Policia de Vigilância e Defesa do Estado.
- Um delegado do Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- O presidente da direcção do Automóvel Clube de Portugal.
- Um representante da indústria hoteleira.

§ 1.º São também membros do Conselho, com carácter permanente, mas com obrigação de apenas assistirem às reuniões para que forem convocados, o comandante geral da Policia de Segurança Pública, o director geral de saúde, o director geral das alfândegas, o director geral dos serviços de viação, o director geral de minas e serviços geológicos, o director geral dos serviços florestais e agrícolas, um representante das companhias de caminhos de ferro e um representante dos transportes automóveis.

O Conselho poderá além disso convocar, sempre que o julgue necessário, representantes de outros organismos oficiais ou de interesse público que possam contribuir para o desenvolvimento do turismo em Portugal.

§ 2.º Os representantes das actividades privadas, emquanto não estiverem organizadas corporativamente, serão nomeados pelos Ministros que superintendem nessas actividades.

§ 3.º O Conselho funciona sob a direcção efectiva de um vice-presidente, nomeado de entre os seus membros. Continuará no exercício destas funções o actual vice-presidente do Conselho Nacional de Turismo.

§ 4.º O chefe dos serviços de turismo do Secretariado da Propaganda Nacional servirá de secretário sem voto.

Art. 4.º O Conselho será ouvido nos assuntos que o Presidente do Conselho ou o director do Secretariado da Propaganda Nacional entendam submeter à sua apreciação, designadamente nas matérias que dizem respeito a planos gerais, criação ou modificação das normas e alterações a introduzir no regime legal do turismo.

Art. 5.º Aos funcionários dos serviços de turismo que transitaram do Ministério do Interior para o Secretariado da Propaganda Nacional são mantidos os direitos, contando-se-lhes o tempo de serviço anterior para efeitos de antiguidade e aposentação, abonando-se-lhes durante o ano de 1940 os respectivos vencimentos pela verba inscrita para despesas de turismo no n.º 6) do artigo 74.º do orçamento do Ministério das Finanças.

Art. 6.º Será publicado, de acôrdo com as disposições do presente diploma, um novo regime dos serviços de turismo, ficando em vigor até essa data, na parte applicavel, a legislação actual.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno da República, 3 de Fevereiro de 1940.—ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Administração Geral dos Correios, Telégrafos
e Telefones

Direcção dos Serviços Industriais

Portaria n.º 9:454

Manda o Govêrno da República Portuguesa, pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações, que, ao abrigo das disposições do n.º 2.º do artigo 31.º do decreto n.º 5:786, de 10 de Maio de 1919, e do artigo 4.º do decreto-lei n.º 23:440, de 4 de Janeiro de 1934, sejam criados e postos em circulação selos postais especialmente destinados às correspondências por avião, no desenho dos do correio aéreo em circulação, das taxas e cores seguintes: 3\$, azul primário; 4\$, verde 3; 15\$, amarelo escuro.

Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 3 de Fevereiro de 1940.—Pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações, *Roberto Espregueira Mendes*, Sub-Secretário de Estado das Obras Públicas e Comunicações.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral de Administração Política
e Civil

Repartição do Pessoal Civil Colonial

Portaria n.º 9:455

Manda o Govêrno da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, nos termos do artigo 91.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português, que seja publicada nos *Boletins Officiais* de todas as colónias a portaria n.º 9:383, de 28 de Novembro de 1939.

Para ser publicada nos «Boletins Officiais» de todas as colónias.

Ministério das Colónias, 3 de Fevereiro de 1940.—O Ministro das Colónias, *Francisco José Vieira Machado*.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Direcção Geral dos Serviços Pecuários

1.ª Repartição

Portaria n.º 9:456

Ouvidas as entidades competentes e usando da autoridade que lhe confere o artigo 35.º do decreto de 22 de Julho de 1905: manda o Govêrno da República Portuguesa, pelo Ministro da Agricultura, fixar em 7 por cento, com a tolerância de 10 por cento o limite máximo de resíduo mineral fixo (cinzas) para os bagaços industriais de sementes ou frutos de oleaginosas, destinados à alimentação de animais.

Ministério da Agricultura, 3 de Fevereiro de 1940.—O Ministro da Agricultura, *Rafael da Silva Neves Duque*.